

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ALEXANDRE DE GUSMÃO: ARTE DE  
EDUCAR MENINOS NOS BONS COSTUMES**

**FÁBIO FALCÃO OLIVEIRA**

**PIRACICABA, São Paulo  
2008**

# **ALEXANDRE DE GUSMÃO: ARTE DE EDUCAR MENINOS NOS BONS COSTUMES**

**FÁBIO FALCÃO OLIVEIRA**  
**ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ MARIA DE PAIVA**

**Dissertação apresentada à  
Banca Examinadora do  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação da UNIMEP  
como exigência parcial para  
obtenção do título de Mestre  
em Educação**

**PIRACICABA, SP**  
**ANO DA DEFESA - 2008**

# **BANCA DE DEFESA**

---

**Orientador: Dr. José Maria de Paiva**

---

**Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr.**

---

**César Romero Amaral Vieira**

*Dedico esta pesquisa a cidade de Cachoeira no  
Recôncavo baiano;  
Para Manuel dos Reis Falcão e Maria da Conceição,  
moradores de Santo Amaro da Purificação.  
E para Leandro Filler Netto que estimou ver um dia  
esta obra pronta e acabada. Dedico essas letras para  
aquele que lavou minhas idéias e pintou meu  
intelecto.*

*Recebi, pois, Jesus Nazareno esta pequena oferta entre os ricos dons, que vos oferecer aos três Reis do Oriente e fizeti que todos percebam a importância do assunto, que nela se trata, para que saibam encaminhar os filhos segundo os primeiros passos.*

*Alexandre de Gusmão*

*Vivenciando esta pesquisa no âmbito de minhas raízes, sinto-me como um pequeno pedreiro que tenta oferecer uma contribuição no meio dos gigantes construtores.*

## **AGRADECIMENTOS**

Com prazer mostro meus agradecimentos Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela oportunidade de elaborar uma pesquisa, que com certeza sem este apoio não conseguiria fazer o Mestrado em Educação.

Ao Professor José Maria de Paiva, pela orientação e paciência que sempre demonstrou. Além da preocupação que sempre mostrou pelo meu progresso educativo.

Aos Professores Dr<sup>a</sup>. Anna Maria Lunardi Padilha e Dr. Jorge Luis Mialhe pelas contribuições significativas no Exame de Qualificação, e também, ao Prof. Prof. Dr. Amarílio Ferreira Jr. Pela participação na banca de defesa;  
a todos os professores e funcionário do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP que transformaram este núcleo num ambiente agradável;

à família Falcão, em especial minha mãe que sempre viu em mim uma luz;

à Vanessa Cristina Camargo, pelo companheirismo e carinho que me trata;

à Prof. Raquel Alves, espectadora fiel, agradeço as boas contribuições para desenvolvimento do Trabalho;

à família Rocha, em especial, Daniela Rocha e sua mãe Neuza Rafael que com carinho torceram por mim;

ao colega em especial, Afrânio W. Tegão amigo admirável,

Kauíza Araujo de Barros amiga gentil,

André da Silva amigo fiel.

Cassiano Aparecido Gomes de Souza, Adalberto de Oliveira e Luis Alberto meus companheiros.

## ÍNDICE

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>I – GUSMÃO E O MUNDO PORTUGUÊS NA COLÔNIA BRASILEIRA.....</b>	<b>15</b>
<b>II – CONTEXTO HISTÓRICO DA CAPITANIA DO PARAGUAÇU.....</b>	<b>25</b>
a) Embates entre colonizadores e indígenas no rio Paraguaçu .....	27
b) O seminário de Belém: da fundação ao fechamento.....	43
<b>III – ALEXANDRE DE GUSMÃO E SEU TRATADO .....</b>	<b>51</b>
a) O Tratado como modelo de formação.....	52
b) Educação e bons costumes no Tratado .....	55
c) – O Tratado e a formação da criança.....	62
<b>IV – A PRÁTICA EDUCATIVA .....</b>	<b>72</b>
a) A importância e utilidade dos professores educarem os filhos.....	73
b) A importância dos pais na educação das crianças .....	85
c) A importância das mães na criação dos filhos.....	97
d)- Sobre as Meninas e a Arte de Criar Bem os Filhos.....	102
<b>V – CONCLUSÃO.....</b>	<b>105</b>
<b>VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>115</b>
Artigos , Jornais, Revistas e Mapa.....	126

## RESUMO

José Maria de Paiva acentua que o português do século XVI está marcado pelo *espírito de registro*. O registro, o relatório, a carta ao rei eram as formas de desenhar e controlar a realidade. Nada passava despercebido diante dos olhos dos homens daquela época: um animal, uma cachoeira, os costumes dos índios(as), etc. A ordem era concebida pela unidade. Sua constância define a consciência do povo; o comércio internacional ditava o caminho. Com o crescimento econômico as cidades cresceram, o dinheiro tornou-se comum levando a uma relação de contato, o dinheiro tornou-se o símbolo do individualismo marcando uma nova era. Essa forma de ver o mundo, por meio de uma perspectiva mercantil lançou uma *aporia*: Por que conhecer? Essa forma de calcular e de formular o raciocínio levou os homens dos séculos XVI e XVII a conhecerem as coisas de um modo diferente dos antigos. O que está em jogo não é mais as Escrituras Sagradas ou a elaboração de um conhecimento teocêntrico, não quer dizer que houve um abandono de Deus, apenas surgia um antropocentrismo acentuado de valorização do homem. Se a antiga forma de conhecer as coisas responde ou não as exigências da época, não é o mais importante.

A *Ratio* é a manifestação do espírito do novo espírito humanista e suas engrenagens revelam-se nas experiências comerciais, nos movimentos filosóficos bem como nas terras brasileiras por meio dos jesuítas. A história era feita no âmbito da pedagogia, a criança é percebida. Na colônia discutir pedagogia é entender como uma ação proporcionada pelos jesuítas estabelece uma estratégia que apresenta uma harmonia, quase que correta, nas terras do rei e Portugal. Os colégios fundados pelos jesuítas, não só contavam os fatos de forma sábia, mas, movia o leitor à ação de fazer parte do que estavam lendo – os colégios assinalavam essas *histórias-crônicas*.

Seguindo esta direção, apresentamos uma pesquisa intitulada ***Alexandre de Gusmão: Arte de Educar Meninos nos Bons Costumes***, uma dissertação que mostra como a pedagogia era vista por Alexandre de Gusmão (1629 – 1724) em seu Tratado – *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia* (1689). Mostrando como Gusmão participava da sociedade portuguesa, e de que forma os costumes deveriam ser ensinados. O Tratado apresenta valores morais e religiosos a serem ensinados a meninos nos primeiros anos de sua puerícia. Considerando a formação e obediência dos meninos no princípio da fé católica, na prudência e nos bons costumes (o que se realiza pela autoridade dos pais e professores, responsáveis pela boa ou má educação dos meninos). Gusmão apresenta uma preocupação central como educador: o desenvolvimento educacional da criança.

O ensino da primeira infância no Tratado revela um arcano que tece teias de relações dos indivíduos entre si, mostrando vários níveis e de vários preceitos da forma de educar. As estruturas estão entrelaçadas e enraizadas na cultura humanista. Como esteio do Tratado, encontramos no *Ratio Studiorum* interconexões que nos levam a entender a vida colonial. Para Gusmão, a arte de educar baseia-se na boa criação, tanto os pais quanto os professores são tributários desde processo. O conjunto de *práxis* na educação (**trans**)forma um campo da pedagogia como uma maneira e razão de ligação dos homens entre si, tudo para o bem da República.

**Palavras chaves:** *Ratio*, pedagogia, educação, bons costumes e criação.



## SUMMARY

Jose Maria de Paiva accents that the Portuguese of century XVI is marked by *register spirit*. The register, the report, the letter to the king was the forms to draw and to control the reality. Nothing it passed ahead unobserved of the eyes of the men of that time: an animal, a waterfall, the customs of the indians (the), etc. The order was conceived for the unit. Its constancy defines the conscience of the people; the deal international dictated it the way. With the economic growth the cities had grown, the money were became leading to a contact relation, the money became the symbol of the individualism marking a new age. This form to see the world, by means of a mercantile perspective launched one *aporia*: Why to know?

This form to calculate and to formulate the reasoning took the men of centuries XVI and XVII to know the things in a different way of the old ones. What it is in game is not more the Sacred scriptures or the elaboration of a teocentric knowledge, does not want to say that it had an abandonment of God, only appeared an accented antropocentrism of valuation of the man. If the old form to know the things answers or not them requirements of the time, are not most important. *Ratio* is the manifestation of the spirit of the new spirit humanist and its gears show in the commercial experiences, in the philosophical movements as well as in Brazilian lands by means of the Jesuits. History was done in the scope of the pedagogy, the child is perceived. In the colony to argue pedagogy is to understand as a proportionate action for the Jesuits establishes a strategy that presents a harmony, that almost correct, in lands of king and Portugal. The colleges established for the Jesuits, not only counted to the form facts sapiente, but, the reader to the action moved to be part of what they were reading - the colleges designated these *history-chronicles*.

Following this direction, we present an intitled research **Alexander de Gusmão: Art To educate Boys in the Good Customs**, a dissertation that it shows as the pedagogy one was seen for Alexander de Gusmão (1629 - 1724) in its Treating - **Art To create the Children in the Age of the Childhood Well** (1689). Showing as Gusmão it participated of the Portuguese society, and of that it forms the customs would have to be taught. The Treated one presents moral and religious values to be taught the boys in the first years of its childhood. Considering the formation and obedience of the boys in the beginning of the faith catholic, the prudence and the good customs (which is held by the authority of parents and teachers, responsible for good or bad education of boys). Gusmão presents a central concern as educator: the educational development of the child.

The teaching of child care in the Treaty shows a mistery that weaves webs of relationships of individuals between them, showing various levels and various precepts of how to educate. The structures are interlaced and taken root in the culture humanist. Like a support to the Treaty, we find in *Ratio Studiorum* interconnections that carry us out to understand the colonial life. For Gusmão, the art to educate is based on the good creation, as much the parents how the teachers are tributaries since process. The set of *práxis* in the education transforms (and shape) a field of the pedagogy as a way and reason of linking of the men between itself, everything for the good of the Republic.

**Words keys:** *Ratio*, pedagogy, education, good customs and creation.

# **INTRODUÇÃO**

Pesquisar a *Arte de Educar Bem os Filhos na Idade da Puerícia* é uma tentativa de compreender o processo que culminou na pedagogia jesuítica na cidade de Cachoeira no século XVII. O trabalho educacional de Alexandre de Gusmão revela implicações na forma como ele concebia e representava a si mesmo, levando em consideração os interesses da igreja em suas relações com a sociedade colonial.

Essa empresa realizada por Alexandre de Gusmão não era apenas dele, mas de todos os jesuítas: “esta terra é nossa empresa” (NOBREGA, 1988, p. 82). Empresa que tinha por finalidade levar os gentios à fé.

Essa tarefa foi realizada supondo a presença do dedo de Deus favorecendo, em meio à difusão da fé, a montagem de uma economia mundial. A história das armadas portuguesas e espanholas, de seus capitães, dos acertos e desacertos em mar ou em terra, indica a fortuna (destino) daqueles que cumpriam essa nobre missão: descobrir, catequizar, colonizar e transformar, em uma imagem a si mesmo, o novo mundo (THEODORO, 1996, p. 24).

A chegada dos jesuítas, em 1549, possibilitou ao Império Português uma reunião de evangelizadores e mercadores empenhados em uma empreitada, colonizar e transformar as terras brasílicas. Essa difusão monta economicamente a ambição de Portugal em reger estas terras. Uma transformação proporcionada pelos evangelizadores e mercadores que possibilitou a multiplicação de “seus recursos para atingir à inteligência das crianças e encontrar-lhes o caminho do coração”. (AZEVEDO, 1943, p. 290).

O desenvolvimento das atividades, em especial da Companhia de Jesus, mostra a relação e empenho que marca atuações de contato de uma mera assimilação de situações concretas da cultura portuguesa. Defendemos a idéia de que ele, em seu Tratado, mostra-nos arcanos importantes para entendermos a educação que se fez no Brasil no século XVII.

O autor assimila uma cultura humanista-renascentista, e quando pensamos em cultura, devemos compreender como “organização da situação atual em torno do passado” (SAHLINS, 1999, p.192). Entendemos que as transformações históricas são extremamente dinâmicas. Dinâmicas porque os processos históricos são interpretados e compreendidos a partir da cultura. A

história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas (Ibidem, 1999, p. 7).

O estilo da nova metodologia (herdada dos movimentos renascentistas) no campo da educação mostrou-se eficaz. A educação escolar construiu não apenas a organização das letras, e sim uma teia bem tecida que manifestou-se nas escolas elementares e nos colégios, tendo o *Ratio Studiorum* como guia máximo, como informa Sangenis:

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima (2004, p.93).

Com isto, devemos perceber que o *Ratio* é o apoio de Gusmão<sup>1</sup> em todo Tratado e sempre aparecerá nas entrelinhas um discurso paralelo. Por esse motivo, percebemos que no período colonial o *Ratio*, o espírito mercantil (racionalização e cálculo) e o registro são patentes para a formação das situações que no dia-a-dia modelam o mundo colonial.

Com a chegada dos jesuítas no Brasil, foram abertas escolas. Ocorreu uma iniciação de doutrina à leitura e escrita. No princípio as escolas abertas eram para catequizar os índios, com o tempo passou-se a ensinar os cristãos – colonizadores e seus filhos. A função dos jesuítas no Brasil além da catequese era a reconversão<sup>2</sup> do homem português.

---

<sup>1</sup>Devemos ter a obrigação de lembrar que existe três Alexandres de Gusmão. O primeiro Alexandre de Gusmão é o fundador do seminário de Belém, o que escreveu a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*; o segundo, Alexandre de Gusmão o secretário e diplomata nascido na colônia – irmão de Bartolomeu de Gusmão (o padre voador) – exerceu um seu papel significativo nas negociações com outros países da Europa, conhecido, foi convidado à participar da corte do papa Inocêncio XIII; e o terceiro Alexandre de Gusmão foi o reitor do colégio de São Paulo (LEITE, Vol V, 1945, p. 179 - nota do texto).

<sup>2</sup>A reconversão consistia na tentativa de cristianizar novamente os cristãos portugueses que chegava nas terras brasileiras. Esta palavra (reconversão) encarna a importância e o papel do jesuíta na catequese e

São eles, os jesuítas, que formaram na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais. Assim foi na Europa oriental com os frades dos séculos XV e XVI, e assim é hoje ainda entre as populações asiáticas e africanas; antes dos capitais europeus ou norte-americanos aparece o crucifixo dos missionários (PRADO Jr., 1999, p. 25).

A vanguarda jesuítica realizou uma obra civilizadora no Brasil nos dois séculos iniciais da colonização, isto é, séculos XVI e XVII. Tal obra não pode ser compreendida se não situada em sua época, dentro das condições da vida social, na Metrópole e na Colônia, e do espírito com que nasceu a Companhia e que ela transportou para as missões (AZEVEDO, 1943).

Com essa linha de pensamento queremos pensar como Hilsdorf e apontar uma posição mais equilibrada e procurar ver os jesuítas como homens de seu tempo (2003, p. 3). Esta linha que vamos seguir entende como apontamos Villalta que “até 1759, a Companhia de Jesus foi o principal agente da educação, possuindo várias escolas, voltadas para a formação de clérigos e leigos” (1997, p. 347).

Essa meta traçada pela Companhia revela interlocuções de expressões significativas para a educação colonial, sendo nas escolas ou colégios. Entre os vários Tratados educacionais realizados na colônia, destacamos a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1689), de Alexandre de Gusmão (1629 – 1724). Este autor procurou na pedagogia uma forma de inserir o infante no mundo português, fosse pela moral ou religião.

*Alexandre de Gusmão: Arte de Educar Meninos nos Bons Costumes* é uma pesquisa que tem por finalidade entender e compreender os mecanismos sócios-culturais que envolviam a empresa de educar as crianças nos bons costumes. Temos por base de discurso o Tratado, que é categórico em lembrar que a palavra puerícia, vem do latim *puer*, e quer dizer menino. Para o autor,

---

pedagogia que se formava nas terras de Portugal. Nóbrega sempre criticou os colonizadores que adotavam os ritos e os costumes dos índios. Dessa forma, ao invés dos padres da Companhia dedicarem tempo quase exclusivo na catequese dos índios, despendiam muito mais tempo com os próprios cristãos já que “até agora pouco podemos conversar o Gentio, porque os Christãos estavam taes que nos occupam muito suas confissões e negocios com elles”, escreveu o Pe. Nóbrega (1988, p. 122).

quando pensamos em meninos, devemos pensar em brinquedos ou brincadeiras (GUSMÃO, 2000, p. 368), conseqüentemente a *Arte de educar bem os filhos na idade da puerícia* é um Tratado que tem como função a educação de meninos. As meninas apenas aparecem no último capítulo do Tratado e é vista como a mantenedora do lar, sendo pela virtude da criação que os pais ofereceram nos bons costumes ou pela fé católica.

Conseqüentemente, o objeto de pesquisa serão os *bons costumes* no Tratado de Gusmão. Quando falarmos de bons costumes – que pode aparecer no corpo do texto como boa criação ou boa formação –, devemos ter em mente o adquirir bons hábitos e princípios que ofereçam condições para a criança viver bem e representar os princípios do rei e do reino português na sociedade.

Para Gusmão, ter bons costumes é adquirir bom conhecimento (sendo pelos filósofos ou retóricos), ser instruído com princípios religiosos, obter hábitos honrados e justos. No Tratado, os bons costumes devem ser compreendidos como um projeto de vida, uma projeção do ser.

Os bons costumes ensinados por Gusmão, levam a criança a conviver com as diferenças da vida: alertando sobre o que é bom e mal, justiça e injustiça, ânimo e preguiça, amor e mimo, etc. Habituar-se, acostumar-se. Adquirir bons costumes está relacionado com o respeito, os valores e a religiosidade portuguesa. Essa dádiva é aprendida por meio dos pais e professores despertando aos poucos as percepções da criança levando-as a entender o mundo, a República e sua existência. Este Tratado tem como fim formar meninos perfeitos para que nos anos da adolescência chegue a ser um mancebo perfeito<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup>GUSMÃO, *Ao menino de Belém, Jesus Nazareno*, 2000, fls. ij.

**I – GUSMÃO E O MUNDO PORTUGUÊS NA  
COLÔNIA BRASILEIRA.**

Segundo Pereira (1939, p. 71), Alexandre de Gusmão nasceu em 14 de agosto 1629 em Lisboa, proveniente da pequena nobreza. Em 1634, ainda aos 05 anos veio para as terras brasileiras.

Ingressou na Companhia de Jesus no ano de 1646. A educação recebida era caracterizada pela visão educacional da época. Criado na escola jesuíta do Rio de Janeiro teve contato com cursos de Humanidades, Gramática, Retórica, Filosofia e Teologia, à maneira do *Ratio Studiorum*.

Em sua turma encontramos, por exemplo, Antonio Vieira e Simão de Vasconcelos (conheceu os dois amigos quando se nutria da educação jesuítica no Brasil). Saiu do colégio jesuítico duas décadas mais tarde como pregador.

Uma vez professo, foi mestre de noviços no Rio de Janeiro e foi nomeado reitor do colégio da Bahia e do Espírito Santo. Em São Paulo, trabalhou na administração de índios aldeados. Também praticou missão em São Paulo e foi feito prisioneiro de piratas. Teve amigos importantes, como por exemplo, o cirurgião-mór Francisco de Lourenço – “a quem batizou um dos filhos, Alexandre de Gusmão (1629 – 1724), o estadista, e educou o outro, no seminário de Belém, Bartolomeu de Lourenço, o ‘padre voador’” (Ibidem, 1939, p. 71).

Dos feitos realizados por ele, o seminário de Belém<sup>4</sup> se configura em um espaço de certa relevância. Essa instituição tinha o intuito de estabelecer uma via de educação, formação e percepção moral nas terras portuguesas alcançando assim as crianças. O seminário, apresentava características totalmente diferente dos colégios jesuíticos no Brasil. Modelo que mostrava-se diferente da européia, sendo pela administração, sendo pelo modelo de ensino.

A educação sempre fez parte de sua vida. Escrevendo vários livros, alguns alegóricos, outros pedagógicos e também livros religiosos. Por ordem cronológica podemos destacar: *Escola de Belém, Jesus nascido no Presépio* (Évora, 1678), seu primeiro livro, que segundo Serafim Leite (1945, Tomo V), foi publicado em Évora, na oficina da academia.

Escreveu uma novela alegórica intitulada *História do Predestinado Peregrino e seu irmão Precito* (Lisboa, 1682). Segundo Fidelino de Figueiredo,

---

<sup>4</sup> O Seminário como foi fundado no ano de 1687 “com caráter popular, para nele se criarem os filhos dos moradores, sobretudo os pobres, que viviam no sertão, e poderem estudar não só os primeiros elementos de ler e escrever, mas também música e latim” (LEITE, Vol. V, 1945, p. 167).



nesta obra o Padre “conta a história de dois irmãos: Predestinado, casado com a Razão e pai de dois filhos, Bom desejo e Reta intenção” (1940, p. 185). É uma novela simbólica que trata de questões morais e religiosas.

Logo em seguida vem a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*<sup>5</sup> (Lisboa, 1685), este foi escrito aproximadamente no mesmo período que Alexandre fundou o seminário de Belém. Serafim Leite (Vol. V, 1945.) fala que essa Tratado deu origem ao seminário de Belém, pois a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* é uma obra que revela pontos importantes sobre educação de crianças, e o seminário apesar de ser um colégio para educação de adolescentes, apresenta singularidades relevantes baseadas nas obras do educador. Leite escreve que esse Tratado juntamente com *Escola de Belém* fizeram nascer o seminário (Vol. V, 1945, p. 167).

Outra publicação foi o *Sermão na catedral da Bahia de Todos os Santos* (1686). Três anos mais tarde publicou a *Meditação para todos os dias da semana* (1689), e seis anos depois *Meditationes digestae per annum* e *Menino Cristão* (1695).

Escreveu a *Rosa de Nasareth, nas montanhas de Hebron* (1709), que é considerado por Leite (Vol. V, 1945, p. 178) o livro que demonstra as intenções e os benefícios que Nossa Senhora tem feito a Companhia, além das normas do Seminário de Belém da Cachoeira. Escreveu ainda, *Eleição entre o bem & Mal eterno* (1717), onde indica caminhos para a virtude.

Também existem as publicações póstumas, cuja data de publicação é incerta, provavelmente em 1782 e 1783, são elas: *O corvo e a pomba da Arca de Noé* e *Árvore da vida* (1734), *Compendium perfectionis religiosea* (1783) e *Preces recitandae statis temporibus ab alumni Seminarii Bethlemici*.

---

<sup>5</sup> O nome do Tratado de Gusmão é *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia – Dedicada ao Menino de Belém Jesus Nazareno*. Os títulos são: *Da importância da boa criação dos meninos; Explica-se a importância desta criação dos meninos com algumas semelhanças aos padres; Da utilidade da boa criação dos filhos enquanto meninos; De quanta utilidade seja para os pais a boa criação dos filhos; De quanta utilidade é para toda a república a boa criação dos meninos; Da obrigação que têm os pais de criar bem os filhos na idade de meninos; Quão severamente castigam Deus nesta vida os pais negligentes na boa criação dos filhos; Quão severamente castigam Deus na outra vida os pais negligentes na boa criação dos filhos; Quanto se agrada Deus dos pais que sabem criar bem seus filhos; Quais estejam mais obrigados à criação dos meninos, os pais ou as mães; Da obrigação dos tutores aios e mestres de meninos; Dos pais que enjeitam os filhos pelos não criar; Da crueldade dos pais que matamos filhos pelos não criar ou por outros respeitos humanos; Da boa criação dos meninos enjeitados; Da boa criação dos meninos órfãos; Do cuidado que devem ter os pais dos meninos defuntos; Como se hão de haver os pais com os filhos e má condição; Que naquilo em que os pais puseram os filhos na puerícia ficarão toda vida e, finalmente, Do cuidado que os antigos tiveram da boa criação do meninos.*

Alexandre de Gusmão é tomado por um espírito humanista que influenciava seus escritos. Isso acontece devido ao fato do português assumir um espírito de registro e mercantil. Esse processo acaba fazendo parte da formação dos filhos de governantes. No mesmo período o aprendizado desta habilidade se expande uma vez que a escrita das cartas passa a fazer parte do currículo das escolas fundadas pelos humanistas, as quais proverão quadros administrativos dos governos, como secretários e diplomatas (MISSIO, 2007, p. 49).

Os símbolos, as imagens, as metáforas, o jeito de escrever representa o modelo literário português. Ele participava e praticava os mesmos ritos e cerimônias, as leis faziam sentido para o educador, a comunidade cristã revelava-se como mística.

Com a religião portuguesa firmada nas práticas dos bons costumes, Alexandre direciona seu discurso educativo neste caminho. “Isso acontecia porque o Estado e a Igreja se fundiam numa sociedade única, *sui generis*. Cristianização e aporuguesamento são tarefas sinônimas, indissociáveis e identificáveis entre si” (PAIVA, 1982, p. 13).

A educação que os jesuítas apresentavam tem o sentido “geral de espaço cultural, profissional, religioso, espaço de formação de valores, do que um conjunto de salas de aula” (COSTA 2007, p. 34).

Conseqüentemente ele assimila essa *práxis* como regra de vida. No Tratado, a forma de ensinar é à maneira dos jesuítas; isto é, como o era em Portugal. Os perigos estavam fora dos círculos pedagógicos, as ações pedagógicas dos jesuítas se mantinham como “nau” em direção à terra firme. As condições existenciais que importavam eram as portuguesas, o oceano não era distante para eles, por isso, estudar era estudar à maneira de Portugal.

A ação pedagógica de Alexandre de Gusmão refletia a realidade colonial, as representatividades da educação proposta demonstravam o empenho dos jesuítas em educar. O educador faz parte dos jesuítas que são os iniciadores de uma cultura: Vieira, Nóbrega, Anchieta, Cardim, Vicente, entre outros, revelavam o ideal prático e educacional, mostraram-se imbatíveis, seguiram o modelo inaciano até o fim. Segundo esses jesuítas eram vistos como:

Homens destinados à grandiosa, nobre e, sobretudo, estóica tarefa de amoldar o gentio à vida em comum, propagação da fé e dos bons costumes (bons costumes), verdadeiros cruzados de uma era, conquistaram, e quantas vezes com o derramamento de seu sangue, o alto objetivo de sua missão, que seria o mais poderoso contingente à causa da unidade nacional. Gigantes de tudo quanto podia a natureza humana, onde estivesse haveriam de marcar com sua obra desafiando o sinal dos tempos, a passagem de uma existência fecunda e sumamente prática, como foi o ciclo inaciano entre nós. Em tudo participaram: agricultura, pecuária, engenharia, astronomia arquitetura e até siderurgia, destacando-se, ainda, várias manifestações artísticas, como esculturas, pintura e ourivesaria. Revelando capacidade de organização e direção infinitamente superior aos leigos de sua época, chegando a construir com suas propriedades, uma potência de ordem moral e material autônomo, portanto isenta de qualquer influência (FREITAS, 1985, p. 23).

Com esta fala percebemos o empenho e influência que os jesuítas prestaram para o desenvolvimento da educação no Brasil. Sua vontade e missão era catequizar e educar.

A história que ocorreu na Bahia e em especial no Recôncavo (Cachoeira), durante o período de que estamos tratando, não difere do ocorrido também em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, entre outros lugares do Brasil. Percebemos que as lutas faziam parte do ciclo natural de conquista proposto pelos portugueses.

Os portugueses chegaram ao Brasil e criaram um contexto multicelular que modela a sociedade por meio das suas experiências. Multicelular no sentido de agrupar as células sociais e seus grupos. Agrupando células sociais o contexto que o português cria no Brasil são experiências de vida e individualismo no sujeito que está em movimento.

Essas experiências sociais são afirmações da cultura portuguesa em terras brasileiras. As experiências históricas se modelaram nas formas visíveis de cultura.

As experiências educacionais colonial abraçam, desde a fundação do colégio de Salvador (1549) até a abertura do seminário de Cachoeira (1687), quase cento e cinquenta anos da história educacional brasileira. E esses anos

da vivência social implicam nas ações dos seres humanos nessas terras, sendo elas pedagógicas ou outra qualquer.

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa que no Brasil inicia o caráter educativo pelas experiências vividas. É importante entendermos que as experiências sociais são as cartas comunicadoras entre as pessoas, regiões, reinos e países.

O vocábulo *experiência* e seus derivados têm uma carga muito forte de significado: querem explicitar precisamente o ato do viver, tal qual acontece. Não diz, pois, interpretação, mas vivência. *Experiência* não deve ser tomada como adjetivação do sujeito e sim como sua própria substância enquanto concretude. Etimologicamente, o εξ (ex) indica um movimento “para fora”; o περ (per), radical de περάω (peráo), atravessar, de περαινω (peraino), ir até o limite, sugere uma *travessia* que o eu realiza como que para fora, quase um desdobramento, dentro dos seus limites (possibilidades, *potentia*), o que nos permite pensar a experiência como o modo de ser do eu. (PAIVA, 2006, p. 155)

As experiências sociais são vivências que se acentuam no âmbito pedagógico – tanto na educação, como no trabalho, no lar, etc.

As experiências sociais estabelecem formas de sobrevivências. E o ato de sobreviver está em um constante mudar de ritmo. Esse mudar é originado pelo costumeiro do dia-a-dia.

Ao observarmos a pedagogia estabelecida por Alexandre de Gusmão no seu Tratado, percebemos um emaranhado de teias onde seu método de escrita é formado por meio de suas experiências vivenciadas como educador, experiências essas que se originam no fluxo do cotidiano.

Essas práticas vivenciadas no dia-a-dia da colônia são experiências de uma fé comum dos ideais estabelecidos na época, que levam os indivíduos a pensar criticamente, para entender a responsabilidade social e para (re)fazer um mundo permeado pelo espírito português.

Paiva entende essa experiência social como um constante viver. Para o autor “viver é estar sempre em mudança” (2007, p. 8). O viver é o fluxo do vir-a-ser do indivíduo, a mudança constante revela-se na forma de ser em sociedade que um povo constrói ao longo do tempo.

Por forma de ser, compreende-se a realidade na sua inteireza, na sua totalidade. E o conceito totalidade que ele usa não se limita à abstração, Paiva

explica que o ser existente é uno e correspondente a uma unidade social construída pela mudança.

Os indivíduos das terras brasileiras são indivíduos em movimento. Esses indivíduos em movimento são sujeitos que participam das responsabilidades sociais e dos ideais portugueses na colônia. Isto é, cada indivíduo revela a capacidade de se situar como sujeitos em busca da afirmação do ser (em constante movimentação), não deixando de mudar e se adaptando nesta terra desconhecida por Portugal.

Observando o Tratado, podemos fazer uma análise dentro de uma escala reduzida, uma análise que se desenvolve por especulações das fontes, descrevendo etnograficamente e tendo preocupação com a narrativa literária.

A América portuguesa é a abertura geográfica das grandes navegações. Lembrando que antes das navegações Portugal desde meados do século XIII já havia definido suas fronteiras e estabelecido sua nação. Fixando as fronteiras, Portugal poupava o doloroso processo de gestão territorial ocupando-se com guerras, sendo para defesa ou conquista.

As navegações vão mundializando o espaço europeu, novas áreas do mercado surgem, o mercantilismo torna-se forte. Palacin explica que “a mudança das rotas comerciais foi o fator fundamental para o cedo despertar de Portugal” (1981, p. 20).

Os atores são os portugueses, e o contexto dos séculos XVI e XVII é manifestado pelo desenvolvimento do comércio internacional. Este desenvolvimento acelerou a transformação intelectual e mercantil de Portugal. Pois, o fluxo de cargas que vinham e iam da América a Portugal estimulavam as mudanças nos gostos e costumes. A administração comercial levou o português a ter um espírito de planejamento, isto é, a constituição de uma racionalidade. Continua Palacin:

Toda a fachada atlântica se reanima ao contato desta nova corrente comercial. No Portugal rural e agrário do fim da reconquista, duas cidades portuárias começam a destacar-se vigorosamente, regadas por esta via comercial vivificante: Lisboa no estuário do Tejo, e Porto na desembocadura do Douro. São cidades eminentemente marítimas e comerciais, em que floresce uma burguesia de comércio nacionais e estrangeiros. Esta nova classe, que vive do comércio e para o comércio (1981, p. 20-21).

Essas mudanças acontecem lentamente e um dos agentes para esse denominador comum é a busca comercial pelo lucro. No comércio exige o cálculo, planejamento, contabilidade, disciplina e rigor levando o homem a uma racionalidade mercantil. Com o crescimento econômico as cidades portuguesas cresceram, o dinheiro tornou-se comum levando a uma relação de contato, tornando o símbolo do individualismo, marcando uma nova era. Essa forma de ver o mundo, por meio de uma perspectiva mercantil lançou uma aporia: Por que conhecer? Por que disso? Por que daquilo?

Sobre o espírito mercantil e o trato comercial Paiva argumenta:

*Mercantil*, mais do que referência ao trato comercial, subentende a compreensão de mundo gestada pela exigência comercial. O *trato* se faz entre um vendedor e um comprador. Esta relação é mediatizada pela mercadoria, ou, melhor ainda, pelo interesse de lucro que tem o vendedor com sua ação. O *afeto*, marcas das relações feudais, cede lugar de primazia ao *efeito*, ao resultado. Para tanto, há necessidade de cálculo, planejamento, técnica vigilância. O importante é o *efeito*, não as pessoas. O *privado* surge em cena. O indivíduo é realçado. Predomina o impessoal, o burocrático. Impõe-se o contrato (2005, p. 9 – destaque em itálico do próprio texto).

Essa forma de calcular e de formular o raciocínio levou os homens dos séculos XVI e XVII a conhecer as coisas diferentes dos antigos. O que está em jogo não é referente às Escrituras Sagradas ou a elaboração de um conhecimento teocêntrico. Se a antiga forma de conhecer as coisas responde ou não as exigências da época, isso não é o mais importante, não porque eles desprezassem tal concepção, mas porque eles evoluíram pelo movimento dos eventos mercantis.

A razão é a manifestação do espírito dos séculos XVI e XVII e suas engrenagens revelam-se nas experiências comerciais e filosóficas vividas também em terras brasileiras.

Entender o Brasil colonial é perceber o reflexo da sociedade portuguesa dos séculos XI ao XIII. Conseqüentemente, essas terras tornaram-se a extensão do reino de Portugal (LEITE, 1965).

Essa nova fronteira mostra-se rica em diversidade e o contato com outras culturas – no caso, a dos indígenas – criou condições que possibilitaram processos naturais de mudanças. Os costumes, a vida, a sociedade, as crenças, os valores e as instituições que aparecem nas terras brasileiras são os reflexos desse fluxo cultural.

A colônia apresenta para os portugueses mostra-se como uma nova sorte, a alimentação, o transporte, a defesa, a distância, a forma de habitação, a ameaça de uma emboscada por índios, uma doença desconhecida, um animal pouco conhecido, tudo fertilizava a mente dos portugueses. Eles sabiam que viver na colônia não era a mesma coisa que viver em Portugal. Apesar das divergências e circunstâncias territoriais, a ordem, a organização social, o direito, o costume e normas eram as mesmas de Portugal.

O indivíduo nas terras brasileiras vive um contexto que modela a sociedade por via das experiências mercantis, isto é, espírito racional.

O português dos séculos XVI e XVII é marcado pelo espírito de registro. O registro, o relatório, a carta ao Rei eram as formas de desenhar e controlar a realidade. Nada passava despercebido diante dos olhos dos homens daquela época; um animal, uma cachoeira, os costumes dos indígenas. A ordem era concebida pela unidade.

Sua constância define a consciência do povo, o comércio internacional ditava o caminho. A história era feita por crônicas e relatos dos fatos, que bem redigidos retratavam o cotidiano da colônia. Apresentava-se desta maneira o discurso da educação colonial no século XVI. Evidentemente discutir cotidiano da colônia é entender como uma ação, ou melhor, como uma estratégia que os jesuítas desenvolveram, estabelece uma harmonia correta para terras do Rei e Portugal.

Esta estratégia jesuítica se manifesta nos colégios que são modelo educacional na colônia. Para Costa “o colégio, seria um instrumento eficaz da ‘nova cruzada’, pois através do aprendizado de ler e escrever e dos assuntos mais complexos, a religião cristã, e obviamente a cultura ocidental, era introjetada em meio do ensino” (COSTA, 2007, p. 36).

A educação proposta pelos jesuítas não só marcava os fatos, mas movia o leitor a fazer parte do mundo português: os colégios, os livros, ou pelo *Ratio Studiorum*. Ele traz essa marca, o mundo português se faz presença na forma

literária com que trabalhava. E a forma de escrever a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* é a prova das experiências vivenciadas por ele.

Alexandre de Gusmão é um indivíduo que participa desta movimentação. Este indivíduo está em fluxo constante, um progresso contínuo com as habilidades, práticas, técnicas e vivências. Ele pode nos oferecer via de acesso para percebermos, ainda que pouco, sua realidade. Olhar para o movimento que o Tratado faz, é perceber as experiências do autor.



## **II – CONTEXTO HISTÓRICO DA CAPITANIA DO PARAGUAÇU.**



Mapa da cidade de Cachoeira, localizada no Estado da Bahia. Podemos perceber o caminho do Rio Paraguaçu até a capital baiana. Site consultado:

[http://maps.google.com.br/maps?utm\\_campaign=pt\\_BR&utm\\_source=pt\\_BR-ha-latam-br-sk-gm&utm\\_medium=ha&utm\\_term=mapas](http://maps.google.com.br/maps?utm_campaign=pt_BR&utm_source=pt_BR-ha-latam-br-sk-gm&utm_medium=ha&utm_term=mapas)

## **a) Embates entre colonizadores e indígenas no rio Paraguaçu.**

Quando se fala sobre Alexandre de Gusmão, o que vem à mente é seu maior projeto: o seminário de Belém da Cachoeira. Ele não é só o seminário. Entre vários projetos também escreveu vários livros, um deles é a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* – uma de suas obras mais conhecidas. Por enquanto, vamos entender o contexto da Vila de Cachoeira.

Quando se diz entender o contexto, compreende-se o mergulhar na época em que a capitania do Paraguaçu<sup>6</sup> se formava e se estabelecia enquanto potência de rotas navais e centro intelectual do Recôncavo, que tinha seu início no rio Paraguaçu, a chave mestra para entendermos o mundo que se formava em Belém da Cachoeira nos séculos XVI e XVII.

Para melhor apropriação desse contexto, inferimos alguns pontos que nos ajudam a compreender o que levou os colonizadores portugueses desejarem aquele lugar para estabelecer uma capitania.

O primeiro deles, dia 10 de agosto de 1549, o padre Nóbrega comunica ao Dr. Martim Azpilcueta Navarro as seguintes linhas:

Começamos a visitar suas aldeias [...] e conversar com eles familiarmente, apresentando-lhes o Reino dos Céus, se fizerem o que lhes ensinamos [...] Quando vamos pelas aldeias, nunca os naturais nos desamparam, antes, se metem atrás de nos, aonde quisermos ir [...] aconteceu-me numa noite de luar, estavam em grande silêncio, atentos aos que lhes pregavam por meio de um moço língua, que tinha comigo; entre outras coisas lhe disse que tivesse fé em Jesus Cristo e, ao dormir e levantar o invocassem [...] Quando me despedi deles, andando pelos cominhos, alguns pronunciavam em alta voz o nome de Jesus (LEITE, Vol. I, 1954, p. 139).

Ao lermos tal cordialidade dos gentios para com os colonos portugueses, imaginamos um povo adoravelmente receptivo. Há controvérsias, havia também dificuldades de convívio.

---

<sup>6</sup> A Capitania do Paraguaçu é a atual cidade de Cachoeira, que fica no Recôncavo baiano, no Estado da Bahia. É nesta cidade que está localizada Belém da Cachoeira, local que foi fundado o seminário de Belém por Alexandre de Gusmão.

O principal explorador do Paraguaçu foi Christóvão Jacques, que inclusive se configurou como um importante explorador da Bahia de Todos os Santos.

Silva escreve que o Fr. Vicente do Salvador acompanhou o fracasso de Jacques e dos franceses diante da investida dos índios<sup>7</sup> que residiam neste rio, no ano de 1504:

neste tempo já traficavam os franceses, no litoral da Bahia e na ilha chamada dos franceses, naquele rio, achou Jacques, diz Padre Vicente do Salvador (sic), duas naus francesas ancoradas, comercializando com os gentios, e eles as meteu no fundo, com toda gente e fazenda (1932, p. 106).

A indagação é: por que os franceses deixaram esse ponto do Paraguaçu? A fertilidade das terras brasileiras despertava em todos à possibilidade de fazer riqueza. Com os franceses não foi diferente, mas simplesmente eles abandonaram esse ponto da Bahia. Por quê?

No século XVI, a etnia tupi<sup>8</sup> dominava não só o litoral como todo território brasileiro. A língua tupi era falada às margens do Paraguaçu<sup>9</sup> pelos seus nativos.

---

<sup>7</sup> Os índios citados por Silva que colocou uma nau e sua fazenda no fundo do Paraguaçu são os Tupinambás. O nome Tupinambás é geralmente escrito Tupinambá. Segundo Cardim (1980), eles criaram o termo *amb* significa varão ilustre. Um outro termo existente, *abanheenga* aponta uma palavra parecida a *mba*, é *mbya*, que significa gente. O nome Tupinambás pode ser entendido “por *tub-yba-i-mbya*, a preposição *i* que rege *tubyba* também pode ser *ri*, que por eufonia pode tornar-se *ni*, e deste modo *tub-yba-ni-nbyba* quer dizer “ente atinente ou ardente ao chefe dos pais” (CARDIM, 1980, p. 134). Assim temos os mesmos nomes de forma diferentes, *Tupinambáú*, *Tupinambás*, ou *Tupinambáúba*, os próprios índios não se chamavam dessa maneira, foi um nome próprio dado pelos europeus. Os índios daquela região foram denominados Tupinambás. Na Bahia de Guanabara são os Tamoios que os escritores portugueses chamavam de Tupinambás. O tronco étnico indígena nas terras brasileiras estende-se e manifesta-se em três características culturais que se espalhavam no Brasil: Tupi, Macro-gê e Arauk. Entre os Tupi, Palacín (1981) afirma que eles davam o nome genérico, Tupuais, para etnias que não são do tronco Tupi. Tendo o significado de bárbaros. Já Nóbrega (LEITE, Vol. II, 1954, p. 247) fala de Tupazas, sendo esses um gênero bestial e feroz. Como os portugueses entraram pela costa brasileira, encontraram algumas etnias. Entre elas os Macro-gê, Arauk e os da etnia Tupi, todos sofreram com a colonização. Os índios que viviam nessas terras eram vistos pelos colonos como um povo bestial, com falta de razão, de percepção e de humanidade. Isso devido a algumas etnias serem antropofágicas e os colonizadores consideravam que os nativos, ao matarem e comerem os semelhantes mostravam uma natureza brutal cheia de crueldade. Por isso, eram tidos como animais sem alma e espírito.

<sup>8</sup> A grafia dos grupos indígenas utilizadas tanto no corpo deste trabalho, como nos anexos, seguiu as normas da Convenção sobre grafia dos nomes tribais, aprovada na 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada no Rio de Janeiro, 1953 (in SCHADEN, 1976). No item 20 desta norma, diz que “os nomes tribais escrever-se-ão com letra maiúscula, facultando-se o uso de minúscula no seu emprego adjetival”. No item 22, da mesma, está estabelecido que os nomes dos grupos indígenas “não terão flexão portuguesa de número ou gênero, quer no uso substantival, quer no adjetival”.

<sup>9</sup> O nome dado ao rio é composto de duas palavras tupi: *para-guassú*. Na língua tupi, “*para*” significa mar ou rio e “*guassu*” significa grande. O nome Paraguaçu dado ao rio se justifica devido à sua grande extensão e largura, criando no imaginário dos indígenas um mar ou um rio grande: “A grande bacia que se abre na parte baixa do rio, entre Iguape e Maragogipe, a denominação de Paraguassú, então dada por

O próprio rio está num vale cuja extensão das águas é de importante significação para navegação. Ele nasce na serra de Cincura e ao chegar à cidade de Cachoeira, banha a margem esquerda desta. Além das águas que vêm das montanhas e despeja todo fluxo fluvial no rio.

Depois de chegar à vila de Cachoeira, segue em direção à Bahia de Todos os Santos<sup>10</sup>. Isso significa que o rio oferece acesso fácil para a capital baiana (Salvador). E mais tarde, proporcionaria uma rota de grande significação para cidades do Recôncavo baiano favorecendo também a concentração de alguns pólos de produção açucareira.

Desta maneira, a capitania do Paraguaçu existiu devido ao rio apresentar condições favoráveis para a navegação, oferecendo importante significação fluvial para região do Recôncavo.

Vale ressaltar que o embate na bacia do Paraguaçu não foi calmo e tranqüilo. Havia problemas entre jesuítas e colonos, é verdade, mas isso não era só um problema de Cachoeira, esse problema manifestava-se em toda colônia. Não será objeto de nossa análise o embate entre jesuítas e colonizadores, pois nos propomos a apontar o contexto histórico da capitania para melhor compreensão do dia-a-dia do colonizador e de Belém da Cachoeira.

Foi com D. João III que ocorreu uma grande investida que proporcionaria uma aproximação entre os índios e o colonizador. Segundo Couto, “no mesmo tempo que criou o Governo-Geral do Brasil, D. João III em 1541 aproveitou a oportunidade para solicitar aos jesuítas o envio de missionários para a Província de Santa Cruz” (1995, p. 313). Essa tentativa de relacionamento dos índios com os colonos esboça uma especial preocupação na salvação das almas desses gentios.

No ano de 1549, mais precisamente no dia 29 de março, os jesuítas chegam às terras brasileiras. A primeira imagem dos jesuítas acerca destas terras foi o retrato de uma terra cheia de escravos e esses eram índios. A manifestação dos jesuítas sobre esse assunto se deu dia 6 de janeiro de 1550. Couto escreve que o Nóbrega em missiva redigida em Porto Seguro

---

seus indígenas a essa parte, e para justificar, ou pelo menos explicar seu pensamento [...] ‘paraná – assú’, que significa, mar ou rio grande, podendo ser que se diga por abreviação, pará o que devia ser paraná” (SILVA, 1932, p. 107).

<sup>10</sup> Sobre o caminho do Rio Paraguaçu, ler *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, comentários de Pedro Celestino da Silva, Bahia, 1932.

informa ao Provincial de Portugal que no Brasil ‘a maior parte dos homens tinham a consciência pesada por causa dos escravos que possuía contra a razão’[...] P. Nóbrega solicitava a intervenção régia no sentido de enviar inquisidores e comissários com o objetivo de fazer libertar os escravos, ao menos os que são atacados (Ibidem, 1998, p. 313).

A escravidão dos índios nas terras brasileiras não se desenvolveu pelo menos de início, em grande escala. O cativo necessitava manter uma política defensiva e de pura sobrevivência. Isso significava viver. Segundo Palacin a escravidão “não se aplicou em grande escala, no começo, não se deveu isso a escrúpulos de consciência, senão a necessidade de manter uma política prudente de paz com índios vizinhos dados a escassa ofensiva – defensiva dos pequenos núcleos colonizadores” (1981, p. 69).

Geralmente os gentios escravizados eram os Tupuais, os bárbaros, inimigos da etnia Tupi. Porém, os colonos também escravizam os gentios da própria etnia Tupi e acabavam generalizando todos chamando-os de Tupuais<sup>11</sup>.

O processo de colonização e escravidão não foi fácil nesta capitania do Paraguaçu. Alguns índios se tornaram escravos por necessidade social, outros se tornavam índios de paz, porque o colono português modelava o contexto social e proporcionava educação abrandando o espírito bravo. Outros ainda, se tornavam soldados em troca de roupas ou outra indumentária qualquer e acabavam matando seus irmãos para favorecer os portugueses (Ibidem, 1981).

---

<sup>11</sup> Nóbrega (LEITE, Vol. II, 1954) fala desses índios bárbaros como sendo às vezes, bestiais e ferozes, que andavam pelos bosques como manadas de veados, desnudos e com cabelos compridos como os das mulheres. Relata ainda que eram carneiros e despedaçavam um homem por nada. Silva (1932) dizia que eles comiam uns aos outros causando terror ao colonizador. Prática essa, que para nós parece um estado de horror. Porém, para os Tupinambás é um ritual religioso, no qual o índio acaba recebendo um nome pelo ato de esfacelar o crânio do inimigo. Mudar esse costume era para os jesuítas: estabelecer um embate praticado à sombra da cruz. Sobre isso, Nóbrega expõe que quando passou com muitos índios de paz entre os Tupuais, no mesmo instante saiu ao encontro uma *manada* de índios ferozes e despedaçaram em quatro um índio de paz. Nóbrega em contato com os Tupinambás, conseguiu enxergar elementos para uma teologia primitiva que se manifestava no seio dos indígenas. Com a mesma descrição da santidade cristã, Nóbrega viu no feiticeiro a tipologia do sacerdote, na cabana sagrada ou casa escura – o lugar onde aconteciam os rituais indígenas –, o santuário sagrado, na cabaça em figura humana, o ídolo, nos pedidos e promessas de bens materiais, as orações (LEITE, Vol. I, 1954, p. 150). Formava-se na mente de Nóbrega um mundo que possibilitava a aplicação da teologia cristã. Contudo, os jesuítas entendiam que, apesar de serem gentios inóspitos, tinham direito da libertação da alma. Acreditando sempre na salvação dos índios por meio da catequese.

Não podemos pensar que essa necessidade de formar escravos pelo colonizador são os reflexos de uma sociedade sem escrúpulos de consciência, entretanto, trata-se de uma defesa contra investida dos núcleos tupi. E ao mesmo tempo é uma necessidade de sobrevivência a qualquer custo. Os indígenas tinham o conhecimento que lhes proporcionava a sobrevivência por meio da natureza. Fator importante para a sobrevivência do colono em terras estranhas.

Sobre o Paraguaçu, Silva (1932) menciona que neste rio existem locais profundos que oferecem para as embarcações, navegação franca e segura. O único lugar de risco para prática naval é chamado Pedreira. Neste ponto, existem bancos ou coroas de areias que dificultam a circulação naval. As navegações só encontram caminho seguro perto da parede de pedra, que se localizam à margem direita do rio.

No tempo colonial – séculos XVI e XVII – devido as inundações, as navegações sofriam dificuldades em algumas épocas do ano (de novembro a março). Apesar desta dificuldade, o meio do rio Paraguaçu era sempre navegável.

Um outro fator importante para o estabelecimento de uma capitania naquele local, eram as margens. As condições de cultivo que aquele local proporcionava após as inundações eram de certa significação. Apesar das marés inundarem as margens e provocarem prejuízos aos moradores, por causa das condições meteorológicas, todos os colonos necessitavam dessa fonte comercial e de subsistência.

As inundações sempre ocorriam, segundo Silva entre os meses de novembro a março tomando proporções de maior e menor importância, mas sempre catastróficas, e se repetiam periodicamente, destruindo as culturas e espalhando pânico, um infortúnio entre as populações ribeirinhas (1932, p. 109).

Conseqüentemente, se nos meses de novembro a março as margens eram alagadas e inundadas, a pescaria tornava-se favorável, pois os peixes iam até à margem do rio. Com a pescaria farta e a água potável, mesmo paradoxalmente, os moradores não temiam as calamidades da natureza, pois o rio dava-lhes alimentos. Se não houvesse cultivo, havia pesca. E no verão, o rio oferecia águas que refrescavam a população da capitania do Paraguaçu.

As inundações traziam nutrientes, os quais ofereciam um ciclo natural da vida que compensava os prejuízos obtidos nos meses de cheia. Portanto, no tempo em que as marés não inundavam as margens, as áreas eram cultiváveis, com criações de animais, pastagens e produções agrícolas.

No final de março a início de novembro era possível observarmos as margens cheias de culturas, ocupadas por hortas e árvores frutíferas como pitangueiras. Também eram vistos peixes como robalos e curimãs.

Nota-se que estes fatores são as principais idéias do estabelecimento da capitania naquele local. A fertilidade da margem do Paraguaçu e o estado de navegação franca.

Tais fatores apresentados eram de vital importância para uma proposta civilizadora nas margens do rio. A facilidade da obtenção de alimentos e uma via de transporte eficaz era, em suma, um potente fator para estabelecimento de uma cidade onde seus moradores poderiam sobreviver. A importância desses fatos – navegação e alimento – despertou no colonizador, no ano de 1534, uma empreitada para a conquista de terras, cuja comida e vista de acesso fácil para capital era algo significativo.

Para Silva os colonos desprovidos de dinheiro, ameaçados pela pobreza “começaram a conquistar um solo defendido, a todo transe, pelos seus naturais sob a iniciativa particular dos invasores, fornecendo esses, por seu valor e esforço” (1932, p. 76).

A grande questão se estabelece, pois o Paraguaçu era uma região ribeirinha fértil e de franca navegação. Porém, o Brasil colonial estava cheio de moradores nativos que lutavam pelas suas terras. Isso fez dessa capitania e de todo território brasileiro uma terra inóspita e garrida.

Nisto, encontramos a ânsia de fazer riqueza no coração do colono e a procura de novas terras. A capitania do Paraguaçu era ideal para exploração e na época do surgimento do Paraguaçu, existiam muitos índios Tupinambás. Eles formavam uma poderosa nação no Recôncavo. Eram recorrentemente vistos no litoral da Bahia.



Com a colonização do Recôncavo, os colonos que ali se encontravam, tornaram-se vítimas da correria cotidiana. Os índios lutavam pelo direito de estar na bacia do Paraguaçu e tal fato causava lutas e mortes<sup>12</sup>.

Um dos primeiros embates aconteceu no final de maio do ano de 1555, em Cachoeira entre colonos e índios. Um fazendeiro português tomou posse de terras pertencentes aos índios Tupinambás e assim, é desencadeada uma rebelião dos índios na margem direita do rio (SILVA, 1932).

Para Portugal era um prejuízo perder aquelas terras, pois, o Paraguaçu era de importância geográfica, pela fertilidade, pela navegação. Contudo, o governador Duarte da Costa (LEITE, Vol. II, 1954), conseguiu com uma investida naquele local e abateu algumas tribos indígenas. Os colonos pareciam viver uma paz momentânea.

Com os ataques dos índios por toda parte, o Governador Duarte da Costa, deu ordem (ao seu filho D. Álvaro da Costa) para avançar com seis cavaleiros e setenta peões armados. Estes enfrentaram armadilhas por todo caminho, conquistaram e queimaram duas aldeias vizinhas. Prenderam o morubixaba e destruíram a rebelião (SILVA, 1932).

Mais tarde, D. Álvaro da Costa novamente foi designado para dirigir outra empresa militar, agora com duzentos homens, a pé e a cavalo. O jovem capitão, em vantagem por causa das armas de fogo, travou uma batalha épica contra mil guerreiros Tupinambás que viram suas aldeias queimadas.

No ano de 1557 no dia 16 de janeiro, em carta de sesmaria, o filho do governador Duarte da Costa, D. Álvaro recebeu um prêmio de El-Rei, pelos serviços prestados a Portugal na capitania do Paraguaçu. Esse prêmio eram as próprias terras do Paraguaçu e Jaguaripe. Tomou Álvaro da Costa no dia 28 de janeiro do mesmo ano o próprio rio Paraguaçu<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Os Tupinambás tinham especial preferência pelas margens dos rios brasileiros. Sobre isso, Cardim (1980) informa que os Tupinambás habitavam no Rio Real até chegar a Ilhéus. Já Silva (1932) informa que eles habitavam as duas margens do Paraguaçu. É interessante que os dois autores mostram a preferência dos Tupinambás pela margem dos rios brasílicos, sendo este fonte de sustento e vida para a tribo.

<sup>13</sup> As testemunhas do feito foram: “Ayres Quintero (o escrivão), Vasco Rodrigues Caldas, Francisco Labussa Espínola, Antonio Alcaforado e Manuel Dias, moradores na Bahia e Manuel Lopes, escrivão do sobredito bergantim, perante cujas pessoas aquele escrivão lhe deu posse das ditas terras” (SILVA, 1932, p. 77).

Essa doação teve confirmação no dia 12 de março do mesmo ano de 1562 e foi conferida a D. Álvaro em 27 de novembro de 1565. Sendo que, em 29 de março de 1566, foi elevada a capitania<sup>14</sup>.

Foi neste período que a capitania do Paraguaçu prosperou. Parecia que a mesma gozava de paz. Em 28 de dezembro de 1557, quando Mem de Sá chegou à Bahia como governador-geral, nomeado por carta régia em 23 julho de 1556, ocorreram eventos que marcariam a história desta capitania (COUTO, 1995, p. 249).

No Governo de Mem de Sá, os índios demonstrando insatisfação pelo domínio colonial mataram alguns pescadores do rio Paraguaçu. Mem de Sá prevendo que surgiria uma nova rebelião enviou uma ordem para os Tupinambás: entregar os culpados pela morte dos pescadores. Esse pedido do governador da Bahia não foi atendido.

Os mesmos índios que sofreram derrota no governo Duarte da Costa, voltaram novamente a ocupar todo caminho do grande rio no governo de Mem de Sá e se recusaram sair.

Em seu governo, Mem de Sá atribuiu prioridade à resolução de problemas internos, ao restabelecimento institucional da cidade de Salvador e à realização de campanhas de subjugação dos silvícolas nas capitanias do Espírito Santo, Ilhéus e Bahia (COUTO, 1995, p. 250).

Havia entre os índios um grande debate, se deveriam ou não aderir à paz. Com a chegada efetiva do português em Cachoeira, isso na gestão de Mem de Sá, os Tupinambás se dividiram diante de tal questionamento. Diz Silva (1932, p. 78) que “os Tupinambás da banda da cidade declararam por inimigos dos outros Tupinambás, moradores da outra banda da Bahia, no limite do rio Paraguaçu” junto com os colonizadores.

O que estava em jogo era a sobrevivência, tanto por parte dos Tupinambás, que se sentiam ameaçados depois de sofrerem uma derrota dos portugueses no governo de Duarte da Costa, como da parte dos índios, os

---

<sup>14</sup> Os limites são descritos: “Da parte barra do rio Paroassú da parte do sul, até a barra do rio Jaguaripe pela costa de quatro léguas para o sertão pelos dois rios acima 10 léguas, indo confirmar no Aporá, na serra do Guararú, entrando dentro delas todas as ilhas que estiverem ao longo da costa desta dada, e a água do Iguassú que está pelo rio de Paroassú dentro do lado sul, com todas as entradas e saídas, pastos inatos e logradouros. Condição do Foral é residido dentro da povoação 3 anos. O donatário teve as honras de capitão e governador da capitania, mas seus sucessores contentaram-se apenas com o título de Donatário do Paraguassú, e sem que estabelecessem a mais insignificante vila, arrendaram as terras pelo tempo adiante de outros colonos (Ibidem, 1932, p. 77).

quais se aliavam aos colonos portugueses e se declaravam índios de paz para serem redimidos do flagelo português.

Entre várias capitanias existentes na Bahia, a do Paraguaçu era extremamente perigosa para os colonos, devido a estrangeiros aportando a todo o momento ou por Tupinambás contrários aos colonos.

Sendo assim, os Tupinambás se dividiram em dois bandos: um querendo aliar-se ao jugo português na sua própria terra e aderir à escravidão por livre e espontânea vontade e o outro grupo que ostenta a expulsão dos colonizadores. Tal divisão levou a uma guerra sangrenta<sup>15</sup>.

Categoricamente, aldeias inteiras foram destruídas, outras se refugiaram na floresta para fugir da escravidão estabelecida aos rebeldes, no Paraguaçu.

Permaneciam “nas reduções em estado de meia civilização, não falando no grande número de silvícolas que, pelo mau tratamento dos colonos, fugiam para o mato, onde novamente se barbarizavam<sup>16</sup>” (SILVA, 1932, p. 78).

Havia na época de Tomé de Souza aldeias só de índios, aldeias onde índios viviam em pleno contato com portugueses brancos e as aldeias com missionários que visitavam e residiam nelas. Dessa forma, evidencia-se um processo de civilização, o qual seria difícil de ser evitado e, no qual o homem branco sempre habitava o contexto da vida social indígena.

Neste sentido, existem pontos importantes ser questionado e estudado nos embates de colonos e índios no processo civilizador do rio Paraguaçu. Isso encontramos nas palavras do Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia.

A paz com indígenas no país apenas durou enquanto durou também a paciência dele, porque não houve comércio vil, barbaridade, violência, extorsão e imoralidade que os portugueses não praticassem, em todas as capitanias contra aqueles que chamavam selvagens, mas a quem, neste ponto, excedia a selvageria (VASCONCELOS *apud* SILVA, 1932, p. 79).

---

<sup>15</sup> “Esses indígenas sustentaram por muitos anos uma guerra cruel e desabrida; ficavam escravos dos mercadores e vendedores [...] Porfiadas e sangrentas foram às lutas entre os primeiros povoadores e os indígenas” (SILVA, 1932, p. 78).

<sup>16</sup> Carlos Bresciani (2000, p. 8) entende que o processo civilizador era de suma importância para conversão e educação dos gentios: “a idéia de criar, promover e conservar aldeamentos já aparece no regimento que o Governador Tomé de Souza trazia consigo de Lisboa”. Para ele, o ato de barbárie poderia ser convertido à bondade do projeto jesuítico. Isso em longo prazo.

Os Tupinambás sentindo-se ameaçados pelos colonos e vendo o rio, o símbolo de seu sustento, sendo tomado pelos colonizadores declarou-se inimigos dos mesmos e de todos que estivessem ao seu lado. Essa ação resultou em grandes baixas dos dois lados.

Os Tupinambás eram tidos como nação guerreiras que dominava as margens do Paraguaçu. Esses homens eram de

meia estatura, de cor brça, bem feita e bem disposta, muito alegre do rosto bem assombrados; todos têm bons dentes, alvos, muidos sem lhe nunca apodrecerem; têm pernas bem feitas, o pé pequeno, tem cabelos na cabeça sempre bem aparado [...] são homens de grande força e muito trabalho; são muito belicosos, e em sua maneira esforçados, e para muitos [...] são muito amigos das novidades, demasiadamente luxuosos, e grande casadores e pescadores e amigo da lavoura (Ibidem, 1932, p. 79).

Tal era a força e empenho que os gentios aplicavam nessas bandas da Bahia, que levou os portugueses a desejarem ainda mais aquela localidade. Para os portugueses não importava quantos tinham que morrer, a fertilidade e a navegação franca valiam o esforço bélico.

Nem todos os índios eram queridos, os gentios da margem esquerda do rio Paraguaçu ameaçavam a tranqüilidade dos colonos que não ousavam construir fazendas ou outras propriedades, senão perto das cidades.

Com cerca de duzentas aldeias indígenas naquela localidade, os colonos amedrontados apelaram a Mem de Sá, que estava ocupado em resolver outro problema, uma guerra em Ilhéus com os índios Tupiniquins.

Nóbrega reconhecia que a maioria das guerras nas capitanias foram promovidas pela grande cobiça que tinham os brancos: “Creio eu que a causa da grande cobiça que tem os brancos de lhos haverem por escravos” (LEITE, Vol. II, 1954, p. 224). Os índios negavam seus filhos, não deixando servir a ganância dos brancos, não queriam que eles fossem escravos.

Entre 1558 e 1559 os Tupinambás voltam a criar dificuldades ocupando a margem do Paraguaçu. Segundo Couto (1998), os índios se recusaram a cumprir instruções de Mem de Sá, sendo que os ameríndios iniciaram uma empreitada para capturar os barcos que navegavam no rio, matando quatro pescadores.

Mem de Sá organizou pessoalmente uma expedição punitiva contra os índios rebeldes. Couto (1998, p. 267) menciona a organização de uma hoste. “A hoste, constituída por trezentos de portugueses e quatro mil de Tupinambás dos aldeamentos dos jesuítas, concentrou a sua ação na margem esquerda do Paraguaçu, aniquilando, em setembro desse ano, entre 130 e 160 tabas”.

Já Silva (1932) escreve que com os eventos do Paraguaçu, de imediato nada fez Mem de Sá, até que, com importuno dos moradores desta capitania, que não cessavam de enviar cartas, Mem de Sá tomou uma decisão. Mandou para aquelas terras 300 homens brancos com 2000 índios de paz. Sobre o comando deste exercito, estava Antonio Rodrigues que deixou a cidade de Salvador no ano de 1558 no mês de setembro.

Assim em menos de oito dias, à frente de uma força composta de 300 brancos e 2000 índios de pazes, levando ao seu lado o jesuíta Antonio Rodrigues, deixou o governador a cidade de Salvador, em dias de setembro em 1558 (SILVA, 1932, p. 80).

Sendo 300 portugueses e 2000 índios de pazes ou 300 portugueses e 4000 índios, tanto Silva como Couto informam que no local foi iniciada uma guerra.

Para que Antonio Rodrigues e seus homens de paz chegassem à fortaleza de Tupinambás, mandou abrir estradas a sete ou oito léguas de Salvador, no seio do Recôncavo. Ao adentrar a mata chegou à fortaleza temida, e nela havia um guerreiro lendário e principal líder da luta armada dos Tupinambás. O nome era Tarajoo (Tarajó).

Nesta estrada trabalharam dia e noite, abriram umas três léguas para dentro do mato. Amanhecendo deram na fortaleza, entraram e mataram os defensores. Depois, usaram-na como ponto estratégico para levar mantimentos e roupas a todos.

Desta forma, avançou Antonio Rodrigues mata adentro com sua gente. Sendo na mata, sendo na serra, sendo pelo rio. Houve muitas pelejas e ciladas promovidas pelos Tupinambás. Tudo oferecia resistência.

Antonio Rodrigues queimou, desmatou e sacudiu a resistência daquela terra e seus moradores. Sua campanha levou quinze dias. O próprio Antonio

Rodrigues comenta sua façanha: “Rodeei todo Paroaçú (Paraguaçu) tendo muitas pelejas e destruí cento e trinta e tantas aldeias” (Ibidem, 1932, p. 81).

Ao voltar para Salvador, foi recebido com festa e alegria. Não o bastante, Mem de Sá teve que organizar outra expedição contra os Tupinambás.

Sobre isso, no ano de 1559 no dia 05, de junho, Manoel da Nóbrega comenta com Tomé de Souza a situação e as empreitadas desenvolvidas pelo governador depois do retorno de Antonio Rodrigues<sup>17</sup>.

Lá escreve Manuel da Nóbrega que os índios do Paraguaçu, mesmo depois das várias derrotas e pelejas sangrentas, não quiseram ser escravos<sup>18</sup> dos colonos e nem quiseram paz.

Sobre o ato de serem escravos ou dar os filhos para a servidão aos cristãos, constatamos que o comércio<sup>19</sup> estabelecido pelos colonos não era

---

<sup>17</sup> Acerca desta nova empreitada, Silva cita uma carta que Leite em sua Obra – *Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil* – aparentemente, tem como perdida na página 474, isso no Tomo II: “[...] começou (Mem de Sá) a entender-se com os índios no Paraguaçu [...] muitos deles não quiseram paz nem dar os escravos, antes tomaram um barco de Paro Gonçalves, de S. Thomé com ferramenta que levava [...] Depois sendo requerido com paz e com restituírem o barco e os escravos, não quiseram, pelo qual lhe pareceu a eles com conselhos de muitos a tomar-lhes os rodeios, que tinham feito com que determinaram a fazer guerra aos cristãos, e mandou a Vasco Rodrigues Caldas com gente e barcos que pode, ao qual deu neles, saindo em terra, matando muitos e trazendo outros cativos” (1932, p. 81 – destaque em negrito no texto nosso).

<sup>18</sup> O problema aparece quando, em um determinado momento da vida na colônia, os índios percebem que os portugueses querem levar vantagem sobre sua gente fazendo-os de escravos. Em um comentário de Palacin (1981, p. 74) sobre a colônia, escreve: “escravo é tudo”. Sem os escravos os colonos morriam de fome, porque os escravos pescavam e buscavam comida. Os brancos eram dados à preguiça, aos vícios e aos prazeres sexuais. Sem os escravos, como viver nesta terra, como descobrir os segredos da cura para doenças, como viver e dormir tranqüilo sem o pavor de um animal selvagem? O escravo modelava a capitania e as terras brasileiras. Sem eles, não haveria colônia, não haveria como desbravar novas localidades. Nóbrega reconhecia que para os colonos se estabelecerem nas margens do Paraguaçu necessitava de mão de obra escrava (LEITE, Vol II, 1954). Para se fazer escravos, havia a necessidade natural da captura dos mesmos. E no ato desse gesto, eram torturados e massacrados. Neste ponto, encontramos a estratégia jesuítica por meio de Nóbrega. O bom Padre reconhecia a humanidade dos índios e tentou favorecê-los por meio de um projeto catequético. Com o projeto catequético dos jesuítas, muitos colonos acabavam tendo um afeto aos seus escravos, Palacin (1981) escreve que em 1581, houve lamentações por parte de todos pela morte de seus escravos.

<sup>19</sup> Entre os índios, os da etnia, Tupi consideravam os escravos legítimos e vendíveis para os portugueses. Os escravos vendidos eram aqueles que foram vencidos. Os vencidos eram separados para serem devorados pelos índios vencedores. Com a chegada do português, os escravos que antes eram separados para devora pelos conquistadores, eram selecionados e comercializados como escravos pelos índios para os portugueses. Isso para os índios era considerado legítimo. A escravidão exercida no Recôncavo era uma necessidade, como fora citado antes. Existiam três formas de escravos. (1) Os que saíam do aldeamento dos padres jesuítas e buscavam os colonos (casas dos portugueses), por comida ou pelos novos costumes. (2) Aqueles que abandonavam as aldeias e faziam-se escravos fugindo da rígida disciplina da vida na aldeia, especialmente da vida matrimonial (vida esta que, estava sendo pregada pelos jesuítas). Os índios procuravam sempre as escravas dos colonos e por isso, se faziam escravos para casar-se novamente. (3) E o escravo que era capturado na guerra, tanto pelo colono ou pelos índios de pazes (PALACIN, 1981). Das três, a condição de servidão mais freqüentemente era o ato de sujeitar-se à escravidão por um prato de comida. “Em ocasiões, esta ação individual adquiria características de um movimento de massa. Nóbrega analisa em sua resposta três desses movimentos na Bahia, no Espírito

bem visto no seio indígena. Naquela época os colonos chamavam os índios de peças. Esse era o nome dado comumente aos índios escravos, que eram vendidos, comercializados e usados pelos portugueses como moeda de troca (PALACIN, 1981).

No caso dos Tupinambás, o orgulho impediu-lhes dessas opções acima, não querendo ser escravos na bacia do Paraguaçu – como informou Nóbrega – e apesar de sofrerem grandes baixas, os Tupinambás vencidos organizaram novas guerras contra os cristãos. Levando certa vantagem, foi enviado neste ano (1559) Vasco Rodrigues Caldas, com barcos e material humano com ferramentas saindo em terra, matando muitos e trazendo outros cativos.

Segundo Nóbrega é com Vasco Rodrigues Caldas que o desencantamento do Paraguaçu por parte dos gentios acontece. Vasco Rodrigues queimou muitas aldeias e teve o apoio de muitos cristãos para isso, movido pelo medo da volta dos antigos guerreiros Tupinambás. Vasco conseguiu muitas vitórias sem perder nenhum homem. Um feito que outrora Antonio Rodrigues não conseguiu.

Na segunda empreitada com Vasco Rodrigues, os gentios sentiram o golpe da colonização e com muitas baixas entregavam-se aos cristãos.

Com essa situação, alguns índios do Paraguaçu vieram pedir paz aos cristãos. Trouxeram, inclusive, um braço que pegaram dos cristãos e devolveram aos seus prisioneiros<sup>20</sup>.

Com a rendição dos grandes guerreiros do Recôncavo, El-Rei obrigou-os a pagarem tributos. As condições do pagamento eram: “farinha e galinha e não comerão mais carne humana e serem sujeitos aos cristãos, como lá lhe mandasse o padre” (Ibidem, 1932, p. 82).

Entende Mem de Sá que poderia conservar a paz nessas águas sangrentas. E o Regente lhe recomenda enviar missões a fim de civilizar os índios.

---

Santo e entre os Potiguares. Tribos inteiras forçadas a vender sua liberdade por um prato de lentilhas” (PALACIN, 1981, p. 72). Sem escravos não haveria sobrevivência para o colonizador.

<sup>20</sup> Com isto, Vasco Rodrigues Caldas deu a eles uma aldeia que estava meia légua do mar, por um caminho muito áspero que andava de noite e deram nela, que era grande e toda gente mataram, porque os tomaram dormindo salvo vinte ou trinta pessoas, meninos e mulheres trouxeram por escravos, de que não mais escapou um índio ou dois mal feridos para levarem novas aos outros (SILVA, 1932, p. 82).

Assim foram concebidas as primeiras sesmarias às pessoas que tinham possibilidade de cultivar e construir um centro comercial. São eles: “Fernão Rodrigues, por carta de sesmarias 1559, duas léguas de terra na entrada do Paraguaçu; a Francisco Toscano, por carta de 12 de junho de 1561, 4 léguas de terra, na barra do Paraguaçu na parte norte; Égas Moniz, proprietário da ilha dos franceses, por carta de 20 de fevereiro de 1563, 1 légua de terra em quadra; Miguel Moura, por carta de 14 de abril de 1574, 12 léguas” (Ibidem, 1932, p. 83).

Com a submissão dos Tupinambás no Paraguaçu ou no donatário de D. Álvaro da Costa, foram morar ainda, Antonio Rodrigues Adorno, Gaspar Rodrigues Adorno, Jorge Fernando, Antonio Paiva e Mathias Carvalho.

Com os jesuítas estabelecendo missões no Paraguaçu, os célebres residindo lá e o aval de Mem de Sá, a imigração espontânea para Cachoeira foi um detalhe.

Assim, a catequese dos indígenas auxiliou a colonização do donatário de D. Álvaro da Costa. Formando povoados como a aldeia de São Tiago onde, hoje, é a cidade de São Felix.

O sítio foi criado em 1566. Seu desenvolvimento cultural se deu mesmo com o D. Fr. Antonio Barreiros, o ouvidor Antonio Carlos de Aguiar e o Provedor-mór Chistovão de Barros, governo que durou quatro anos (1587-1591).

Nestes tempos, Álvaro Rodrigues prestou grandes serviços à capitania do Paraguaçu. Era uma época onde todos pensavam que, depois da vitória de Vasco Rodrigues Caldas os Tupinambás estavam em estado de descanso, manifestando o cansaço pelas grandes pelepas.

Tudo mudou quando Álvaro Rodrigues Adorno, no ano de 1595 entra em uma determinada localidade próxima ao porto de Cachoeira, um local que não havia nenhum morador português, somente aldeias repletas de índios.

Álvaro Rodrigues Adorno desenvolvia um bom trabalho de pacificador entre colonos e índios de paz. Este trabalho foi perturbado quando no início do século XVII houve novas investidas dos índios Tupinambás nesta área. E os moradores das margens do Paraguaçu sofreram novamente.

O interessante que no Brasil a guerra, a peleja e a forma de luta eram totalmente diferente a da América - espanhola. As características geográficas



(densa floresta, abundância de cursos d'água, montanhas enormes, vales, cavernas, etc.) das terras brasílicas formavam o modelo sócio-político dos Tupi (fragmentação de unidades dispersas e semi-sedentarização) impediram uma luta franca com os colonizadores. Assim sendo, estes foram para o litoral brasileiro<sup>21</sup>.

Em 1612, os índios invadiram o engenho do distrito de Capanema. E no ano de 1621, mataram os moradores e os guardadores de gado do campo de Aporá. Conquistando a parte sul, foram para os Tupinambás, ao norte, nos campos vizinhos da serra, Itaporocas. E seus habitantes, quando não se achavam mortos viam-se largando suas fazendas e indo embora.

Continuaram a descer o rio Paraguaçu e chegaram à Cachoeira, Maragogipe e S. Bartolomeu. “Em 1646 no governo de Antonio Tales da Silva, do Conde de Vila Pouca e Conde de Castelo Melhor, aquelas paragens não permitiam pacífico descanso aos seus poucos moradores” (SILVA, 1932, p. 88).

E em 1651, por Carta Régia, de seis de setembro de 1651 foi enviado Gaspar Rodrigues Adorno, capitão-mór com poucos homens para abater os selvagens. Adorno, apenas se transfere para Cachoeira no ano de 1654 e, seu papel foi essencial. Ele seduziu os índios ferozes e trouxe os portugueses para a parte mais perigosa do rio. “Nessa obra civilizadora pós ele todo empenho de seu esforço e da sua atividade, o que favoreceu nessa região, o povoamento que, sem seu auxílio inteligente, seria impossível ou a menos tardio” (Ibidem, 1932, p. 90). Seu esforço empreendedor além de garrido como soldador colonial, trás a segurança que os colonos ao menos almejavam.

Quando havia algum movimento dos Tupinambás ele se coloca à frente e reprimia os índios. Foi o que aconteceu em 1654, ele organizou uma expedição para o Conde de Atouguia a fim de reprimirem investidas dos

---

<sup>21</sup> Nas terras brasileiras a guerra foi mais dura do que nas terras da Espanha. Na América espanhola, as batalhas eram decisivas, “fíndas, as quais os vencedores dominavam os estados conquistados, impondo-lhes à sua lei às populações derrotadas” (COUTO, 1995, p. 264). A geografia das terras de Portugal favorecia a guerrilha na selva, havia diversos grupos hostis, rebeldes e desinteressados. A tática adotada pelos indígenas no Paraguaçu era a formação de grupos, baseado na mobilidade. Sendo o português muito mais poderoso, organizavam hostes terrestres com rápidas aportadas com forte armamento; atacando nos períodos noturnos. Capturando o inimigo e seus escravos, espalham a insegurança e o terror entre seus moradores indígenas. Todavia, na capitania do Paraguaçu, o português estava certo que aquele rio os pertencia. Mesmo assim com todo empenho proposto pela guerra, Fr. Vicente do Salvador informa que os portugueses temiam ir à margem do rio com medo de represália dos Tupinambás. Isso prejudicava a comunicação e os povoados dos colonizadores ficavam incomunicáveis por medo de sofrerem alguma retaliação, ao levarem as boas novas. Faltava segurança aos colonos. Eles viviam em estado de constante defesa contra o inimigo que poderia vir de qualquer lugar. As invasões tornaram-se sérias, pois os Tupinambás não se cansavam.

selvagens. Após várias expedições, Adorno, em 1661, depois de muita luta consegue estabelecer a paz com os Tupinambás de Cachoeira<sup>22</sup>.

O desenvolvimento intelectual e cultural emergiu no ano de 1687, com o seminário de Belém, fundado por Alexandre de Gusmão. O seminário ofereceu uma projeção daquela banda do Recôncavo, de importância significativa. Os nobres que viviam nas terras brasílicas mandavam seus filhos para estudarem na instituição da Companhia de Jesus – o seminário de Belém que ficava na Vila de Cachoeira.

A história desta cidade é significativa; porém, não existe a necessidade de relatar sobre a mesma na presente dissertação. Ela retratava uma situação real, não só no Recôncavo, mas em todo território brasileiro, e foi nesta localidade que Alexandre de Gusmão escreveu sobre a *Arte de criar bem os Filhos*. Também não devemos dizer que a cidade influenciou Gusmão. Por hora, podemos afirmar que, Gusmão foi influenciado pela educação e cultura da Companhia de Jesus que o modelou no processo pedagógico.

---

<sup>22</sup> Depois dos grandes combates, surge um novo espírito em Cachoeira, um espírito religioso e ousado. Religioso pela manifestação da catequese que os jesuítas exerciam naquelas terras e ousado devido aos grandes empreendimentos (os engenhos de cana-de-açúcar). Nota-se que, em 1673 surge a Capela de N. S. do Rosário, que serviu depois para a matriz da Igreja de N. Senhora d’Ajuda e ao lado do rio Pitanga, a oeste da parte esquerda do rio Paraguaçu, o mesmo lugar onde ocorriam as hostilidades indígenas, surge um engenho de cana de açúcar (SILVA, 1932). O povoamento cresce inicialmente, em volta do engenho. As grandes matas foram abatidas e erguem-se os grandes prédios, igrejas e as ruas começaram a se formar. É nesta época que chega Alexandre de Gusmão em meio ao desenvolvimento de Cachoeira. Esse desenvolvimento ocorrido em Cachoeira é o reflexo do desenvolvimento na 1ª capital brasileira (Salvador), que se desenvolve em pleno vapor. Não que Cachoeira fosse especial, mas o desenvolvimento acontecia em todo o Recôncavo. As missões ou recolhimentos se revelariam eficazes e eficientes nas terras baianas, muito mais do que as pregações esporádicas.

## **b) O seminário de Belém: da fundação ao fechamento.**

Apesar dos empreendimentos de Antonio Rodrigues, Álvaro Rodrigues Adorno, Gaspar Rodrigues Adorno entre outros, Alexandre de Gusmão se destaca pela assistência naquelas terras. Surgindo com um novo desafio, civilizar e educar Cachoeira por meio do seminário de Belém.

Podemos dizer que o ministério do Pe. Gusmão<sup>23</sup> era educar e ensinar bons costumes. Com o seminário em Belém da Cachoeira (1686) o educador dá um passo importante, pensar na formação de colegiados. O ato de fundar um seminário não é uma idéia nova, é verdade, pois em Portugal já havia colégios de alfabetização.

A idéia de abrir seminário no Brasil era comum neste, por exemplo: se com Alexandre de Gusmão o seminário de Belém da Cachoeira destaca-se no Nordeste, o Padre Gabriel Malagrida (1689 – 1761) também procurou ativamente fundar seminários em toda parte do Brasil e só não conseguiu devido as Reformas Pombalinas. Outros seminários surgiram ao longo da história dos jesuítas no Brasil. O seminário de São José no Rio de Janeiro ou o seminário Mariano, são exemplos do empenho dos jesuítas, que não obtiveram êxito pelo mesmo motivo que Gabriel Malagrida (HOORNAERT, 1979, p. 287).

É importante notar que o seminário de Belém da Cachoeira foi fundado como “demonstração prática do que o Padre Alexandre de Gusmão explanara antes em duas obras escritas” (LEITE, Vol V, 1945, p. 167). Essas obras, nas quais Leite defende como as bases para a formação do seminário de Belém são: *Escola de Belém, Jesus Nascido no Presépio*, no ano de 1678 em Évora na Oficina Acadêmica e sete anos mais tarde, em 1685, a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia. Dedicado ao menino de Belém, Jesus Nazareno*. O

---

<sup>23</sup> Alexandre de Gusmão foi reitor do seminário de Belém até 1690. Depois do ano de 1690 ele ainda voltaria à reitoria do Seminário por duas vezes. As listas dos reitores são: Alexandre de Gusmão, o Fundador do Seminário de Belém (1687/1690), P. Manuel dos Santos (1693), P. Manuel Saraiva (1694), P. José Coelho (1696), P. Alexandre de Gusmão, pela segunda vez (1698), P. Manuel Martins (?), P. José Bernardino (1709), P. Inácio Pereira (?), Alexandre de Gusmão, pela terceira vez (1715), P. António Cardoso (1716), P. José Coelho, pela segunda vez (1717), P. João Mariz (1718), P. António Moraes (1725), P. José Bernardino, pela segunda vez (1728), P. João Pereira (1732), P. Manuel de Sequeira (1735), P. José Mendonça (1739), P. Vicente Gomes (1740), P. Miguel da Silva (1741), P. Félix Xavier (1744), P. Francisco de Toledo (1748), P. Francisco Lago (1752), P. Félix Xavier, pela segunda vez (1752), P. Inácio Correia (1753) e P. Francisco Lago, pela segunda vez, Martim da Companhia e último Reitor (1756) (LEITE, Vol. V. 1945, p. 189 – 190).

que nos interessa por hora é que no seminário há um caráter único, cujos traços seguem as práticas pedagógicas de seu fundador.

A vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, quando edificada, transformou-se na porta para os sertões baiano. Rocha Pitta (1958, p. 351) escreve que quando o rei D. Pedro I percebeu que havia minas de ouro em quantidade iguais as da Ásia, encarregou o capitão-geral D. João de Lencastro com uma comitiva de Portugal para explorar tais terras<sup>24</sup>.

A vila de Belém da Cachoeira era o local onde os comboios esperavam os oficiais de Portugal para ir ao sertão baiano. A vila de Belém era um ponto estratégico para a partida. Sobre isso Pitta escreve que

saiu da cidade da Bahia a esta importante diligencia no ano de mil e seiscentos e noventa e cinco. Embarcou para a vila de Cachoeira acompanhada de muita gente, com todos os oficiais da fábrica do salitre, instrumentos para tirar e beneficiar, e com pessoas práticas do terreno que havia de correr, noticiosas das minas que ia buscar, fazendo comitiva grandes gastos, para cuja despesa lhe mandou dar el-Rei uma grossa ajuda de custo. Do porto daquela vila (Cachoeira) caminhou ao Seminário de Belém (1958, p. 351).

Chegando ao seminário de Belém, vemos duas coisas: o cruzeiro que ficava em frente à Igreja e a torre da Igreja. Na frente do seminário encontra-se um descampado de aproximadamente 200 metros.

Provavelmente era o local onde os comboios reabasteciam e descansavam antes de entrarem no sertão baiano. Confirmando o que Pitta diz, Pereira<sup>25</sup> descreve em sua obra *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*: “após a descoberta das Minas Gerais, o porto de cachoeira se tornou a verdadeira entrada dos sertões, adquirindo importância econômica” (1939, p.

---

<sup>24</sup> O rei D. Pedro I foi informado que no Brasil, e principalmente no sertão da Bahia (cuja entrada era em Belém da Cachoeira), se achava minas quantidade iguais à da Ásia, com o mesmo custo e dilação, do qual faria abundar toda a sua monarquia, encarregou no ano de 1693 ao capitão-geral D. João de Lencastro, que organizasse uma comissão e fosse em pessoa averiguar as tais informações (PITTA, 1958, p. 351).

<sup>25</sup> Em um capítulo do livro *História da Filosofia no Brasil*, Jorge Jaime (1997, p. 61 – 63) ao escrever sobre Nuno Marquês Pereira e seu *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*, explica que Pereira ofereceu sua Obra à Nossa Senhora da Vitória. Nesta Obra existem vários discursos moralistas, várias advertências, documentos contra o abuso dos vícios mundanos, além de uma defesa da fé católica. Jaime mostra toda beleza literária em sua Obra se revela contra os tratamentos que os escravos levavam no Recôncavo. Sobre Nuno Marquês Pereira (1959, p. 76 – 79), sabemos que ele reservou um capítulo pra falar do seminário de Belém, da qual existem notas relevantes. Sobre Alexandre de Gusmão, Pereira o apreciava e o admirava. Ele fez uma alusão e aproximação entre Alexandre o grande e Alexandre de Gusmão – o chamando carinhosamente de mestre de meninos – neste capítulo a parte, Pereira fala de um Gusmão místico e Sacro.

71). Em Cachoeira existiam duas rotas comerciais: o Porto e o Seminário de Belém.

Eles embarcavam de Salvador e se direcionavam para Cachoeira, de lá iam para Belém onde adentravam para os sertões. Belém da Cachoeira sempre se destacou pela importância topográfica e influência política. No ano de 1822 o governo local, foi o impulsionador para a permanência de uma regência provisória (1823) a favor de uma campanha para independência do Brasil.

O seminário de Nossa Senhora de Belém recebe esse nome devido a uma importante imagem da santa que havia no local. Tal imagem de madeira teve sua fabricação em Lisboa. Leite escreve que

essa estátua é de uma perfeitíssima mulher. Está de joelhos com as mãos levantadas e os olhos postos no Santíssimo Filho Menino, que está reclinado em um berço, ou presépio. E com tão grande afeto se mostra com o soberano Filho a quem adora que arrebatava os corações (Vol. V, 1945, p. 193).

É devido a este fato que surgiu o mito da maternidade em Belém. Serafim Leite escreve que as romarias iniciadas no tempo de Alexandre de Gusmão invocavam Nossa Senhora de Belém para abençoar a hora da maternidade<sup>26</sup>.

Segundo Pedro Calmon, o Pe. Alexandre construiu o seminário em um deserto. A data para o início da construção, dada por Pedro Calmon é de 1686.<sup>27</sup> Rocha Pitta concorda que no ano de 1686 houve a fundação do seminário de Belém (1958).

Serafim Leite entende que a iniciação da construção do seminário de Belém “tinha começado em 1687” (Vol. V, 1945, p. 190). Alguns autores como Pitta e Calmon divergem com Leite acerca da data da construção. Por quê?

A resposta aparece com Nuno Marques Pereira. Ele acredita que o ano de 1686 inscrito na frente da Igreja de Belém, é uma data antecedente à data

---

<sup>26</sup> Após a morte de Gusmão, o povo que morava em redor do seminário de Belém o invocava como intercessor daquela casa da Mãe do Homem-Deus. Assim, até hoje existe o mito entre o povo de Belém da Cachoeira. Pois as mulheres costumam ir à sepultura de Gusmão e deitar-se sobre ela para alcançar a graça da maternidade ou para realizar o desejo de se casarem. Além do mito da maternidade e do casamento, encontramos em Belém a festa de Nossa Senhora dos Estudantes. Uma forma de homenagear o Padre Gusmão e sua dedicação à educação.

<sup>27</sup> Isso escreve Pedro Calmon em uma coluna dedicado ao Seminário de Belém, no *JORNAL A TARDE*.

da construção do seminário. É neste ano de 1686 que Alexandre de Gusmão marcou a escolha do local, sendo “a primeira pedra posta em 13 de abril de 1687” (1939, p. 71). No dia 4 de junho do mesmo ano, ele envia a planta e pede licença ao Geral para continuar a construção do seminário de Belém.

No conjunto era uma arquitetura jesuíta. A igreja no centro como elemento principal do conjunto. Os materiais empregados para construção foram tijolos não cozidos, terra e areia para compensar a fraqueza da estrutura. O que obteve bons resultados durante alguns anos.

Nesta época surgiu o que os jesuítas chamavam de fundadores ou benfeitores. Pessoas que entregavam seus bens para sustento do seminário. Isso aconteceu porque a colônia portuguesa apresentava uma desigualdade social acentuada. Com os benfeitores, o sustento do seminário tornou-se comum na época do Brasil colonial.

O maior benfeitor foi a família Aragão de Meneses. Começado com Coronel Manuel de Araújo de Aragão em 1687, mesmo ano de fundação. Em carta para Alexandre de Gusmão informa o orgulho desta grande obra que o jesuíta fazia em Belém. A Igreja era grande para a época, mas se mostrou pequena para a grande multidão.

Bento Marciel, benfeitor interessado na construção, ofereceu seus bens em 1693. Em 1701 houve a necessidade de aumentar o prédio. Sabendo de tal necessidade, o benfeitor Bento Maciel deixou os negócios e fez um convênio com o Pe. Alexandre de Gusmão para viver no seminário de Belém por toda sua vida. A construção foi concluída no ano de 1707.

Maciel doou seus bens, ora em dinheiro ora em utensílios, entre eles seis castiçais de prata e três resplendores de ouro, além de prometer outros de maior valor. Ele viveu até 18 de janeiro de 1709 vendo o término da igreja de Belém (LEITE, Vol. V, 1945, p. 170 - 173).

Em 6 de Março de 1708, António de Aragão de Meneses ofereceu certa quantia por ano para sustentar o seminário de Belém e todos os alunos que ali residiam<sup>28</sup>. Na Igreja, na escada que levava a parte superior da Igreja, existia uma pintura de molduras em azul e ouro com a imagem de António de Aragão de Meneses para lembrar-se de sua benfeitoria.

---

<sup>28</sup> Junto com ele, alguns familiares – D. Maria de Meneses, sua esposa, José Garcia casado com D. Isabel de Aragão Meneses (LEITE, Vol. V, 1945).

O Padre Inácio Pereira, antes de fazer profissão no colégio de São Paulo, dispôs de seus bens e destinou como oferta para o Seminário de Belém no dia 20 de Junho do ano de 1709.

Leite diz que os três (Bento Maciel, António de Aragão e Inácio Pereira) foram os maiores benfeitores do seminário de Belém<sup>29</sup>. Diante do altar-mor há três grandes lápides, uma delas, a do centro, está a de Antônio Aragão de Meneses<sup>30</sup> e sua Esposa.

Começando novas construções em 1717 foram colocados tijolos nos corredores e aposentos, cercaram e limparam o quintal que antes estava exposto aos animais. Dentro da cerca havia um tanque e uma fonte. A água corria também da parede fronteira ao refeitório, em dois canais servindo para lavar as mãos (Ibidem, Vol. V, 1945, p. 191).

As acomodações foram arquitetonicamente projetadas para um colégio-interno. Salas para os Padres e salas de aulas, dormitórios, pátios, passagens, casa de hospedes e peregrinos autorizados.

A biblioteca estava em constante aumento. Com capela interior para a comunidade e os peregrinos que se aventuravam naquelas terras antes de ir ao sertão. Em volta do templo foram edificadas casas para peregrinos autorizados; o que era freqüente naquele sítio. (PITTA, 1958, p. 335).

Havia falta de pedras para aumentar o espaço físico, e só no ano de 1726 os jesuítas percebem a existência de pedras próximas ao seminário, que foram extraídas e utilizadas para reparos do prédio. Em 1739 a precariedade do material utilizado para a construção nos anos de 1687 a 1701 foi divulgada e assim começaram uma nova manutenção.

Ameaçada de ruína sugeriram materiais mais nobres, porém, no catálogo do ano de 1743, não se fala de obras de manutenção, apenas em 1757 vemos comentários sobre novas construções.

---

<sup>29</sup> Já em 1760 o seminário de Belém ajuntou: duas fazendas de gado no sertão de Itapicuru, chamados Picaraca e Tapeca; um sítio no sertão de Tucano; três sítios desertos no sertão de Itapicuru; um sítio em Jaguípe, a beira do Rio Paraguaçu; terras na Vila de Cachoeira, que foram de João Rodrigues Adorno; terras em Rosário, distrito de Belém – estradas entre Iguape e Vila de Cachoeira, doadas pelo Coronel Barbosa de Araújo; quatro morados na Cidade de Salvador; além de uma terra em Pingela, Vila da Cachoeira (Ibidem, Vol. V. 1945, p. 176).

<sup>30</sup> No seminário de Belém até hoje existe uma pedra tumular com a seguinte inscrição: “sepultura do Coronel António de Aragão de Meneses, moço Fidalgo de Sua Majestade, e sua Mulher D. Maria de Meneses, fundadores deste Seminário de Belém” (PEREIRA, 1939, p. 72).

O Pe. Alexandre abre o seminário de Belém da Cachoeira no Recôncavo com uma forma peculiar de internato, educa os alunos destinados a entrarem na instituição<sup>31</sup>.

As pessoas vinham de todas as partes do Brasil para estudar no seminário de Belém. Havia muitos pedidos de admissão. Enviavam seus filhos e parentes. Anualmente os pais sabiam sobre que tipo de educação que seus filhos e parentes recebiam (PITTA, 1958, p. 336).

Serafim Leite informa que o nome “seminário” tem duplo sentido: “casa para formação eclesiástica ou grupos de formação científica das grandes universidades” (1945, Vol. V. p. 179).

A verdade era que o seminário era um colégio interno, secundário, que ensinava por meio das humanidades os bons costumes e práticas cristãs. Os alunos viviam e se tornavam bons cristãos (MOURA, 2000, p. 45).

O seminário tinha como caráter popular criar os filhos dos moradores portugueses, mais tarde educou os filhos pobres do colonizador que viviam no sertão, onde tinham a possibilidade de estudar e aprender as primeiras letras. As disciplinas oferecidas eram Música, Retórica e Gramática Latina (Humanidades). Para os mais avançados ou aqueles que queriam ingressar na ordem religiosa deveriam freqüentar o curso superior em Filosofia (três anos) seguido da Teologia (quatro anos).

Com o tempo muitos filhos dos nobres de todo Brasil vinham estudar no seminário e de lá acabavam indo para uma universidade na Europa. O seminário abriu com 8 alunos. Em seguida, Gusmão pede ao Geral que não haja limites para o número de alunos. Com o aval do Geral, em 1690 entraram 37 alunos. Em 1693 entraram mais 50 alunos.

Nesta época todos pagavam uma compensação moderada para permanecer no seminário. Alguns anos depois, por conta do aumento da demanda, houve a possibilidade de sustentar alguns alunos pobres que não podiam pagar. Em outros casos alguns alunos recebiam subsídios destinados por alguém para a manutenção do mesmo no seminário.

---

<sup>31</sup> O “sistema de internato para crianças indígenas” (XAVIER, 1994, p. 42) e principalmente, internato para as crianças pobres eram fatores que se apresentava no Brasil colonial no seio do empenho jesuítico no Brasil. Pe. Alexandre diferente do que comenta Xavier, mostra-se dedicado a educar primeiramente meninos, filhos dos colonos, isso num primeiro momento, como o decorrer e o crescimento da instituição, puderam entrar meninos pobres.



Em 1695 saíam muitos alunos que concluíam os estudos em Humanidades. Uns iam para Portugal se matricular em alguma ordem religiosa ou na própria Companhia de Jesus, e outros para a Universidade de Coimbra.

Como a demanda estava sendo grande, tanto para as missivas como para educação dos seminaristas, Alexandre de Gusmão pediu ajuda para o colégio da Bahia informando seu desejo de receber mais sacerdotes para desenvolver as atividades no seminário de Belém (PITTA, 1958, p. 336).

Em 1696 entraram 80 alunos e no ano de 1697 eram quase 100. Os alunos formados foram para o colégio da Bahia, estudar Filosofia, e outros foram para Coimbra. Em 1707 foi registrada uma turma com 114 alunos. Em 1732 foram apenas 60. Mas em 1739 foram 115, um número superior ao ano de 1707. Em 1715 já haviam passado pelo Seminário mais de 500 alunos (LEITE, Vol. V. 1945, p. 177-178).

Em dezembro de 1759 foi fechado o seminário de Belém. Com as reformas Pombalinas, no dia 9 de Janeiro do ano de 1759, o Governador da Bahia, Lavradio, vindo de Lisboa, deu uma ordem antes mesmo de descer da nau. Ordenou que um grande destacamento de soldados e policiais prendesse os jesuítas nas terras de Cachoeira.

Os desembargadores de diversas localidades do Recôncavo não quiseram de imediato cumprir as ordens de Lavradio e foram repreendidos severamente. Só após a repreensão cumpriram as ordens (CAIEIRO, 1936, p. 99).

Já nas terras de Belém, o desembargador Francisco Figueiredo Vaz, diferente dos outros, não guardava nenhum afeto aos jesuítas e com eficiência cumpriu as ordens de Lavradio, fechando em 1759 o seminário de Belém da Cachoeira<sup>32</sup>.

Junto com os jesuítas capturados estava o reitor do seminário Francisco Lago<sup>33</sup>, que foi conduzido para a Europa e poucos meses depois de chegar ao

---

<sup>32</sup> “A Companhia de Jesus foi uma das vítimas mais evidentes dos acontecimentos postos em marcha pelas pretensões imperiais do governo de Pombal e pelas tentativas de nacionalizar setores do sistema comercial luso-brasileiro.” (MAXWELL, 1995, p.42).

<sup>33</sup> Francisco Figueiredo Vaz pôs guardas nas portas do Seminário. De modo desumano e grosseiro, jogou os seminaristas na rua. Pegou as cinzas dos veneráveis finados e colocou no pátio. Obrigou os jesuítas a não ocultarem dinheiro e benefício algum. Maltrataram dois Padres, dois Escolásticos e dois coadjutores durante três dias. E os fizeram andar de Belém a Salvador escoltado por guardas. Os Padres eram, o Reitor do seminário de Belém, Francisco Lago, depois, Vitorino Cunha, João Barbosa, Inácio Passos, Felix Viana, José Carnolto e Francisco Marinho (CAIEIRO, 1936, p. 99).

exílio, veio a falecer em Roma no dia 11 de Novembro de 1760 (LEITE, Vol. V. 1945, p. 190). Foulquier (1940) fala que em 1760 acha-se o último relato sobre a igreja de Belém<sup>34</sup>, descrevendo-a como uma igreja de apenas uma torre<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Tal igreja foi construída com um altar-mór dedicado a Nossa Senhora de Belém, com o frontíssimo para a parte do nascente. Por isso o nome Igreja de Nossa Senhora de Belém em homenagem a Nossa Senhora. O altar-mór com duas credenciais de madeira, pintadas de branco, contém friso de ouro, dois presbitérios e uma escada com quatro degraus feitos com pedra grossa. Um sacrário superior ao meio e outros dois à direita e dois à esquerda. Sobre a Capela mor, o forro imitando uma abóbada, pintado com várias cores. As paredes com boa pintura colorida e suas particulares características. A imagem de Nossa Senhora era de madeira e foi feita em Lisboa, também possuía com um colar de ouro. Ela estava de joelhos com as mãos levantadas e os olhos fixos em Jesus, que está reclinado em um berço. Em 1719 os púlpitos estavam ornados. Existia um trono esculpido para a Sagrada Eucaristia, havia um pluvial bordado de ouro. Na igreja havia belas imagens e um pórtico (LEITE, Vol. V. 1945, p. 192). Encontravam-se também duas colunas romanas, em cima dos arcos claustrais, as galerias da construção. A porta principal de almofadas e duas janelas, com suas grades ocupavam o templo. As janelas eram quadradas e voltadas para a paisagem de Belém. Além dos balcões em espiral, o coro apoiado em dois pilares de madeira, um gradil de jacarandá, sem falar do teto da igreja que um irmão pitou enquanto Gusmão estava em vida (CALMON, *JORNAL A TARDE*, 1937). A torre conserva a ornamentação dos pratos de porcelana de Macau. Do lado oposto, onde seria o corpo da antiga torre, surge um telhado de ligeiro declive ao longo da Igreja e Sacristia. Onde se localizava a casa de repouso dos jesuítas (LEITE, Vol. V. 1938, p. 1945.). Com muito cuidado e desempenho a igreja de Nossa Senhora de Belém tinha várias peças nobres e presépios de diferentes matérias (PITTA, 1958, p. 335). Ainda havia as pinturas orientais que se destacavam em Belém. Essa arte chinesa que lá se fez, é vista na torre, nos púlpitos e no teto da sacristia. Uma invenção do P. Carlos Belvalle. O interessante é que essa inspiração da pintura oriental deu-se quando o P. Carlos Belvalle ao do Oriente (Macau e China) dirigindo-se a França, sua terra natal. Direccionou-se a Bahia onde depois foi ao Seminário de Belém. Lá por pura comunicação da inspiração, copiaram da louça chinesa, as rosas e as flores bizarras das porcelanas. Dos pratos da família rosa, de Kaolim dos Mandarins da China fez pintura em Belém. Tudo divulgado pelos marinheiros de Lisboa que por meio do comercio entre Portugal e Macau, trouxeram juntamente com P. Carlos Belvalle esses utensílios valiosos. Pedro Calmon chama P. Carlos Belvalle de irmão iluminista, seja como for, a tinta usada pelo artista era Oriental. O teto lembrava não só uma abobada mais também um jardim com rosas místicas (CALMON, *JORNAL A TARDE*, 1937). O Padre Alexandre de Gusmão morre no dia 15 de março do ano de 1724. Diante do altar-mór há, como comentamos três pedras tumular. No centro a do benfeitor António de Aragão de Menesses e sua esposa. No lado direito do benfeitor há uma pedra tumular sem inscrição. Segundo Pereira (1939, p. 72), o Arcebispo Manuel da Ressurreição teria pedido para que não escrevesse seu nome na pedra tumular. Alegando que já seria grande a honra de ter seu corpo sepultado na igreja de Belém e do lado esquerdo a pedra tumular de Alexandre de Gusmão – com uma inscrição *Hic Venerabilis Padre Alexandre de Gusmão hujusseminarii institutor obiit 13 Martii Anni 1724.*

<sup>35</sup> Eu não gostaria de me deter neste assunto. Sobre isso, a obra do Foulquier – *Jesuítas do Norte, 1940* – dá conta. É interessante notar que a vila de Belém da Cachoeira começou a ser habitada por moradores no ano de 1912, no dia 11 de agosto. Os novos moradores encontraram alguns jesuítas desterrados. Só no ano de 1913 o Rer. Provincial Antonio Pinto visitou pela primeira vez a missão de Gusmão, e percebeu que estava viva a memória do seu Fundador (FOULQUIER, 1940).

**III – ALEXANDRE DE GUSMÃO E SEU  
TRATADO.**

## a) O Tratado como modelo de formação

A visão vigente neste período era a valorização da criança. No livro, Alexandre de Gusmão recorre aos personagens bíblicos, à autoridade dos grandes padres, às histórias e mitos, às figuras dos grandes sábios e filósofos (esses em maior seqüência), tudo para comprovar que educar é uma tarefa importante na vida das crianças.

No Brasil, com seu Tratado, se revela pioneiro no estudo da educação das crianças na idade da puerícia. O Tratado é um dos primeiros engenhos propostos com a tarefa de apresentar um modelo pedagógico que tem por finalidade educar as crianças nos bons costumes. Além disso, é a possibilidade de registro (história-crônica) de uma história da educação pouco percebida pelos historiadores coloniais. Uma obra pouco lida e comentada.

O Tratado se refere ao ato de educar como um trabalho artesanal, que envolve um esforço intelectual através da transmissão pedagógica que um tutor proporciona a uma criança.

Temos que considerar a educação jesuítica como um modelo de ensino que está presente no contexto da colônia. O Tratado apresenta fundamentos pedagógicos, filosóficos e teológicos para a boa criação de meninos. Oferecendo normas e modelos coerentes para a época e assegurando uma boa formação ao alunado.

A maior preocupação do autor são os bons costumes, esses costumes que levam a criança para o caminho da virtude são ensinados pelos mestres e pais. Por esse motivo, Alexandre de Gusmão aconselha que pais e mestres decorem o Tratado inteiro. Tudo debaixo da regência pedagógica jesuítica que tem por base o *Ratio Studiorum*<sup>36</sup>.

A formação para Gusmão assegura a criação. Formação esta que se dá pelos bons costumes, pelo cuidado que os pais e mestres devem ter com as crianças.

---

<sup>36</sup> Esse código pedagógico é um projeto do P. Geral Cláudio Aquaviva – chamado, *Ratio Atque Institutio Studiorum* – que havia sido publicado somente no ano de 1599. Influenciando não só Gusmão, mas vários outros jesuítas que escreveram tratados importantes sobre educação. O *Ratio* é definido pelos jesuítas como o princípio que informa todas as atividades e estabelece as ações dos seres humanos. Ele lembra a busca incansável do Reino de Deus por meio da pedagogia. O *Ratio Studiorum* apareceu para suprir a necessidade dos padres da Companhia em introduzir modificações e adaptá-las às necessidades peculiares da Igreja e das diversas colônias.

A maneira como Gusmão escreve expressa a forma de escrita do século XVI e XVII. Neste período a forma de pensar a educação é o modelo para formar crianças, tanto de forma interna nos mosteiros e conventos quanto externamente em toda cristandade. As disciplinas, os professores e as leituras tinham por objetivo o caminho da educação das crianças. Neste sentido o que Gusmão escreve não é novo, apenas reflete o contexto da época em que vive.

A descoberta do Novo Mundo pelos navegadores europeus, a revolução da imprensa, o movimento dos Humanistas, o Concílio de Trento, o comércio, etc., foram movimentos que agitaram a Europa nos séculos XVI e XVII gerando contribuições significativas para o ensino da pedagogia.

Na medida em que o mundo caminha para uma Renascença, somada à uma profunda apreensão pelas descobertas de novos fenômenos, possibilitou que as pessoas dos séculos XVI e XVII se preocupassem com o tema da educação. Sobre a educação “há inúmeros testemunhos de trabalhos escritos, por exemplo, Erasmo de Rotterdam (1466 – 1536), Juan Vivès (1492 – 1540), François Rebelais (1595 – 1553) ou Michel de Montaigne (1535 – 1592)” (ROMANO, 2006, p. 57).

Percebe-se que os escritores dos séculos XVI e XVII em seus tratados, em suas cartas e em seus manuais, valorizam a mudança de hábito objetivando as crianças.

Entendendo que com essa visão, como a vigente da época, conseguiremos compreender um pouco mais sobre o Tratado de Gusmão. Por exemplo: tanto Erasmo de Rotterdam como John Locke, são exemplos e referências para pensarmos a educação nos séculos XVI e XVII. Alexandre de Gusmão em seu Tratado *Arte de criar bem os filhos* caminha na mesma direção.

A pedagogia do Tratado revela uma estrutura harmoniosa que faz convergir toda vida familiar à escolar. Fernandes lembra que essa convergência e estrutura apresentam-se da maneira organizada, encontrando-se na administração, no currículo, no método e entreterimento, no respeito e conservação de tudo que havia de positivo no outro diferente. Tudo com o intuito de estabelecer um fim último e único: a educação integral do homem (1980, p. 116).

Tambara & Ghiggi<sup>37</sup> lembram que para Gusmão moral, religião e suas verdades devem ser ensinadas para sensibilizar os meninos, estes com fácil compreensão. A educação moral e religiosa deve considerar a formação para obediência aos princípios da virtude, prudência, boas maneiras (o que se realizam pela autoridade dos pais e professores, responsáveis pela boa ou má educação dos meninos). Gusmão tinha uma preocupação central como educador: o desenvolvimento educacional da criança.

Para Tambara & Ghiggi essa manifestação nas terras brasileiras deu-se quando os colégios com seus educadores, os jesuítas, empenharam-se para promover uma boa educação. Para Serafim Leite (1965, p. 40) a função do educador e seus colégios no âmbito da educação colonial são “a mais pura glória portuguesa e de sua nação ultramarina”. Neste contexto, no Velho Mundo (Europa, Ásia e África Setentrional), quando a Companhia nasceu, as escolas de ler exerciam seu papel na Europa, era um ideal pedagógico se modelava conforme as exigências da época.

A educação tornou-se a porta da vida social, valorizando o indivíduo, formando e civilizando o homem. Ensinava-se para o povo, e a liberdade da marginalidade apresentava-se por via da educação, ler e escrever é introdução do indivíduo no meio social (CARBIM, 1999).

O papel do Tratado no século XVII é fornecer características básicas para partimos e formarmos as origens de como o homem português pensava na educação. Uma educação que mostra com clareza uma alteração dos sentimentos dos adultos para com as crianças. “Antes tratadas com indiferença ou com paparicação” (GHIRALDELLI, 1987, p. 12). A partir do século XVI, e, acentuadamente no século XVII, as crianças tornam-se objetos de discussão dos homens de letras. Eles tentaram convencer a sociedade a abandonar as velhas atitudes em favor de um novo comportamento racional (Ibidem, 1987, p. 12). O Tratado tenta elaborar um discurso de cientificidade sobre a educação de meninos, mostrando que a criança é um ser que deve adquirir bons costumes para honrar a República (GUSMÃO, 2000).

---

<sup>37</sup> Elomar A. Callegaro Tambara & Gomercindo Ghiggi professores da UFPel escreveram breves notas sobre Alexandre de Gusmão na reedição da *Arte de criar bem os filhos na Idade da Puerícia. Dedicado ao Menino de Belém, Jesus Nazareno*. Pelotas: Seivas Publicações, 2000.

## **b) Educação e bons costumes no Tratado.**

Companhia apareceu no cenário em uma época importante da história. Época do Renascimento, dos descobrimentos marítimos, do enfraquecimento da Fé, das artes liberais, do antropocentrismo acentuado, etc.

As atuações dos Jesuítas no Brasil promoveram uma mudança cultural. A metodologia do ensino lhe valeu a superação do que se pode chamar de choque cultural. Esses choques culturais promovido pelos jesuítas ofereceram hipóteses de trabalhos educacionais e portas de entradas para renovações e aplicações pedagógicas (FERNANDES, 1980).

O modelo educacional formado no Brasil revela uma importância do poder e adaptação dos moldes jesuíticos. A Companhia é uma ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola em 1534 e aprovada pelo papa Paulo III em 1540. O caminho escolhido pelos inicianos foi à educação, isto é, a preparação do homem nas letras e no caminho de Deus.

A preparação das letras e o caminho para o reino são visto deste a fundação da ordem. Passos que lembram os serviços que os inicianos supõem mediante as movimentações de todas as faculdades humanas (CARDOSO, 1997, p. 14).

Essa movimentação é uma evolução proposta pelo espírito humanista<sup>38</sup> que existe dentro dos inicianos. Os manuais humanistas do século XVI são os mesmos do século XVIII, pelo menos no domínio da filosofia e educação. Essa informação se verifica em todas as faculdades do século XVI ao XVIII. O que está ocorrendo é que a forma de ver o mundo mudou, a intelectualidade não é mais a mesma da idade média. O raciocínio e a lógica fizeram seu trabalho ao longo dos séculos, mudando e influenciando a religião e a filosofia. O espírito

---

<sup>38</sup> Le Goff mostra que a medievalidade, e todo seu sistema, apresenta-se como uma sociedade moderna, de uma civilização moribunda ou morta sob formas camponesas tradicionais. Porém, a estrutura social possibilitou a criação de cidades, nação, Estado, universidade, moinho, hora e o relógio, o garfo, a roupa, o livro, a consciência e finalmente a revolução (1993, p. 12). Essa revolução do espírito humano deu-se no século XVI como herança de todo processo civilizador que passou. Devemos lembrar que a educação no século XVI valorizava a cultura helênica. Essa cultura helênica que começou ser revisada é uma valorização do indivíduo na cosmópolis: “Do mesmo modo, a cultura helenística não é mais grega ou bárbara: prevalecem os valores gregos, mas já mesclados com mais diversas tradições e culturas à sua volta – é uma cultura cosmopolita” (AQUINO *et al*, 1985, p. 102). Desta maneira, surge o humanismo, o iluminismo e o renascimento. Nova maneira de conceber o mundo, consequentemente foi “aberta polêmica com a tradição medieval e escolástica, toda propensa a valorizar o papel da transcendência religiosa e a colocar o indivíduo dentro de uma rígida escala social, a nova civilização concebe o homem como ‘senhor do mundo’ e ponto de referência da criação, cúpula do universo e elo de conjunção do ser” (CAMBI, 1999, p. 224).

mercantil e racional são os suportes da fé para os inicianos. (HAMESSES, 1998). Isso ocorre porque

o homem em sua nova civilização adquire consciência de poder ser o artífice de sua própria história, que vive intensamente a vida na cidade junto com os seus semelhantes; para isso mergulha na vida civil, engaja-se na política, no comércio e nas artes exprimindo uma visão harmônica e equilibrada dos aspectos multiformes dentro dos quais se desenvolve a atividade humana (CAMBI, 1999, 224).

A Companhia adquiriu esse espírito, do homem da cidade, racional e multiforme, pronto para mergulhar e catequizar as vidas, influenciado pelo espírito renascentista e humanista da Europa.

O futuro da Companhia presenciava assim com os próprios olhos a transição da antiga para a nova orientação dos estudos [...] Não é, pois, de maravilhar que a organização pedagógica da universidade parisiense influísse profundamente na orientação dos novos educadores que, estudantes, haviam respirado a sua atmosfera. [...] Essa influência, porém, não foi uma simples conseqüência de fatos históricos que tornaram possível e espontânea; resultou de uma escolha firme e deliberada dos primeiros jesuítas (FRANCA, 1952, p. 12 – 13).

Esse aspecto ressaltado por Franca, mostra que a Companhia está no esteio da formação européia – uma formação humanista – cujas conseqüências são a espontaneidade de escolher a nova formação intelectual sem prejudicar o cânon da igreja e a teologia de Tomás. A valorização revela-se na educação e no trato da criança.

Conforme esse quadro, o autor dos bons costumes começa sempre o discurso lembrando que a boa criação é aquela que inicia logo nos primeiros anos. Seguindo o modelo humanista iniciano o primeiro ensinamento proposto pelos pais é sobre a fé e os mistérios de Deus, sempre apoiada na luz da razão para que tenham conhecimento do Criador (GUSMÃO, 2000).

Uma influência da fé por meio da razão mostrando-se escolástica, pensamento formado por Santo Tomás. A dupla condição do homem (razão/fé) denomina o desenvolvimento da filosofia tomista. Tomás consegue fazer uma distinção entre a razão e a fé, e a necessidade de sua concordância (GILSON,



2001, p. 655). Sobre a juventude, Tomás declara que as paixões da alma se tornam fortes neste período

pelo fato de que, no período da juventude, a alma é agitada pelos diversos movimentos das paixões e conseqüentemente não tem aptidões para conhecer uma verdade tão profunda, uma vez que, no dizer do Filósofo (Aristóteles) no VII *da Física* (capítulo III, número 7), o homem se torna prudente e sábio somente à medida que as suas paixões se acalmam (2000, p. 137).

A preocupação e regra de Santo Tomás são tomadas pela Companhia como uma necessidade de acalmar as paixões da juventude, e levar a criança para uma vida de fé por meio da educação e regra.

É importante notar que esse pensamento de Tomás forma, no seio da Companhia, um caminho que os leva para uma aplicação prática de uma boa formação envolvendo a filosofia tomasiana. Acerca do respeito da filosofia tomista, encontramos no *Ratio Studiorum* uma indicação: “de Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito” (FRANCA, 1952, p. 159, § 6). O código enfatizava a virtude<sup>39</sup>, a fé e o conhecimento prático da filosofia citada.

Seguir Santo Tomás. - Em teologia escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como seu Doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima. Entendam, porém, que se não devem adstringir de tal modo a Santo Tomás, que lhes não seja permitido em cousa alguma apartar-se dele, uma vez que os que de modo especial se professam tomistas por vezes dele se afastam e não seja justo se liguem os nossos religiosos a Santo Tomás mais estreitamente do que os próprios tomistas (Ibidem, 1952, p. 152, § 2).

Entendemos que a vertente do tomismo está enraizada na Companhia, levando a tradição Aristotélica e a cristã. E é justamente no *Ratio* que esses

---

<sup>39</sup> Toda vez que falarmos de **virtude no texto**, devemos ter em mente o significado da palavra em latim. Vem de *virtus, virtutis*, que significa disposição constante de praticar o bem e evitar o mal. A virtude nesta dissertação tem por perspectiva o significado da virtude cristã, que parte de um conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem com o seu criador e do modo de vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo. O homem, como criatura de Deus, tem seu fim último em Deus, que é o seu bem mais alto e o seu valor supremo. O homem vem de Deus e todo o seu comportamento deve orientar-se para ele como objetivo supremo.

elementos foram estabelecendo e influenciando a base para o discurso colonial dos jesuítas. Sendo Gusmão um dos muitos influenciado por essa forma de ver o mundo.

A expressão mais acabada dessa vertente é dada pela corrente do tomismo, que consiste numa articulação entre a filosofia de Aristóteles e a tradição cristã; tal trabalho de sistematização foi levado a cabo pelo filósofo e teólogo medieval Tomás de Aquino [...] E é justamente o tomismo que está na base do *Ratio Sudiorum* [...] (SAVIANI, 2004, p. 127).

Para o Tratado, a criança bem criada deveria sempre ser ensinada no modelo tomasiano. Isto é, a doutrina adotada pela Companhia e conseqüentemente por Alexandre de Gusmão. Para o autor do Tratado, em primeiro lugar deve-se informar à criança as questões religiosas, os mistérios principais da fé portuguesa. Sempre guiado pela luz da razão de Santo Tomás<sup>40</sup>. Ele entendia que os pais têm a obrigação de ensinar os meninos logo quando iniciam a fala no cumprimento religioso, reconhecendo Deus como criador, sempre com cuidado e importância<sup>41</sup>. Sobre esse cuidado encontramos recomendações no código.

Cuidado da fé e da piedade. No ensino procure antes de tudo robustecer a fé e alimentar a piedade. Por isso, nas questões que Santo Tomás não tratou expressamente, ninguém ensine coisa alguma que não esteja em harmonia com o sentir da Igreja e as tradições recebidas ou que, de qualquer maneira tenda a enfraquecer os fundamentos da sólida piedade. Assim, não rejeite os argumentos, ainda só prováveis, que se costumam alegar para provar as cousas da fé, nem temerariamente proponha novos, se não baseados em princípios solidamente estabelecidos (FRANCA, 1952, 152, § 5).

---

<sup>40</sup> O professor de teologia escolástica deve por determinação do *Ratio* seguir a Filosofia e Teologia de São Tomás.

<sup>41</sup> “A primeira e principal cousa é a notícia de Deus, e os mistérios principais de nossa fé, de sorte que a luz da razão lhes nasça juntamente o conhecimento do Criador; e a razão disto é muy conforme aos princípios da Sagrada Teologia, porque como ensina Santo Tomás, a quem seguem graves Teólogos, tantos que o menino chega aos anos de discricão, tem obrigação de preceito grave reconhecer a seu criador, referindo-se todo a ele como ultimo fim; o qual preceito mal poderá cumprir o menino, se não for primeiro instruído no conhecimento do verdadeiro Deus; é tão grande o descuido, que os pais em causa de tanta importância, que os mais Doutores escolásticos escusam os meninos de pecado grave, porque supõem, que rara vez são suficientemente instruídos neste particular por seus pais” (GUSMÃO, 2000, p. 189).

Esse padrão que segue o autor do Tratado é o molde jesuítico para entender a religiosidade. A criança nos anos de descrição<sup>42</sup> deve ter um cuidado especial dos pais no que concerne ao ensino religioso. As Sagradas Escrituras devem ser ensinadas desde a infância pelos pais (GUSMÃO, 2000, p. 190). A obrigação dos mistérios da fé cristã, a esperança e a castidade, o ensinamento do Credo, do Pai Nosso, dos Mandamentos, dos Setes Sacramentos (Ibidem, 2000, 192 – 193), são essenciais para salvar os meninos de uma má criação.

Alexandre de Gusmão lembra que no sertão baiano os filhos dos índios Tupuais, sendo bárbaros e brutos, podem competir em igualdade e inteligência com os filhos mais polidos da Europa. Enfatiza o autor, que os padres missionários ao escreverem para ele informando o cuidado da catequese que tem com os nativos e como eles nas letras sagradas, mostram desenvolvimento significativo:

passa já de cento os meninos da minha escola e grande consolação ver os meninos tamaninos, que os mais não passam de cindo anos, repetir de cor a doutrina cristão, e responder a tudo, o que lhes perguntam dos mistérios da fé com maravilhosa distinção (Ibidem, 2000, p. 193).

O ensino religioso como o caminho para o desenvolvimento moral da criança apresentado pelo Tratado é uma marca da sociedade portuguesa renascentista. A religiosidade existe nas práticas sociais. Paiva argumenta que a sociedade portuguesa, em primeiro lugar, via como natural a atribuição ao rei como guarda da prática da fé. Parece estranho essa afirmação, mas se o rei é o exemplo de vigilância da fé cristã, a sociedade portuguesa identificava na figura real a unidade de todos. Trata-se de observar que essa imagem da observância é traduzida para toda sociedade – nobres, clero e povo. Conseqüentemente, todos falam a mesma linguagem religiosa, Deus ocupa todo espaço da realidade e o rei o representa (PAIVA, 2007, p. 12).

Alexandre de Gusmão é um fio de teia que se liga ao todo. O serviço de Deus traduz a concepção de um corpo que necessita de seus súditos; servir a Deus é servir ao rei, é servir a igreja. Os padres viviam em sociedade

---

<sup>42</sup> Anos de descrição (Ibidem, 2000, p. 189) é um termo usado por Gusmão para indicar os anos que a criança começa a falar e ter percepção dos sons.

compreendendo seus gestos como gestos referidos a Deus, o que lhes imprimia o caráter de vitalidade (Ibidem, 2007, p. 13). A prática social estava marcada pela preferência religiosa, o cuidado da fé.

No *Ratio nas Regras do Professor de Sagrada Escritura* informa o cuidado que o professor deve tomar ao ensinar o caráter da fé e o dogma da igreja.

Siga com respeito às pegadas dos Santos Padres; se estiverem de acordo sobre uma interpretação literal ou alegórica, principalmente quando falam com clareza ou tratam expressamente da Escritura ou dogma, não se aparte desta interpretação; se, porém, não concordam, das várias explicações prefira aquela para a qual há muitos anos, e com grande consenso, parece inclinar-se a Igreja (FRANCA, 1952, p. 148, § 7).

O que vemos aqui é a manifestação da missão educacional e catequética. Para Fernandes, os fenômenos culturais e as formas usadas inferem-se graças ao emprego dos meios mais eficazes da comunicação – pela música, teatro, catequese, educação – de sua época, ou seja, da era colonial os jesuítas lograram atingir em boa parte seus objetivos: dilatar a fé e o império, como autênticos portadores da cultura europeia e da civilização cristã (1980, p. 117). A educação e seus aspectos sociais, religiosos, lingüísticos e pedagógicos foram os grandes motores dos jesuítas.

Um desenvolvimento humanista onde o conhecimento útil, a unidade de pensamento, a ação pedagógica estabelecem uma *práxis* coletiva dos padres da Companhia em conformidade com a religião (HANSEN, 2001). No discurso proposto pelo Tratado, o modo como caminham as idéias estão relacionadas pelo modelo humanista de tratar a criança.

Tanto o governante como os letrados na colônia brasileira estão voltados para o sagrado, o clero voltado para a administração do sacramento. Desta maneira governante, letrado e clero são funcionários que desempenham um papel na sociedade. A realização do reino em todos os aspectos. Devido a este fato a participação no governo, seja na legislação ou assumindo tarefas e cargos públicos, produz uma intencionalidade mantedora da fé e da coroa. A sociedade no cotidiano estabelece competências – sendo pelos governantes, letrados ou clérigos (PAIVA, 2007, p. 16).

Para o Tratado, a criança é um indivíduo que tem o direito de participar dessas atividades para enaltecer o reino português. O ato de fazer a criança ajoelhar, levantar as mãos e pedir a Deus alimento é vista por Gusmão como uma forma de colocar no coração da criança a fé (GUSMÃO, 2000, p. 192), uma fé seguida de ideais constitutivos de uma sociedade colonial que se importa com o modo de ser de cada criança<sup>43</sup>. Paiva afirma que “praticar a fé, ser cristão, pressupunha este quadro social (indivíduo como participe social) em que os mais nobres e honrados tratavam como suas as coisas da igreja e em que os clérigos se comportavam como nobres e honrados” (2007, p. 17). A sociedade portuguesa assume um olhar de justiça e fé e organiza os valores e comportamentos – entendendo justiça como o respeito devido ao (modo de) ser, à constituição, de cada grupo.

---

<sup>43</sup> Gusmão acreditava que era de suma importância, fazer logo nos primeiros anos de vida, a distinção entre o amor e o ódio. Nesta obrigação, os pais devem está atentos, pois, entre o ódio (que ele chama de pecado) e o amor, o ódio é muito mais fácil da criança aprender. “Os pais os procurem criar na inocência da vida, no temor de Deus e ódio ao pecado, no amor da castidade e oborrecimento a toda desonestidade” (Ibidem, 2000, p. 198), se não, tornar-se-á o pecado “nos primeiros anos de vida como peçonha no coração” (Ibidem, 2000, p. 201) e “escandalizaram o mundo, e estai certos, que a causa de muitos viverem toda sua vida em vícios, envelhecerem, e morrerem em torpeza, e desonestidade, é pelo descuido, com que seus pais deixaram lavrar esta peçonha do pecado em seus corações nos primeiros anos da puerícia” (Ibidem, 2000, p. 203).

### c) O Tratado e a formação da criança.

A pedagogia oferecida por Alexandre de Gusmão, possui suas características básicas, mas não foge do humanismo que o influencia. Com as alterações do século XVI, a educação terá o discurso que pretende convencer os homens e a sociedade a abandonar as velhas atitudes e participarem do corpo racional que se apresentava.

Ele expressa no seu discurso características e atribuições do seu tempo, pela forma literária que escreve, pela moral humanista e, sobretudo pela convicção que aproxima a educação às práticas dos bons costumes.

O Tratado, *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia dedicada ao Menino de Belém, Jesus Nazareno*, tem por objetivo principal criar e educar um menino perfeito para que nos anos de adolescência chegue a ser um perfeito cidadão. Por esse motivo, Pe. Gusmão resolveu escrever para que os pais de família saibam a obrigação da boa criação e a façam com acerto<sup>44</sup>.

Isso acontece porque a educação no Tratado compõe possibilidades de determinar a vitalidade cultural de uma instituição religiosa – a Companhia de Jesus – e de um povo – o português.

Apontaremos brevemente uma necessidade do serviço educacional como estabelecimento de um conjunto de regras e definições para formar e educar um povo. Percebemos que para os humanistas dos séculos XVI e XVII a educação estava a serviço do mundo. Lembrando que esta educação torna-se o modelo padrão num processo de humanização dos povos. Com a educação surge a lingüística servindo de esteio para o estabelecimento necessário para a fixação das práticas pedagógicas. Sobre isso, Mattoso explica:

Para avaliar com mais precisão o serviço prestado pelo latim na fixação da língua portuguesa do século XVI será necessário conhecer melhor o modo como se processava as práticas educativas, quais os modelos pedagógicos em que se inscreviam (2002, p. 358).

---

<sup>44</sup> GUSMÃO, *Dedicatória e Prólogo* aos leitores, 2000, fls. ij-ijj.

As práticas educativas no Brasil dos séculos XVI e XVII estavam no domínio dos jesuítas, e essas práticas se manifestavam no processo pedagógico que remete a um modelo de aprendizado.

Pouco se sabe acerca das diversas formas e métodos de alfabetização do século XVI e XVII, mas entendemos que essas formas de alfabetização propostas pelos jesuítas formam modelos para o que hoje é considerado o ensino primário. Nesse sentido, a Companhia surge na vanguarda da educação no Brasil, sendo pela forma de vida dos jesuítas ou por meio do *Ratio Studiorum*. Entre as grandes contribuições dos jesuítas no Brasil colonial estão, o modelo de vida espiritual, os colégios e o *Ratio*.

os colégios, aliás, são uma presença constante da ação dos jesuítas, não seria exagerado que os exercícios como método de vida espiritual, e a *Ratio Studiorum*, como instrumento pedagógico, são as duas contribuições originais da Companhia de Jesus à história da civilização moderna (PALACIN, 1981, p. 287).

O Tratado de Gusmão afirma certas inquietações, como a própria educação e formação da criança. Para ele educar a criança é trabalhoso. “Excessivo o trabalho, que os pais cuidadosos e honrados padecem na boa criação dos filhos” (2000, p. 68).

Essa vontade e necessidade de formar crianças e prepará-las para a vida fazem parte da sua vivência. A própria Companhia formava dois caminhos práticos de educação: uma Corporação religiosa para aplicação da educação e religiosidade, e outra para formarem jovens nas práticas científicas. A primeira formava clérigos, a segunda, mais aberta, para formar jovens que desejam instruir-se nas letras e nas ciências (RODRIGUES, 1917, p. 391). As duas corporações da Companhia de Jesus eram regradas pelo *Ratio*.

Não nos surpreendemos quando em uma aplicação da pedagogia jesuítica tão comum, pontos interessantes do *Ratio* podem ser vistas na aplicação prática do Tratado de Gusmão.

Exemplo disso está no capítulo sobre as *Regras do Provincial* (FRANCA, 1952, 119, § 1) que exorta os professores<sup>45</sup> a dedicarem-se nos ensinamentos e zelar

---

<sup>45</sup> Para Gusmão (2000, p. 155) contratar professores com salário digno é um investimento que refletirá na forma como estes lidaram com a formação das crianças. Com salários dignos, eles educarão as crianças na virtude e doutrina, estes não faltarão com competência e ocupação na prática do ensino.

com todo empenho no campo escolar. Alexandre de Gusmão seguia a mesma linha do *Ratio*, pois concebia a boa educação, aquela que pode ser gravada na alma dos meninos desde pequenos: “se tendes filhos, ensinai-os e dominai-os desde a sua puerícia” (2000, p. 2).

Saber ler e escrever era ter o reconhecimento do Rei. Estudar é dar margem ao valor social do indivíduo diante de todos, assim era reconhecido. A educação era a representação de uma estratégia racional que era atribuído a criança brasileira na colônia. Entender as palavras, ter a palavra qualificada, ter a palavra do direito à riqueza, ter o direito a introdução social são elementos que a sociedade portuguesa apresentava as crianças. A idade pouco importava, não era como nas sociedades judaicas que o ancião detinha a última palavra, a palavra de sabedoria.

Na sociedade portuguesa a idade não tinha significado, o que valia era a palavra de um letrado, ainda que novo. Ele falando era como se toda a sociedade falasse (PAIVA, 2005). O indivíduo com a palavra qualificada é aquele que representará a República e que na infância tiveram boa criação fomentada pelo amor e pela virtude (GUSMÃO, 2000).

O Tratado lembra que uma boa base educativa para nação infantil que se forma, pode ser vista nos governantes da República. As crianças bem criadas na infância serão os bons governantes do futuro. “Que causa possa ser de maior importância, que esta; e que mais importa haver em uma República bons meninos, que boas leis [...] nisso consiste o primeiro meio e fim de uma República bem governada” (Ibidem, 2000, p. 152).

A educação falada é a irrevogável investida da atividade catequética educativa jesuítica, ou seja, tanto nas missões do interior do país, seja nas igrejas ou nas escolas das cidades, os jesuítas se tornam os principais responsáveis pela educação da fé e pela formação intelectual e moral do povo brasileiro (BRESCIANI, 1999, p. 223).

Entender a formação da criança é pensar na relação dos meninos com pais e professores. Sobre os pais Alexandre de Gusmão diz que estes “devem considerar a importância da boa criação dos filhos enquanto meninos” (2000, p. 158). Isso aparece porque os infantes são as bases sociais da colônia e serão bons cidadãos que terão uma utilidade para República (2000, p. 38).



O ato da formação da criança, a preocupação com a educação que o Tratado propõe é a mesma que o *Ratio Studiorum* manifesta. O auxílio das almas que se revelam pelo arcano da educação. Com palavras diferentes, com maneiras diferentes, mas a proposta é a mesma, ensinais-os e dominai-os desde a sua puerícia.

Paiva explica que o *Ratio Studiorum* “define os princípios fundamentais que informam todas as atividades, todas as instituições da Companhia, que estabelecem sua razão de ser” (1981, p. 1). Paiva aponta o caminho do caráter educativo do modelo inaciano, modelo que se define pelo eixo da razão, que informa as atividades do espírito humano. O código jesuítico estabelece essa razão de ser da Companhia, na qual, toda ação pedagógica culmina numa sólida formação educativa.

Tambara & Ghiggi<sup>46</sup> lembram que, Pe. Gusmão acentua o cuidado em agradar a Deus, e por causa desta religiosidade católica temas como alimentação, vestuário, jogos e brincadeiras, meninos rejeitados, hábitos, etc. fazem parte de seu discurso e indicam com destaque um princípio de boas maneiras.<sup>47</sup> Essa preocupação central como educador, o leva a uma dimensão amável.

Para entendermos melhor o modelo de educação falado por Tambara e Ghiggi no Tratado, devemos perceber que a educação jesuítica é a mantenedora da tradição do *Ratio*, por esse motivo o Tratado segue esse caminho. Os Estados católicos seiscentistas formam um corpo místico-político que coloca a vista os costumes e processos intelectuais do seio da Companhia. No campo da educação regrada, esses ideais são acentuados pela doutrina do *Ratio*, sobre isso escreve Hansen:

Desde a classe inferior de gramática, os alunos aprendem as cerimônias e os ritos cristãos, que são sistematizados doutrinária e teoricamente nos cursos de artes, ou filosofia, e teologia. Todos os cursos são orientados pelo estudo de preceitos, estilos e erudição, ou seja, com vários gêneros retóricos-poéticos de representação das matérias das humanidades

---

<sup>46</sup> Elomar Tambara & Gomercindo Ghiggi escreveram breves notas sobre Alexandre de Gusmão na reedição da *Arte de criar bem os filhos na Idade da Puerícia. Dedicado ao Menino de Belém, Jesus Nazareno*. Publicado pela Seiva Publicações no ano de 2000.

<sup>47</sup> Para Gusmão (2000) isso se realiza pela autoridade dos pais e professores, responsáveis pela boa ou má educação dos meninos.

memorizadas como tópicas ou lugares-comuns já aplicadas e desenvolvidas pelas várias autoridades estudadas; memorização de técnicas de falar e escrever, além dos esquemas da própria arte da memória (2001, p. 18).

Devemos levar em consideração que a citação mostra a disciplina e o rigor com que se levava a educação no seio dos jesuítas. E o Tratado revela essa rigidez, isso devido ao documento ser o espelho de uma época em que a educação da Companhia tinha tendências fortes para seguir o código pedagógico.

O que o Tratado mostra quando se fala da criança? Não só a boa criação, mas também, afirma a liberdade e uma cruzada contra a ignorância que tende a levar o homem para o caminho da virtude. O documento que Pe. Alexandre apresenta defende os poderes da instrução do indivíduo, a afirmação da natureza humana. E quando pensamos sobre esse ponto entendemos que o Tratado tem fortes influências humanistas e iluministas. Entende-se que, no momento da reflexão sobre a natureza humana, os homens iluministas encontravam o caminho da cultura, da sociedade e da educação (HILSDORF, 1998), considerado como bons costumes.

Um dos percussores da educação no movimento humanista foi o francês Michel de Montaigne<sup>48</sup> (1533 – 1592). Dirigindo-se aos pais, o filósofo discorre que a paparicação não revela nada a não ser o prazer de si sobre os pequenos e não uma disposição de afeto voltada para criança. Com esse comportamento, os pais estavam usando a criança para seu entretenimento lúdico. Isso deveria ser esquecido e a criança deveria ser merecedora de um tratamento diferente, o reconhecimento da criança como ser dependente de educação. (MONTAIGNE, 1996, p.153).

O mimo não era aceito pelo educador do Tratado, a boa criação dos bons costumes deveria, antes de qualquer coisa, ter o discernimento de

---

<sup>48</sup> Montaigne é um exemplo de que o movimento educacional no século XVI e XVII têm fortes tendências que marcaram os autores desta época. Não seria difícil encontrar particularidades entre o discurso dos humanistas e Gusmão, pois o autor do Tratado, como falamos anteriormente, segue essa tendência. Entre outras idéias do filósofo, existe ainda uma crítica como o ato de decorar os textos. Decorar para ele não é saber, fazendo isso, a cultura livresca é destruída, pois, o ele insiste em falar que conhecimento não é essa prática. Decorar significa guardar na mente o que lhe foi oferecido. Para conseguir o conhecimento necessitamos de exercícios diários, leituras, disciplina, necessitam utilizar o que aprendemos, sem decorar (MONTAIGNE, 1996, p.153).

distinguir o mimo do amor<sup>49</sup>. Criar a criança com mimos é para ele, criá-las com vícios provocando grandes danos na educação familiar, são eles:

- I. O primeiro dano provocado pela causa da paparicação é o de fazer os meninos moles, mimosos e manhosos, enfraquecendo os nervos do corpo e os deixando moles no trabalho, debilitando as forças (Ibidem, 2000, p. 269);
- II. O segundo dano aparece no comportamento, os meninos ficam desonestos (Ibidem, 2000, p. 270);
- III. O terceiro dano é a tolice. Criar o menino com paparicação (ou como chama o autor, atacado de demência) é o mesmo que fazê-lo ignorante (Ibidem, 2000, p. 272);
- IV. O quarto dano manifesta-se na perda, isto é, a criança detesta perder, os objetos ou qualquer coisa que seja. Ele fala que essa criança é a pior, está voltada para o vício do espírito, com o coração de pedra e corrompido. São como carnes ou peixes que não se salgam a tempo, sempre duras (Ibidem, 2000, p. 272);
- V. O quinto dano é o ato de se comportarem de forma afeminado sendo um varão (Ibidem, 2000, p. 274). A criação dos meninos deveria ser sem mimos e regrada por meio do trabalho<sup>50</sup>.

As crianças deveriam ser criadas dentro de um padrão pedagógico que eliminasse os apetites (ou vícios). A boa criação é aquela que limita a liberdade da criança. O ato de limitar a liberdade é o acréscimo do castigo. Sobre os castigos corporais em relação a algum delito, assim discorre as *Constituições da Companhia de Jesus*:

Para os que tiverem cometido alguma culpa, quer na aplicação devida ao estudo, quer no que respeita aos bons costumes, e com quem não bastam boas palavras e repreensões, haverá um corretor que não seja da Companhia, para incutir temor e infligir o castigo àquele que dele precisarem e puderem ser punidos. Mas quando

---

<sup>49</sup> O amor no Tratado é a criação que se aplicam meios convenientes para o bem da criança. Porque amar não é outra coisa se não querer o bem (GUSMÃO, 2000, p. 268).

<sup>50</sup> Outra consideração que desperta atenção no Tratado é o ato dos meninos não poderem ser afeminados. Como foi apresentado, isso é questionado por Gusmão. O que ele chama de afeminado são as tendências de comportamento que os meninos adquirem por meio da educação que os pais oferecem às crianças. No Tratado, educar a criança para ser um cavaleiro é fermentar uma tendência afeminada. Para ele, educar a criança com esgrimas, ou no canto, na viola, correr a cavalo e bailar, é o mesmo que educar os meninos para que sejam bons vadios (Ibidem, 2000, p. 179). A honorável educação é aquela que ensina a criança a confessar e rezar. Se os pais ensinarem as crianças serem bons cavaleiros ou bons dançantes não serem bons cristãos (Ibidem, 2000, 279). Além disso, o demasiado alinho, e o trato como se enfeitam as crianças é permitir os filhos adquirir desonestidade. Isso só fomenta a sensualidade da criança que sempre se parecerá como menina (Ibidem, 2000, p. 224).

nem palavras, nem corretor forem suficientes, e se vir que um aluno é incorrigível escandaloso, vale mais despedi-lo das aulas do que deixar-lo nelas sem proveito próprio e com prejuízo para os outros. Tal decisão pertencerá ao Reitor da universidade, para que tudo redunde, como é justo, em glória e serviço de Deus Nosso Senhor (*Const*, 2004, p. 147 [489] 5).

O próprio fundador da Companhia determinou os níveis de castigo. Conforme a gravidade dos delitos os infantes recebiam níveis de repreensões. Devemos destacar que todas as repreensões são lições para encaminhar as crianças nos bons costumes. Quando o problema disciplinar da criança persistia dever-se-ia, conforme o *Ratio*, nomear um corretor

Corretor<sup>51</sup> - **Por causa dos que faltarem ou na aplicação ou em pontos relativos aos bons costumes a aos quais não bastarem às boas palavras e exortações, nomeie-se um Corretor**, que não seja da Companhia. Onde não for possível, excogite-se um modo que permita castigá-los por meio de algum estudante ou de maneira conveniente. Por faltas, porém, cometidas em casa, não sejam punidos em aula a não ser raras vezes e por motivo bem grave (FRANCA, 1952, p. 165, § 38 – destaque em negrito nosso).

A punição em salas de aula não era aplicada de maneira constante, não quer dizer que não era usada. É importante notar que o educador deveria sempre aplicar uma educação que encaminhasse a criança nas práticas da virtude da boa criação. Isso significa que a criança não deveria ser criada a vontade, em casa, no colégio ou em qualquer instituição educacional, quando faltarem bons costumes deve-se de especial maneira usar o castigo.

O Tratado é categórico em dizer que os meninos que foram criados em liberdade mostram-se os piores, o pai deve usar com o filho o mesmo que usa com poldrinho, de rédea, de vara e de espora. “De rédea para não ir aos apetites, de vara para corrigir os defeitos e de espora pra estimular em seguir o caminho” (GUSMÃO, 2000, p. 265). É verdade que sempre existem crianças

---

<sup>51</sup> Devemos esclarecer para o leitor que o Corretor geralmente não pertencia à ordem, era apenas um trabalhador ou funcionário que aplicava castigos físicos que eram direcionados pelo Reitor ou responsável pela criança (Ibidem, 1952, p. 165, § 38 - 39).

que recusam a correção corporal, principalmente os mais crescidos, estes devem ser afastado do colégio<sup>52</sup>, avisando previamente o Reitor.<sup>53</sup> Sobre este assunto acrescenta a *Ratio*:

O aluno para o qual não forem suficientes nem as palavras nem a ação do Corretor e não der esperança de emenda e for de escândalo aos outros, melhor é eliminá-lo do colégio do que conservá-lo onde para ele há pouco proveito e para os outros pode haver prejuízo. Deixe-se, porém, a decisão a critério do Reitor, para que em tudo se proceda, como é de razão, para a glória e serviço de Deus (FRANCA, 1952, 165, § 40).

Esse afastamento do colégio representa para ele o afastamento do mundo português já que a educação liga a criança com o todo, com a sociedade, com a República, com os céus. Pe. Alexandre de Gusmão entende o processo educativo como guia, orientação, cultivo da vida: “se nos pais houver cuidado em ler e praticar este Tratado a seus filhos; e nos meninos houver curiosidade em estudar, o que lhe pertence, espero com graça de Deus e favor de sua santíssima Mãe, haja nas famílias muita melhoria, nas Repúblicas muita Reformação, na Igreja muitos justos e no céu muitos Santos” (Ibidem, *Ao menino de Belém, Jesus Nazareno*, 2000, fls. iij).

No Tratado, “O pai, que condescende com a vontade desordenada dos filhos, ou deixa ir conforme seus apetites [...] lhe concede as ocasiões de suas

---

<sup>52</sup> Várias coisas poderiam trazer o castigo para a criança, exemplo: ao censor ou pretor, “será ainda seu ofício, observar se algum discípulo passeia pelo antes do sinal, se entra em outra aula, ou deixa a própria aula ou lugar. Leve também ao conhecimento do Prefeito os que faltam cada dia; [...] enfim qualquer falta cometida em aula, na ausência ou em presença do professor” (FRANCA, 1952, p. 165, § 37). Ou desrespeito para com o professor e amigos, palavrões, etc; “Nos pátios e nas aulas, ainda superiores, não se tolerem armas, ociosidade, correrias e gritos, nem tampouco se permitam juramentos, agressões por palavras ou fatos; ou o que quer que seja de **desonesto** ou leviano. Se algo acontecer, restabeleça logo a ordem e trate com o Reitor do que possa perturbar e tranqüilidade do pátio (Ibidem, 1952, p. 165, § 43 – destaque em negrito nosso). O contexto da palavra desonesto, remete ao aluno malicioso, preguiçoso e rebelde, não é diferente do que Pe. Gusmão pensava sobre a criança leviana em seu Tratado, confirmando uma influência do mundo português. Os que recusam a correção - Os que não aceitem as correções corporais ou sejam a elas constringidos, se possível, ou se isso não puder ser convenientemente, como no caso dos mais crescidos sejam afastados do nosso Colégio, avisando-se previamente o Reitor. Do mesmo modo se proceda com os que faltam freqüentemente às aulas (Ibidem, 1952, p. 165, § 39).

<sup>53</sup> “Se acontecesse algum caso em que a expulsão do colégio não parecesse reparação suficiente do escândalo dado, leve ao conhecimento do Reitor para que este veja que providência convenha ainda tomar. Na medida do possível, porém, proceda-se com espírito de doçura, conservando a paz e a caridade com todos” (Ibidem, 1952, p. 165, § 41). Sobre a expulsão das crianças, existia uma pequena possibilidade de admissão: “Não sejam readmitidos nos nossos colégios os que dele foram uma vez expulsos, ou, sem justa causa, espontaneamente se retiraram, sem antes consultar o Reitor, que julgará o que for conveniente” (Ibidem, 1952, p. 165, § 42).

ruínas” (Ibidem, 2000, p. 261). No discurso, percebemos uma preocupação, a infância como a melhor fase do homem, esse período está em contato com a realidade sociocultural da colônia e deveria ser preservada com uma educação regrada e medida, tanto no colégio como na família.

Segundo Ghiraldelli, a educação e a pedagógica do século XVI “nasce com os tempos modernos (renascimento), em certo sentido, objetiva apartar a criança do lar, do trabalho, enfim, da chamada realidade” (1987, p. 16).

Esse objetivar e apartar a criança do lar e trabalho, não significa o abandono ou repúdio dos elementos citados, mas, levar a criança para uma realidade educacional.

O Tratado revela um sentimento nobre, compreender a existência da criança, transformar a escola na extensão doméstica: alunado, filho, pais e professores compreendem as verdadeiras determinações da vida na sociedade colonial. No sentido mais amplo, a escola e o lar materializam condições de existência da criança no mundo português. Oferecendo argumentos de libertar a criança do isolamento, o meio social é projetado na vida do infante - pelo mundo das letras.

O autor é um homem que foi influenciado pela educação e modelo renascentista propagado na Companhia, mostrando uma dimensão característica dos jesuítas (com a criação no lar, religião ou com a pedagogia) que só a boa criação, que é um dos elementos importantes para o Tratado, realiza uma instrução de caráter humano na criança.

Esses elementos (que podem ser vários, não apenas esses) constituem a realidade e formam uma espécie de instrumentação que indica direção para a ação, que alimenta e retroalimenta a atuação e o pensamento teórico no seio da Companhia (COSTA, 2007, p. 33).

A criança é um indivíduo que necessita de orientação e os pais exercem certa importância neste negócio. A educação proposta pelos Jesuítas, tem no professor aquele que deveria sempre manter a paz, castidade e quando for possível, sempre proceder com espírito de mansidão:

No caso de não bastar *despedir das escolas para remediar um escândalo*, o Reitor verá que outras medidas se hão de tomar. Mas, quando for possível, deve-se *proceder em espírito de mansidão, e manter a*

*paz e a caridade* como todos (*Const.* 2004, p. 147, [489]  
D – destaque me itálico do texto).

A imagem de mantedor da paz, manso caridoso e regrado é a figura que Alexandre de Gusmão toma do seu mundo pedagógico e transfere para o sistema familiar. Exemplo disso é como os pais devem vigiar os amigos dos filhos, observando sempre a companhia dos mesmos:

do qual se colhe a vigilância, que devem ter os pais sobre os filhos de pouca idade, examinando as companhias com que conversam, procurando com todo cuidado, que nenhuma sorte acompanhem os moços de mãos costumes, entendendo de certo que com tais companhia se perdem (GUSMÃO, 2000, p. 252).

A vigilância que os pais devem exercer sobre os filhos é percebida também nas *Constituições da Companhia de Jesus*, que deixa claro

Quanto ao espírito, é de grande importância afastar os que estão em provocação de toda imperfeição e de qualquer obstáculo ao seu maior progresso espiritual. Para isso será muito útil que ponham de parte todas as relações, por conversas ou cartas, com pessoas que possam fazer esfriar nos seus propósitos. Caminhando nas vias do espírito **tratem somente com pessoas e sobre assuntos que os ajudem a realizar o que pretendiam fazer no serviço de Deus Nosso Senhor** (*Const.* 2004, p. 101 [244] – destaque em negrito do próprio texto).

Esses preceitos da educação revelam uma necessidade de instrumento para aperfeiçoamento de uma vida cristã, preparada para fé, para representar Portugal na colônia, representar o Rei e Deus. Os bons costumes dos meninos são essenciais para libertação do pecado.

O que ele propõe é uma educação que visa à harmonia do lar e da sociedade. A criança honesta criada nos bons costumes é aquela que fará o bem a República – “porque como a República não seja outra causa mais que a congregação e comunidade de seus cidadãos, quanto estes forem melhores, tanto melhor será a república” (2000, p. 38). A criança desonesta, a que não adquiriu bons costumes, trará prejuízos a República e o reino.

## **IV – A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO**



### **a) A importância e utilidade dos professores educarem os filhos.**

No século XVII autores como Pedro de Santa Maria e seu *Tratado de boa criação* (1633), Padre Luís Álvares e da Silva Moral que escreveram *Céu de graça*, *Inferno Custoso* (1696), António Pinto da Costa em *Verdadeira Nobreza* (1655) e Padre Francisco Ayres no seu *Regimento Espiritual ao Caminho do Céu* (1654), expõe a mesma preocupação: educar as crianças nos bons costumes.

Esses nomes e suas obras oferecem uma visão do que vem a ser o espírito pedagógico que se modela nos homens do século XVII, preocupados com a educação e formação da criança. Essa formação daria por meio dos bons costumes uma formação catequética no âmbito familiar, escolar e religioso.

Alexandre de Gusmão não é diferente dos outros autores, pois explica a prática dos bons costumes como projeto educacional por via da importância e da utilidade. A importância e utilidade estabelecem uma obrigação a ser exercida pelos pais, mestres ou sacerdotes.

Em quase todos os títulos do Tratado inicia com a palavra “importância”. A palavra importância para o autor significa influência, autoridade, prestígio, mérito, conceito elevado, grande valor, etc., por exemplo, o primeiro capítulo inicia-se com: “A Importância da boa criação dos meninos” (GUSMÃO, 2000, p. 2).

Com a palavra “utilidade”, ele trabalha no corpo do texto, informa uma necessidade de seguir esses preceitos, por exemplo: “O capítulo primeiro desta segunda parte dissemos quão agradável faria Deus nosso Senhor e de quanta utilidade para os pais oferecer a Deus o filho logo ao nascer” (GUSMÃO, 2000, p. 197).

Apesar de ser exaustiva, essa maneira literária, destaca a importância da obrigação dos pais, mestres e sacerdotes na criação dos nos bons costumes. Formando um equilíbrio na criação dos meninos, os pais e mestres oferecem a criança uma atmosfera na qual, o comportamento moral, religioso e virtuoso aparece como qualidade para uma criança se tornar homem de bem.

A preocupação do Tratado mostra uma importância e utilidade que delinea os contornos e necessidades da obrigação de todos na criação dos pequeninos.

Ele parece equilibrar a obrigação dos pais e professores na responsabilidade de educar. Quando escreve seu Tratado, ele respira as contingências sociais que o circundam e as deixam influenciar na sua forma literária.

Sobre os professores, a importância e utilidade aparecem quando Alexandre de Gusmão os apresenta como homens que disciplinarão<sup>54</sup> as crianças. Gusmão (2000, p. 82) entende que os professores – ao qual ele chama de mestres, aios e tutores – devem ser diferentes, tanto no cuidado como na obrigação. Por esse motivo, os professores merecem receber o título de pai<sup>55</sup>. O professor é o autor, aquele que instrui a criança, que estabelece em sua vida o caminho a seguir, *Pater*.

Ele pensa assim devido à influência intelectual dos jesuítas. A educação e formação da criança era uma preocupação constante na Companhia de Jesus.

A educação jesuítica oferecida por ele é a gramática do seu contexto cultural. Sobre a formação educacional que tanto trabalhava os jesuítas, Faria diz que “jamais foram os jesuítas infensos à pesquisa das ciências exatas, com a subordinação bem compreensível das condições da época, e por isso se encontram entre eles grandes matemáticos, astrônomos e cartógrafos” (1952, p. 28).

No legado educacional jesuítico é compreensível entender que as condições da época, a forma de educação, o empenho dos colégios e a formação dos estudantes jesuítas levaram os mesmos ao caminho da pesquisa, da matemática, da astronomia e entre outras áreas a educação e a pedagogia que também faziam parte deste mundo.

---

<sup>54</sup> A disciplina ou correção na maioria das vezes eram físicas, geralmente eram castigos severos.

<sup>55</sup> Assim incumbe a obrigação; antes na Sagrada Escritura estes nomes de pai, aio, ou mestre são como sinônimos, porque o mesmo é chamar mestre, que pai, e pai, que mestre. José, para dizer, que Faraó o fizera mestre seu e de seu palácio, disse que o fizera seu pai. O Rei de Fenícia para dizer a Salomão, que lhe enviava a seu mestre Hiram, disse, que lhe enviava Hiram seu pai. Os antigos Filósofos, e cidadãos Romanos tinham o mesmo estilo de chamar aos mestres pais, como chama Cícero aos Senadores, Pais conscritos; e esse estilo religioso este que hoje se guarda na Igreja Católica (GUSMÃO, 2000, p. 82).

O professor jesuíta respirou uma atmosfera que favoreceu sua formação onde seria um sacrilégio não educarem as crianças com essa dádiva. O modelo de educação na colônia é o mesmo padrão educacional que Faria anuncia. O professor vivenciou esse clima e tem por obrigação iniciar os meninos nas letras.

Para Pe. Gusmão (2000, p. 83), a importância e a utilidade do professor são maiores que a dos pais<sup>56</sup>. O professor tem por obrigação dar continuidade à educação da criança, livrando-a dos vícios. Imagine se uma criança fosse levada para o caminho do vício, a responsabilidade seria do professor. A negligência do aluno é descuido do professor. O mau procedimento dos alunos é antes um descuido do professor do que do pai.

Com esta fala de percebemos que o professor simboliza um ser necessário para o desenvolvimento intelectual da criança. O professor ensinava questões sobre a moral e a religiosidade católica – a obediência dos princípios da virtude, prudência, boas maneiras, etc. – levando o aluno a deixar a individualidade e entrar no mundo português. Desta maneira o símbolo que Gusmão forma sobre o professor é a de especialista na pedagogia, homem que consegue introduzir a criança no mundo do conhecimento, o único capaz de ensinar-lhes os bons costumes<sup>57</sup>, o *Pater*.

Essa maneira de pensar não é algo novo, desde que os jesuítas chegaram ao Brasil, nas casas<sup>58</sup>, fundam o primeiro colégio. “Os planos dos

---

<sup>56</sup> Interessante que para Alexandre de Gusmão os pais devem escolher um professor sábio e íntegro para ensinar as letras. Quando a criança chega até os cuidados do professor, ele assume um papel importante. Os mestres ou professores têm uma obrigação que destaca ser maior que a do pai: “a obrigação dos pais é grandíssima, a mesma é dos mestres para com discípulos. Antes parece que maior é a obrigação do mestre, que a do pai, porque o pai fazendo boa escolha de mestre ou aio para o filho, descarrega neles sua consciência e se alivia desta obrigação; porém o mestre e aio como se encarrega desse cuidado não se pode livrar desta obrigação” (2000, p. 83). Neste sentido, o professor é responsável pelo desenvolvimento da criança.

<sup>57</sup> Alexandre de Gusmão acreditava que a criança na idade da puerícia não é tão poderosa e ainda falta-lhe a razão. Por esse motivo apresenta o professor como um centauro. Os centauros, monstros mitológicos, são tidos como homens cuja forma se manifesta o animal. Aquiles foi educado por um centauro. O professor deve como o centauro suportar sobre os lombos Aquiles menino e todo o peso da puerícia. E com a parte homem ensinar o Aquiles menino a arte de lançar setas. Sobre a alimentação, Aquiles comia tutano de veado e de leão que é o símbolo de valor, da coragem e da virtude (o leão) e do temor, do medo e da culpa (veado). Tudo isso para significar que o mestre dos meninos (professor) deve ter paciência na educação, suportar (como o cavalo) o fardo sobre seus lombos e com prudência e inteligência (como o homem) ensina-lhes técnicas e regras para a direção do espírito (Ibidem, 2000, p. 85).

<sup>58</sup> Farias (1952, p. 39) está de acordo com Foulquier, escreve que as primeiras manifestações do ensino assim delineadas, coincidiam na construção da Igreja simples e rude, necessária ao culto, e de casas e residências onde se agasalhassem os padres, e da escola quase sempre comum ao mesmo prédio tosco da residência. Depois, no desenvolvimento de um plano grandioso, produtos de uma orientação sábia e perspicaz, surgiram os colégios, alguns dos quais na colônia tomaram aspectos verdadeiramente

Superiores, logo de início, visaram à formação de um grande colégio e de duas grandes residências. Afigurava-se a todos ser esta a salvação da Província de Portugal no meio de seu naufrágio” (FOULQUIER, 1940, p. 31).

No início da colonização a província de Portugal encontrava-se em dificuldades, como por exemplo, adaptação, emboscadas pelos índios, doenças, etc. Apenas os jesuítas ofereceram uma investida para contrabalancear esses impasses. Foulquier imaginava os colégios como “um farol no horizonte” (Ibidem, 1940, p. 46) que guiava os portugueses nesta terra hostil.

Essa possibilidade de evolução no mundo colonial foi apresentada pelos jesuítas, especialistas na educação: “como mestres, consagraram-se os jesuítas ao ensino, desde o desembarque da primeira leva que a Companhia de Jesus enviou com o governador Tomé de Souza” (CABRAL, 1925, p. 148).

O educador Alexandre de Gusmão mostra que o pensamento pedagógico jesuítico, revela a luta contra a resistência da ignorância<sup>59</sup> nas crianças. O ato de saber falar e manipular as letras é a prova da introdução do indivíduo no mundo português, são empreendimentos para uma construção significativa com bases educacionais.

Quando o autor do Tratado fala da educação proporcionada pelos professores, percebe-se claramente, nas entrelinhas, uma aproximação de seu Tratado com o *Ratio Studiorum*. O discurso se estabelece quando leva em consideração o trato especificamente das crianças, o compromisso que têm o professor em aperfeiçoar a criança nos bons costumes.<sup>60</sup>

Essa forma de pensar nenhum outro autor da Península Ibérica havia formado, apenas os da Companhia. Talvez fosse porque o *Ratio Studiorum* influenciou os autores jesuítas de tal maneira que os discursos no âmbito da educação se parecem muito.

---

grandiosos, não só pela construção como pela instrução que difundiam, transmitindo de geração a geração o profícuo labor desempenhado pela Companhia de Jesus em terras brasileiras.

<sup>59</sup> O jesuíta Baltasar Gracián uma vez escreveu sobre ser elegante no falar e no agir. Como jesuíta, Gracián revela um interesse nesta área, falar bem é dominar as letras é ser português: “Com isso se abre caminho em todos os lugares e se ganha respeito de antemão. Influi em tudo: no conversar, no falar em público, no querer e até no andar e no olhar. É uma grande vitória saber cativar os corações. A elegância não nasce da tola ousadia. Mas está, sim, na digna autoridade de um caráter superior e em seus méritos” (GRACIÁN, 2003, p. 95).

<sup>60</sup> Para Pe. Gusmão, o bom mestre dos meninos se preocupa na doutrina dos bons costumes, chega aos corações com seus ensinamentos (2000, p. 91).

O *Ratio* é um conjunto de regras que determinam o que deve ser feito para lograr objetivos educativos que pretendiam os jesuítas em seus colégios. Nesta seqüência, devemos entender o *Ratio* como sinônimo de ordem ou ordenação, conforme o dicionário latino. Pensamos no código como esteio de um estabelecimento da ordenação e eficácia de regras que ajudam nas ocupações educativas. Assim como Bertrán, enfatizamos que o *Ratio* pode ser pensado não apenas como ordenações, mas também como sinônimo da arte didática, como a melhor educação. Os destinatários do *Ratio Studiorum* eram todas as pessoas que tinham responsabilidade com o processo educativo.

Para Paiva (1982), em sua obra *O Método Pedagógico Jesuítico*, existiam hierarquias para as pessoas que participavam deste processo (Provincial, Reitor, Prefeito de Estudos, Professores – a estes são indicados segundo as hierarquias das disciplinas –, bedel, escolásticos e alunos externos). Os educadores aplicavam os princípios vitais e fundamentais para a educação.

Quera-Bertrán acredita que estudar o *Ratio* é mergulhar na vida de seus elaboradores, é estar dentro da história do século XVI. Encontrar esse mundo que vive uma fase marcada pelo espírito mercantil, um espírito de racionalidade que nos remete à procura do entendimento do ideal da Companhia de Jesus. Isso equivale a entender o ideal educativo e as frentes primeiras, as origens e as relações definitivas.

Neste contexto o *Ratio* está envolto não só do saber, mas das virtudes que levam o homem à fé. A ciência se submete a este sentimento, essa é a característica essencial do uso da razão e sua validade transforma-se numa prática estrutural, visível e educacional.

Esse código está entre a prática e a teoria, a fronteira bem distinta entre o homem e Deus. O código oferece caminhos para aprender a falar e escrever.

Essa maneira de educar dos jesuítas proporcionou para Alexandre de Gusmão no seu Tratado a possibilidade de um discurso onde a preocupação maior são as percepções precisas para criar e educar crianças na puerícia.

Os exercícios como método de vida espiritual e a razão como instrumento pedagógico são as duas contribuições originais da Companhia de Jesus à história (PALACIN, 1981, p. 287). O Pe. Gusmão nutriu-se destes ideais, respirou essa forma de educar e passou isso para a posteridade.

O *Ratio* é um material que continha uma resposta metodológica e bem elaborada com a finalidade de constituir bases educativas para os primeiros jesuítas. Se assim não fosse, não haveria necessidade de entendermos o “por quê?” e “para quê?” do documento jesuítico. Se o leitor não ler o *Ratio* nesta perspectiva, pode-se dizer que seria como estudar um corpo – uma letra morta – sem espírito de vida.

Esse ideal educativo aparece na educação jesuítica com finalidade de levar o aluno a entender os apontamentos dos professores, uma educação paterna, no que diz respeito aos tratos e cuidados.

Uma instrução rígida e constante, os alunos têm um tempo diário para o exercício das disciplinas. Os pais escolhem o caminho que o filho há de seguir, e os aconselhamentos sobre o que ler e o que pesquisar são dados pelo professor de tal maneira que os guie para o bem comum – não tomaria assim o professor o papel de pai?

Logo designa a matéria que hão de aprender e ensinar com os olhos sempre fitos no fim que estabeleceu; definem claramente a doutrina, que seus filhos hão de seguir para que não extraviem nas investigações científicas e determina que em qualquer faculdade abracem a mais segura e aprovada, aponta os livros que hão de explicar escolhendo os mais sólidos e rejeitando os mais suspeitos; ensina o modo de estudarem com ordem, com docilidade e com diligência na preparação, com empenho nas revisões das lições, com esmero nos apontamentos que hão de recolher; marca o tempo que nas várias disciplinas hão de empregar, e lembra que o aluno de há de especializar no ramo a que o leva a idade e o talento, a que inclina a propensão ou o que o aconselha o adiantamento nas letras e ciências e o bem comum (RODRIGUES, 1917, p. 40).

Ao aparecer “olhos sempre fitos no fim que estabeleceu...”, revela que os pais devem estar de olhos fixos no fim que os seus filhos irão perseguir. Isso é a prova que a educação no âmbito jesuítico é a marca de um tempo que o emprego e a preocupação educacional faziam-se comum neste mundo. Essa preocupação iniciava com a família nos primeiros passos da criança e passava-se esta obrigação de educar para os professores.

Isso porque os portugueses educados na colônia ou em Portugal no século XVII assumem um modo prático, um papel significativo no seu contexto

social. E os colégios jesuíticos desempenhavam o papel paternal e oferecia cultura, intelecto ao indivíduo. De forma que a prática da educação era a adesão à cultura portuguesa.

Essa linha do pensamento pedagógico vemos no Tratado: “os ofícios dos mestres, aio e tutor sejam diferentes no cuidado e na obrigação, porque assim como todos compete o mesmo nome de pais, assim incumbe à obrigação” (GUSMÃO, 2000, p. 82).

A responsabilidade do professor é diferente no trato e no cuidado, esse caminho seguido por Alexandre de Gusmão é a posição do professorado que o *Ratio* estabelece. O caráter educativo e o modelo de educação jesuítica estão fundamentados na razão pregada no *Ratio*. Devemos justificar que chamamos o *Ratio* para tratar desta questão porque

é quase impossível tratar de qualquer aspecto da educação do período jesuítico sem utilizá-lo, uma vez que ali se encontram não apenas as regras de estudos, os procedimentos que os mestres deveriam seguir, como também está subjacente e, todo o compêndio a concepção de conhecimento professada pelos jesuítas (BITTAR & FERREIRA Jr, 2007, p. 108).

A razão definida pelo código informa todas as atividades e estabelece as ações dos seres humanos. Lembra a busca incansável da regra para uma perfeita educação, lembra um meio pedagógico que é um modelo para todos os educadores da época. Ele não foge deste padrão e podemos observar isso em seu Tratado.

Sobre a obrigação dos professores encontramos várias menções no *Ratio*. No primeiro capítulo, sobre as *Regras do Provincial*:

Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho para que aos nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação (FRANCA, 1952, 119, § 1).

Ainda encontramos:

Com grande antecedência proveja os professores de cada faculdade, observando os que em cada disciplina parecem mais competentes, os mais eruditos, aplicados e assíduos, os mais zelosos pelo progresso dos alunos não só nas aulas senão também nos outros exercícios literários (Ibidem, 1952, 119, § 4).

Vemos que a razão e não outro instrumento é a ferramenta ideal para a formação. A obrigação dos professores caminha junto com a razão. A estes é concedida a tarefa de observar, perceber os mais aplicados, instruir nos exercícios literários e guiar no caminho da moral e religiosidade. Falar de moral e de religiosidade é falar de bons costumes.

Essa preocupação com a moral e a religiosidade do aluno é vista tanto no *Ratio Studiorum* como no Tratado. No *Ratio* a religião se acentua no ensino das virtudes cristãs (FRANCA, 1952). No Tratado a religião aparece na devoção (GUSMÃO, 2000, p. 283).

A moral aparece no código pelas relações dos professores com os alunos, ao informarem as regras em sala de aula sobre as provas, sobre as repressões, sobre os castigos, sobre a misericórdia. O Tratado estabelece um paralelo com o *Ratio*, a relação entre professores e alunos deve ser seguida com rigor e amor (GUSMÃO, 2000).

O *Ratio* guiava as leituras dos alunos, informando quais os autores recomendados ou não pela Companhia, por exemplo, a leitura da filosofia dos averroístas não é bem vista, sobre isso encontramos a seguinte citação: “não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como dos averroístas” (FRANCA, 1952, 158, § 5). Sobre autores autorizados para a prática das leituras ou apoio pedagógico encontramos a seguinte citação da *Regra do Professor da Classe inferior de Gramática*: “nas preleções adotem-se, dentre as cartas de Cícero, só as mais fáceis, escolhidas para este fim, e, se possível, impressas separadamente” (Ibidem, 1952, 211, § 1).

Essa recomendação do *Ratio* sobre as leituras que os professores devem selecionar aos alunos está em concordância com a doutrina estabelecida, seguir Aristóteles e a doutrina escolástica<sup>61</sup>.

Os jesuítas souberam aliar o trabalho apostólico da catequese ao da educação e da instrução. E para isso empregaram sua metodologia

---

<sup>61</sup> A filosofia natural, a moral, a lógica, a metafísica e todas as artes liberais devem os alunos da Companhia seguir o modelo aristotélico (*Constituições da Companhia de Jesus*, 2004, p. 144 [470]).



pedagógica com fundamentos científicos fixados pelo *Ratio Studiorum* (FERNANDES, 1980, p. 116). No Tratado, o ideal do *Ratio* aparece quando Gusmão aponta os deveres dos pais e professores. Como cuidar dos filhos problemáticos, como guiá-los quando meninos, sobre os castigos brandos, na piedade da criação, etc. No discurso do Tratado percebemos uma importante ligação com a doutrina do *Ratio*. O *Ratio Studiorum* promove a imagem do professor como luzeiro do aluno:

Com grande antecedência proveja os professores de cada faculdade, observando os que em cada disciplina parecem mais competentes, **os mais eruditos, aplicados e assíduos, os mais zelosos pelo progresso dos alunos não só nas aulas senão também nos outros exercícios** literários (FRANCA, 1952, 119, § 4 – destaque em negrito nosso).

Na *Regra do Reitor* encontramos:

Regule e distribua as ocupações de maneira que possa estimular e desenvolver os exercícios literários. Visite por vezes as aulas, mesmo inferiores: esteja quase sempre presente às disputas, privadas e públicas, dos filósofos e teólogos: observe se e porque estes exercícios não dão os resultados (Ibidem, 1952, 133, § 3).

Na *Regras do Prefeito de Estudos* vemos:

Aos escolásticos, aos internos, e aos externos por meio de seus professores não só prescreva o método de estudar, repetir e disputar, senão também distribua o tempo de modo que aproveitem bem as horas reservadas ao estudo privado (Ibidem, 1952, 138, § 26).

Nas *Regras Comuns a Todos os Professores* percebemos a regra que se aproxima precisamente do ideal proposto de Gusmão:

Com o auxílio da graça divina seja **diligentemente e assíduo** no cumprimento de todos os seus deveres, zeloso do adiantamento dos alunos tanto nas lições como nos outros exercícios escolares; não se mostre mais familiar com um aluno do que com outros; **não despreze a ninguém; vele igualmente pelos estudantes dos**

**pobres e dos ricos**<sup>62</sup>; procure em particular o progresso de cada um dos seus estudantes (Ibidem, 1952, 144, § 20 – destaque em negrito nosso).

A atenção, o fato de não desprezar ninguém (tanto pobre como rico) é um processo educacional importante, a ocupação dos professores em observar cada um individualmente, regular as ocupações dos alunos, refletir e discutir com os alunos, a distribuição de tempo para estudos e o zelo, o carinho, o trato para com os estudantes pobres, etc., são pontos que aparecem no Tratado frequentemente, por exemplo: “assim como é de suma piedade criar os meninos rejeitados pelo sumo desamparo em que estão, assim não é de menor piedade e agrado a Deus a boa criação dos meninos órfãos” (GUSMÃO, 2000, p. 119).

A educação para Gusmão é um processo sócio-cultural que se dá por uma história marcada pelo *Ratio*, pela cultura portuguesa e pela sociedade portuguesa, envolvendo comportamentos sociais, costumes, instruções, atividades e exercícios racionais (SEVERINO, 1986, p. 54). Neste sentido, tanto Gusmão como o *Ratio* apresentam o professor como responsável pelo desenvolvimento do aluno. Ao prefeito de estudos, por exemplo, cabia não só observar os professores, mas também ler com atenção os apontamentos dos alunos: “leia por vezes, os apontamentos dos alunos” (FRANCA, 1952, 138, § 17). Com isto a pedagogia jesuítica é um motor cuja rotação depende do professor (RODRIGUES, 1917, p. 9).

Para o exame dos processos pedagógicos no âmbito dos jesuítas não basta analisar a composição dos cursos e o modo que se desenvolviam: faz-se mister ainda expor o método por eles adotado na direção dos alunos. Eles procuraram estabelecer, as concepções, fundada na unidade de professor, na unidade do método e na unidade da matéria (FARIA, 1952, p. 61).

Esse modelo comentado por Faria é o complemento da identidade do aluno proporcionada pelo professor. O aluno é a educação aplicada pelo mestre.

---

<sup>62</sup> Sobre os meninos ricos e pobres, Pe. Gusmão acreditava que os de humilde nascimento conseguiriam adquirir conhecimento se fossem criados com boa educação. Ele analisa este assunto contando uma metáfora. Se puserdes pedras de vidros junto com o diamante tosco, parecerá o vidro diamante e o diamante vidro, porque o diamante falta indústria. Se comparares um filho de humilde nascimento, porém bem disciplinado, com o filho de um príncipe ilustre de sangue, porém sem criação, nem ensino, parecerá o menino humilde diamante e o rico vidro (2000, p. 15)?

Os professores devem sempre observar os alunos, acompanhando o desenvolvimento, sempre com boa regra de comportamento e disciplina. Além disso, a exigência dos jesuítas nos séculos XVI e XVII, a uma boa concentração é uma forma de corrigir a anarquia do ensino (Ibidem, 1952, p. 62). Isto é a especial finalidade do professor, oferecer ocasião que mova o estudante ao serviço do reino e de Deus, sendo pelos exercícios das virtudes, objetivando os estudos<sup>63</sup>.

O fim especial do Professor, tanto nas aulas quando se oferecer a ocasião, como fora delas, será mover os seus ouvintes ao serviço e ao amor de Deus e ao exercício das virtudes que lhe são agradáveis, e alcançar que para este objetivo orientem todos os seus estudos (FRANCA, 1952, 144, § 1).

Os professores deveriam esquivar-se de questões absurdas ou argumentos obsoletos que denegrissem as razões internas. Desviando sempre das objeções obscuras e não fazer digressões pela matéria dos outros.

Não a legue opiniões inúteis, obsoletas, absurdas e manifestamente falsas, nem se demore muito em referi-las e refutá-las. Procure provar as suas teses não tanto pelo número quanto pelo peso dos argumentos. Não faça digressões pela matéria dos outros; e das que lhe competem não trate nem mais difusamente do que exige a sua natureza nem fora do lugar que lhe convém. Não acumule objeções; mas dentre elas refira brevemente as mais fortes a menos que sua refutação se torne evidente pela explicação anterior da tese (Ibidem, 1952, 144, § 7).

Esquivando-se sempre dos autores que não apresentam domínio, os professores deveriam conduzir a criança nos bons costumes e sempre ser

---

<sup>63</sup> O cuidado especial com os alunos apresentada pelo *Ratio*, inicia com orações antes da aula. Rezando uma oração apropriada; o professor e os alunos deverão ouvir de cabeça descoberta ou, pelo menos, faça ele, de cabeça descoberta, o sinal da cruz (FRANCA, 1952, p. 144, § 2). Exortando-os principalmente à oração, ao exame vespertino de consciência, à recepção freqüente e digna dos sacramentos da Penitência e da eucaristia, à freqüência diária da missa, à assistência no sermão, nos dias festivos, à fuga dos maus costumes, ao horror dos vícios e à prática das virtudes dignas do cristão (Ibidem, 1952, 144, § 3). E sempre nas questões quando a opinião do professor prevalecer, opinar com modéstia e delicadeza, de modo que não fira a estima dos que defendem a opinião contrária principalmente se for a do professor que o precedeu. É até para desejar que se esforce para conciliar os autores, quando possível. Em citá-los e refutá-los, lembra o código, seja moderado (Ibidem, 1952, 144, § 5).

temperado com sua opinião. Lembrando de quando falar com as crianças, citar autores nobres e, se possível, na íntegra, com as próprias palavras dos autores. E quando se tratar das Escrituras Sagradas, dos Concílios e dos Santos Padres falar com dignidade e precisão.

Em aduzir autoridades dos mestres, evite a demasia; mas se, para confirmar a sua opinião, tiver testemunhos de autores insígnies, cite-lhe, quando possível as próprias palavras, com fidelidade e brevidade, sobretudo quando se tratar da Sagrada Escritura, dos Concílios e dos Santos Padres. E a dignidade do mestre exige que não cite autores que ele próprio não tenha lido (Ibidem, 1952, 144, § 8).

## **b) A importância dos pais na educação das crianças.**

O plano jesuítico manifesta-se no momento que Nóbrega pisa nas terras brasileiras. Carlos Bresciani declara que

Na primeira carta, que o Pe. Nóbrega escreve em data de 10 de Abril de 1549 (pouco menos de duas semanas do desembarque), manifesta o proposto dele e dos outros cinco companheiros: *temos determinado de viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, aprender com eles a língua e í-los doutrinando pouco a pouco* (2000, p. 7 – destaque em itálico do próprio texto).

No coração de Nóbrega a catequese surge como impulsionador da educação. Na vida de Alexandre de Gusmão isso não é diferente. Como Nóbrega, ele pensava na catequese como um plano de salvação das almas, isso o leva a encarar seu sacerdócio como uma tarefa educacional.

Assim manifesta em seu Tratado, que é dividido em duas partes: a primeira parte informa a importância de criar bem os filhos, e a segunda explica a importância de oferecer uma boa criação religiosa às crianças.

Isso porque no século XVII a criança tornou-se o exemplo de salvação da humanidade. Se educada poderia ser capaz de estabelecer novos caminhos para os homens.

O Tratado é uma obra importante, deveras humanista<sup>64</sup> e antropocêntrica<sup>65</sup>. Ela permite-nos entender pelas entrelinhas, a valorização da criança.

Dentro deste pensamento humanista-antropocêntrico, a educação para o Tratado é um ato importante para as famílias e para a sociedade. No prefácio Alexandre de Gusmão comenta que é

---

<sup>64</sup> Por que Humanista? Humanista porque o espírito jesuítico demonstra a aplicação versada do estudo. Isto é, uma natureza que ressuscita a investigação e versatilidade das disciplinas que valorizam as letras por meio da razão.

<sup>65</sup> Antropocêntrica porque valoriza a centralidade do homem como centro do universo. E a criança no Tratado está destinada, se bem criada, a mudar o rumo da sociedade.

uma obrigação dos da Companhia de Jesus, fica clara a razão, porque me resolvi fazer este Tratado, que intitulo *Arte de criar bem os filhos na idade da Puerícia*, para que os pais de família saibam a obrigação, que tem de criá-los e saibam também como á de fazer com acerto. (2000, p. 2).

Inúmeras vezes detectamos ele tem por meta a educação. E a obrigação do pai se manifesta numa razão clara e distinta, educar crianças na puerícia. E os pais têm essa função, iniciar a criança bem, com acerto. Segundo Pe. Gusmão,

se os pais houver cuidado em ler e praticar este Tratado a seus filhos; e nos meninos houver curiosidade de estudar, o que lhe pertence, espero com graça de Deus e favor de sua santíssima Mãe, haja nas famílias muita melhoria, nas repúblicas muita reformação, na Igreja muitos frutos e no Céu muitos santos. (Ibidem, 2000, p. 3)

O sentimento manifestado na citação acima revela a preocupação e o interesse da boa educação. Primeiramente, pelo interesse dos pais em ler e praticar o que neste Tratado está escrito; e em segundo lugar, a curiosidade da criança que, para Gusmão, é importante para o desenvolvimento do aprendizado; em terceiro, com o cumprimento dessas recomendações, a família melhoraria, a República se fortaleceria e a igreja mostraria seus frutos. A Educação deve ser gravada na alma dos meninos para que essa finalidade se conclua.

O caminho da educação jesuítica tem por meta ensinar a moral e bons costumes. Sobre isso prega Pe. Gusmão aos pais primeiramente: “Deve disciplinar os seus em quanto são capazes [...] assim o filho se não disciplinar a tempo, que é na idade da puerícia, não vem a ser de proveito” (2000, p. 12).

Ele usa imagens e símbolos para falar sobre educação. Por exemplo, aparecem metáforas, os filhos são como flores do jardim<sup>66</sup>, pedras preciosas<sup>67</sup> ou tabua rasa<sup>68</sup>.

---

<sup>66</sup> Quando pensamos em jardim, é difícil esquecermos de Froebel (1782-1852). Este autor, segundo a professora Arce, entende também que o processo educacional merece cuidados especiais e o compara com um jardim. O jardim é um lugar onde as plantas não crescem em estado totalmente silvestres, é o onde elas recebem os cuidados do jardineiro ou da jardineira. O jardineiro, embora tenha a tarefa de cuidar para que a planta receba todo cuidado necessário para o crescimento, em estância é o processo natural da planta que determinará quais os cuidados que deve tomar ou dispensar para seu o desenvolvimento. Umas plantas necessitam de sombra, outras de sol, algumas de umidade. É importante

É importante notar que ele concebe a imagem dos pais como ofício, sendo de jardineiro pela vigilância, sendo de alquimista por transformar vidros em pedras preciosas ou de um pintor. Neste sentido os pais têm o poder de modelar o caráter, eles percebem o que a criança necessita e aplicam uma grande indústria.

Inclusive a palavra indústria é uma palavra latina, *industria*, que pode ser traduzida por arte, engenho, destreza, “um conjunto de operações destinadas a transformar as matérias-primas em produtos de consumo e a promover a realização das riquezas” (CUNHA, 1982, p. 434). Esta palavra aparece frequentemente no Tratado, para demonstrar o trabalho, a firmeza, a perseverança dos pais acerca dos filhos.

A indústria é o empenho para educar que reflete a firmeza com que se trata a educação. No sentido de força braçal é o esforço que o pai exerce para educar o filho no início da puerícia.

Só os pais podem, por meio da educação familiar, iniciar as crianças no caminho das virtudes. Para o educador do Tratado o pai prudente mata as urtigas dos vícios<sup>69</sup>. Esse direcionamento as práticas da boa virtude é o modelo da educação no século XVII. Praticar boas virtudes são as principais manifestações das atividades escolares.

Francisco Rodrigues escreve que “em toda manifestação da atividade do ensino escolar, olham os professores para educação moral dos estudantes,

---

entender que o bom jardineiro sabe respeitar a planta e ouvir suas necessidades (2002, p. 108). Pe. Gusmão muito antes de Froebel compara a criação e a aplicação pedagógica com um jardim. Tirando a idéia de São Clemente, entende que é de responsabilidade dos pais a criação das crianças. “E começando pela metáfora das flores, digo; que assim como o jardim, para que suas flores venham a servi de agrado à vista, de ornato aos altares, coroas para cabeça, é necessária toda a vigilância, toda indústria, todo afeto, curiosidade e aplicação do jardineiro; assim para os filhos venham a ser alegria dos pais, ornato dos altares de Deus, coroa de gloria de suas famílias” (2000, p. 13).

<sup>67</sup> Sobre a aproximação com pedras preciosas, ele lembra em sua obra que São Jerônimo compara as crianças com pedras preciosas; cuja indústria para sua perfeita beleza requer trabalho árduo e maestria. Pe. Gusmão (2000, p. 14) fala que “as pedras preciosas não nascem do resplendor com que a arte os comunica, o diamante e a esmeralda, que são de maior valor, nasce da força da perseverança, da força do braço se pule, da força da industria. Quantos filhos há, que seu nascimento são as perolas, ou uns diamantes, que por falta de industria, e caiação são as pedras toscas, e sem lustre algum? Lastima é ver hum mancebo nobre, e de ilustre nascimento tosco, inurbano e intratável, em fim, a pedra toscas em formosura, ou valor algum, isso porque sem falta de lapidário, que o lavrasse, ou por falta de mestre, que o instruisse”?

<sup>68</sup> Pe. Gusmão apresenta o ato de educar como a possibilidade de gravação dos bons costumes. Isto é, se a criança é bem educada nunca esquecerá dos bons costumes. A criança é uma “Tabua rasa, que um insigne Pintor (o educador) tem aparelhada para pintar nela qualquer imagem, o que nela quiser pintar isso representará se Anjo, Anjo; se Demônio, Demônio representará” (Ibidem, 2000, p. 2).

<sup>69</sup> O pai prudente era aquele que mata os vícios desde a infância (Ibidem, 2000, p. 12). Os pais que permitem a negligência dos filhos com causas desonestas estão sendo perjuros consigo mesmo (Ibidem, 2000, p. 219).

como para tarefa nobilíssima e fim primário de todo seu trabalho e dedicação” (Tomo I, Vol. II, 1931, p. 450).

Os filhos que não passaram pela doutrina dos bons costumes acabam sendo “amargo a seus pais, foram desgosto, que de sabor, mais de dano, que de proveito” (GUSMÃO, 2000, p. 14).

O autor do Tratado está preocupado com a criação de meninos. Preocupação esta que se acentuam quando se manifestam a possibilidade de educar os pobres. Educar e ensinar bons costumes.

Para ele, ainda que a procedência da criança seja de baixa nobreza é possível oferecer-lhe uma boa educação. Se os pais tiverem cuidado de criar as crianças na idade da puerícia, sendo nobre ou não, ela alcançará a ciência. Ciência aqui para o autor é a possibilidade de participar da sociedade como indivíduo ativo. Poderemos ver que a indústria aplicada para esse fim é compensadora.

Alexandre de Gusmão propõe um desafio e escreve que, se colocarmos uma criança de humilde nascimento, porém de boa disciplina e educação, ao lado de uma criança nobre, um príncipe de sangue ilustre, porém de má criação, quem será louvado<sup>70</sup>? O príncipe dos vidros ou o príncipe dos diamantes<sup>71</sup>? O Tratado abre um leque, onde todos podem ser educados, tantos ricos como pobres. E sendo bem educados, serão louvados.

O pai tem o poder de ensinar os bons costumes e de iniciar a criança desde pequena. Esse poder de modelar o caráter por meio dos ensinamentos dos bons costumes é o modelo jesuítico de educar que se encontra no *Ratio Studiorum*.

Esses ideais educacionais propostos pelo *Ratio*<sup>72</sup>, são meios pedagógicos abundantes que alcançaram percepções para criar e educar meninos e meninas. Sobre esse poder de educar por via da razão Gusmão

---

<sup>70</sup> Pe. Gusmão lembra as palavras de São Jerônimo: “Se tanto estimais o vidro falso, quanto mais deveis estimar o diamante fino? Quanto a perola preciosa? Perolas são, e diamantes são os filhos, que Deus vos deu, pois se vós pondeis tanta indústria em lavrar o vidro falso, quanto mais deveis lavrar o diamante fino” (2000, p. 15)?

<sup>71</sup> Príncipe de vidros e príncipe de diamantes: os termos são usados por Alexandre de Gusmão. Para ele na *Arte de Criar Bem os Filhos*, ainda que um seja vidro, mais é bem lavrado será louvado e o outro por ser diamante e não receber a educação correta é vil e tosco.

<sup>72</sup> Quera-Bertrán destaca que, a primeira coisa é entender que o *Ratio Studiorum* nunca pretendeu ser um tratado científico. O *Ratio Studiorum* é um manual prático de educação, um regulamento interno de disciplinas acadêmicas, preparado principalmente para servir de guia e orientador para os mestres do ensino (1986, p. 16).



adverte: “se tendes filhos, ensinai-os e dominai-os desde a sua puerícia” (2000, p. 2).

Nos primeiros anos de vida da criança ela necessita da orientação do pai. O pai modela a criança nos primeiros anos preparando-a para a vida em sociedade.

O ato de ensinar os bons costumes – usando a metáfora do pintor que Alexandre de Gusmão apresenta em sua obra – é o ato de pintar o bem ou o mal<sup>73</sup>, o ato de criação, é o ato de informar e formar a criança, preparar para uma realidade sócio-cultural. Ele não erra nesta colocação.

O próprio autor inicia um parágrafo confirmando o uso prático da palavra “utilidade”<sup>74</sup> para demonstrar que estes preceitos que se apresentam são importantes para os pais na arte de criar bem os filhos.

No Tratado, a utilidade da educação se apresenta na conservação dos primeiros anos de vida. “Conservar a boa criação dos primeiros anos de vida, não só assegurará a vida temporal com saúde” (Ibidem, 2000, p. 19). Esse *conservar* a boa criação é o ensino da doutrina. E doutrinar o filho se resume basicamente na boa criação e nos excelentes costumes.

O ensino dos bons costumes que se apresenta na autoridade do pai pelo ato da disciplina é uma utilidade presente no Tratado. “O menino bem disciplinado necessariamente há de ser de bons costumes” (Ibidem, 2000, p. 21). Disciplina manifestada pela vara e castigo. Para o autor a criança bem criada na puerícia não dará problema na juventude. Se der quando criança, “tu o castigarás com vara e livrarás sua alma do inferno” (Ibidem, 2000, p. 312).

Venâncio e Ramos<sup>75</sup> fizeram uma contagem do termo açoite e perceberam que essa palavra está presente duas vezes mais que amor paterno/amor dos pais. A palavra castigo aparece no Tratado setenta e nove vezes.

---

<sup>73</sup> O ato de pintar o bem e o mal são termos de Gusmão para demonstrar a responsabilidade dos mestres e pais. Vejamos como ele fala sobre isso: “E assim como sair bem ou mal pintado quando depende das primeiras linhas, que nele o Pintor lançou assim o sair bem ou mal criado o filho depende dos primeiros ditames que nele como em tabua rasa debuxou o pai em quanto menino” (2000, p. 2 - 3).

<sup>74</sup> A utilidade manifesta-se nos preceitos e conselhos que ele apresenta para os pais nessa primeira parte. Para o Padre, seguir essas utilidades é granjear mil estimas e multiplicar os anos de vida (2000, p. 19).

<sup>75</sup> Renato Pinto Venâncio & Jânia Martins Ramos editaram e apresentaram a obra com informações significativas e notas de crédito sobre a *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, edição da Martins Fontes, ano de 2004.

O Tratado apresenta uma importante influência do pai na educação da criança. Essa influência paterna se resume numa posição importante da educação apresentada pela pedagogia de Alexandre de Gusmão.

Para ele, os pais são totalmente responsáveis pela criação dos filhos, antes mesmo dos professores e mestres. O autor lembra que “mais dignos de glória eram os pais por haverem criado bem seus filhos, do que pelos haverem gerado; porque pela geração lhe deram o viver e pela criação o viver bem” (Ibidem, 2000, p. 28).

Resumindo, os pais no Tratado são aqueles que promovem a glória dos filhos na iniciação. Essa glória é afirmada pela educação que o pai oferece, criando desde menino nas letras e no exercício virtuoso. Depois de homens feitos – será de grande autoridade na República – podem sustentar o pai com seus bens e fazenda (Ibidem, 2000, p. 30).

*Criar bem os filhos na idade da puerícia* é levá-los ao ensino das letras e dos bons costumes. Só isso consolará o espírito e dará consolo para alma da criança educada. Toda essa glória e a felicidade temporal dos filhos<sup>76</sup> podem muito bem esperar o pai de seus filhos, se souber criar bem os filhos.

Pe. Gusmão assume essa proposta porque é a forma como a Companhia entende a realidade educacional oferecida na colônia. Sobre esse dado Araújo explica que os pais são oferecedores de um processo moralizador e pedagógico oferecido pelos padres da Companhia e por toda Igreja. “A Igreja, representada pelos Padres da Companhia de Jesus, realiza aqui (no Brasil) um gueto da cultura, particularmente no que toca ao papel moralizador e pedagógico” (ARAÚJO, 1999, p. 24).

Alexandre de Gusmão faz parte dessa gama cultural que tem por particular papel o de orientar o trato, a educação, a vivência educacional dos homens na colônia começando pelos pais.

Instaura-se uma importância significativa de que as crianças são necessárias para a República se forem bem criadas. O Tratado informa que é

---

<sup>76</sup> Conceito usado por Alexandre de Gusmão para se referir a felicidade. Lembrando que a felicidade para ele era a educação nas práticas virtuosas, sendo muito mais valiosas que as riquezas e regalias. “Porque aquilo que lhe não pode conseguir de honras, e de riquezas com o suor, lhe pode granjear de santidade com a boa criação. Mais que a vida, e mais que as riquezas estimaram nesta vida muitos pais a felicidade temporal dos filhos; e assim para que eles a conseguissem, se puseram a evidéntissimos perigos de perder” (2000, p. 33).

um avanço e diz que é impossível para uma criança que foi criada nos vícios governar bem a República (GUSMÃO, 2000, p. 40 – 42).

Uma República bem direcionada na prática dos bons costumes deve sempre abrir escolas. Essas escolas para Gusmão (2000, p. 42 – 43) são os Seminários, que são importantes para instruir os bons costumes e as primeiras letras.

No Tratado, a reforma educacional inicia-se primeiramente nos pais, depois o complemento desta educação é desenvolvido pelos mestres de ensino e, por fim, chega aos seminários e escolas.

A necessidade dos pais educarem as crianças dentro do modelo dos bons costumes, pregado no século XVI e XVII, resume-se na obrigação da formação da República. Educação é um processo social onde os pais são responsáveis não só pelos filhos, mas também pelo desenvolvimento da República<sup>77</sup>.

A educação introduz o indivíduo no processo sócio-cultural determinando a história e o desenvolvimento da sociedade; “a educação é um processo sócio-cultural que se dá na história de uma determinada sociedade, envolvendo comportamentos sociais” (SEVERINO 1986, p. 54).

Esta educação enquanto processo sócio-cultural é o estabelecimento de relações e modelos em uma determinada sociedade (neste caso a portuguesa), envolvendo comportamentos, costumes, instituições, atividades culturais, organizações burocrático-administrativas, cultura, educação e religiosidade.

Freyre comenta que a singular vontade do português em colonizar as terras brasileiras, manifesta-se em suas histórias e vivências. Isto é, costumes, cultura e religiosidade. Assim a “predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-se em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (2001, p. 80).

Essa predisposição do português em colonizar é a explicação perfeita para definir o que o Brasil é e foi. Existe uma influência social, existe um

---

<sup>77</sup> “Desta importância tão grande, e desta utilidade tão conhecida, se poderá colher a grande obrigação que tem os pais de criar seus filhos com vigilância todo tempo da puerícia” (Ibidem, 2000, p. 44). Para o pedagogo, se a criança for criada nos maus costumes ela terá ruins procedimentos na juventude. Esses procedimentos ruins cairão sempre nas costas dos pais e trará prejuízos para república.

passado que nos define como homens do presente. E a educação manifestada como elemento étnico e cultural do português mostra-se uma influência social.

Essa “influência social, para ser completa e eficaz, deve exercer sobre os elementos constitutivos da sociedade, e sobre seus elementos instrumentais” (CABRAL 1925, p. 147). Os elementos constitutivos que aparecem na sociedade são a instrumentalização que um povo utiliza para se formar enquanto etnia cultural.

Alexandre de Gusmão configura-se como um elemento instrumental de sua sociedade, um elemento constitutivo social que está envolto de um processo determinado. A forma de entender a leitura dos elementos constitutivos, os comportamentos, os costumes, as instituições, as atividades culturais, as organizações burocrático-administrativas, a educação e a religiosidade são entendidos à sua maneira.

O colégio, nesse sentido, seria um instrumento eficaz da nova cruzada, pois através do aprendizado de ler e escrever e dos assuntos, aos complexos, a religião cristã e, obviamente, a cultura ocidental, era introjetada em meio ao ensino (COSTA, 2007, p.36).

O espírito de registro se manifestava vividamente na pedagogia jesuítica. Como um instrumento eficaz de aprendizado, um motor cultural do ocidente. E ele foi excepcional por fazer um registro pedagógico atual e moderno, estando no século XVII uma educação como esteio da sociedade e modeladora da criança mostrando uma racionalização.

Como exemplo para entendermos a racionalização, faremos um breve discurso superficial sobre educação Oriental e Ocidental. Os jesuítas principalmente, quando pensamos em educação, caminham de maneira diferente em relação a moral estabelecida pelos povos semitas e asiáticos. Para Paiva quando se escreve sobre a História da Educação Escolar sempre devemos entender o discurso das cartas do Padre Nóbrega, logo que chegou a Bahia e pensou em educação (PAIVA, 2005). Isso para entendermos o caráter e o planejamento que os jesuítas tiveram no início dos projetos educativos.

Na Ásia ou no Oriente os homens de idade avançada são aqueles que continham longa experiência de vida – eles eram responsáveis pela educação dos mais novos –, determinavam as principais passagens dos grupos de jovens a adultos, de adultos a anciãos. Os ritos, as celebrações, a educação informal

(oral) eram os segredos da tribo, o conhecimento da vida. Ensinar aos mais jovens esse saber era abrir as portas da maioria social.

Sobre isso, Angel Pino afirma que os trabalhos sobre os sistemas educacionais das civilizações antigas mostram três grupos etários de organização social:

O dos jovens, formados por aqueles que pela pouca idade ou por outras razões as tradições dos povos não consideravam ainda aptos para assumir responsabilidades sociais na comunidade; o dos adultos, formados pela maioria dos membros da comunidade responsável pelo funcionamento e continuidade dela; e o formado pelos anciãos, aqueles cuja idade avançada e experiência de vida tornava-os detentores do saber e guardiões das tradições da sua comunidade, gozando nela de respeito e, em certos casos, também do prestígio de serem tidos como os sábios (2004, p. 147).

A partir dessa leitura percebemos que os jesuítas elaboraram uma outra forma de pensar a educação, totalmente diferente da educação asiática e semita. Os jesuítas ensinavam as crianças a escrever e ler, criando um novo processo pedagógico. Na sociedade portuguesa o ato de ler e escrever representa a introdução do indivíduo na sociedade. Falar e escrever bem é tornar-se participante do mundo português.

Isso ocorre conseqüentemente com as descobertas de novas terras, com o espírito de registro e com o espírito mercantil configurando no homem, dos séculos XV a XVII, uma nova forma de educar. Uma educação racional; eles ensinavam e aprendiam. Pe. Gusmão é um homem que tenta entender o movimento de seu tempo, como indivíduo em movimentação, como um constante vir-a-ser<sup>78</sup>, como um fluxo existencial. Ele abre as portas da maioria social em seu Tratado, ele racionaliza.

Alexandre de Gusmão (2000) relata que os filósofos, os políticos, os magistrados, os reis, os governadores, enfim, todos os homens deveriam desfrutar de uma boa educação desde sua infância para se tornarem grandes homens.

---

<sup>78</sup> Mas não eterno como Heráclito, pois para os jesuítas havia um fim a ser atingido: a maturidade cristã e/ou social e a conseqüente salvação da alma. Havia uma meta a ser atingida: transformar todo homem em cristão e todo cristão em cidadão.

De certa forma ele apresenta uma novidade quando absorve dos textos humanistas e moralistas dos séculos XVI e XVII o caráter racional manifestado na valorização da criança.

A época que Gusmão vive é o rudimento da leitura escrita e da razão. Um leque largo se abre e obras pedagógicas se formam, e estão voltadas para ensinamentos das letras e bons costumes.

Como um cidadão português ele acreditava que para participar da sociedade seria necessário o letramento – se é que se pode chamar educação de letramento. Educar exige, então, princípios morais fundados na religião, na jurisprudência, na filosofia, etc. Trabalhar para isso é ser prático e racional (saber escrever, saber registrar, interpretar, etc.).

Por exemplo, o *Regimento espiritual p[er] o caminho do Ceo* (1654), do jesuíta Francisco Ayres, dedica toda a sua primeira parte em discorrer sobre os bons costumes. Alertando como educar todo cristão nos seus primeiros anos. E os responsáveis para isso são os pais.

Ele segue a tendência de seu tempo e escreve: “todo bem dos meninos depende da sua boa criação” (2000, p. 2). Quando ele fala “boa criação”, sobre esse termo manifesta uma série de outros similares. Em toda obra a boa criação é falada para demonstrar a eficácia dos pais no ensinamento dos bons costumes, se ensinarem mal, a criança será má, se ensinarem bem, a criança será boa (2000, p. 3).

Os bons costumes podem ser entendido nos séculos XVI e XVII como sinônimo de verdadeira nobreza, isto é, a nobreza das virtudes. Esse é o caminho para entender a educação do Tratado.

No Tratado a educação é o cultivo da vida<sup>79</sup>, o caminho a se trilhar para os bons costumes. Os pais são responsáveis pelos primeiros passos e os mestres pela continuação desses caminhos, adquirindo nobreza e virtude.

Por exemplo, o ócio desinteressado era condenado no Tratado. Para o escritor a ociosidade sempre foi a raiz dos males.

---

<sup>79</sup> Pe. Gusmão como é sabido elabora um discurso com exemplos simbólicos para expressar seu pensamento. Aqui o cultivo da vida aparece como uma alusão da importância do educador. Como um jardim que “agrade a vista, de ornamentos ao altar e coroas para a cabeça, é necessária toda vigilância, toda indústria, todo afeto, curiosidade e aplicação do jardineiro; assim para que os filhos venham ser a alegria dos pais, ornato dos altares de Deus, e coroa gloriosa da família, é necessária toda vigilância, indústria e aplicação dos pais na primeira idade dos meninos” (2000, p. 12).

Que se preze na política de meninos estremados, procuravam com todas as veras de tê-los sempre ocupados, pra que a ociosidade, que é origem de todos os males, não lhes abrisse as portas aos vícios, como costume (GUSMÃO, 2000, p. 366).

A educação acentuava-se na medida em que as crianças vão crescendo para fugir da ociosidade. Proporcionar a criança ao alcance de uma capacidade intelectual, de uma capacidade lúdica pura, de um conhecimento da religiosidade portuguesa, essas sim são as armas do educador para levar o aprendiz aos bons costumes.

Os jogos e brinquedos recomendados pelo Tratado são totalmente pedagógicos. Quando os meninos não tivessem outra ocupação eles deveriam se exercitar. Os jogos são permitidos e aconselhados, são eles: cavalinho de madeira, nadar, correr, carrinho<sup>80</sup>, peões, corrupios, jogos formados pelas letras latinas, etc. (Ibidem, 2000). Eles retratam uma maneira dos professores e dos pais aliviarem o enfado dos estudos que as crianças passam no dia.

O importante para o Tratado é fazer a criança escapar da ociosidade. A brincadeira é algo natural na infância. Os brinquedos e jogos permitem aos pais e professores ocuparem o tempo dos meninos. Mas quando os brinquedos são ilícitos, isto é, quando eles possibilitam a destruição da pureza da criança eles devem ser banidos. “Não lhe permitam jogos ilícitos, nocivos ou defesos, porque os que se costumam a estes jogos desde a puerícia, nunca podem ter boa criação” (Ibidem, 2000, p. 370).

O que o Tratado chama de ilícitos são os jogos desonestos que lhe abrem os olhos para a malícia. Os brinquedos ilícitos que aparecem no Tratado são: jogar pedras, esgrima, correr a cavalo, manuseio de facas, escopetas, espadas, dados, cartas, e outros que são próprios de tafularia (Ibidem, 2000, p. 370 – 371). Sobre a tafularia existe uma crítica forte:

o pai que permite o filho ser taful em menino, que se espera venha ser taful em mancebo, senão, ladrão, perjuro, blasfemo, pronto para todo mal e desidioso para todo bem (ibidem, 2000, p. 372)?

Percebemos que a preocupação da boa criação no Tratado revela-se até na maneira com que as crianças brincam. Os brinquedos lícitos guardam a

---

<sup>80</sup> Logicamente que carrinho que Gusmão cita não é como um carro do século XIX e sim, um exemplar de madeira de um carro puxado por boi ou cavalo.

antiga maneira dos exercícios pueris. Jogos licenciados pelos pais e professores de boa índole e pureza.



### c) A importância das mães na criação dos filhos.

O inovador é a diferença que ele faz entre o amor paterno e materno, tendo em mente que tanto o pai como a mãe são responsáveis nesta obrigação. Para Alexandre de Gusmão (2000, p. 76), se os pais têm a obrigação de corrigir os filhos, as mães têm a obrigação de informar o caminho a ser seguido pelo amor materno. Ainda afirma que na infância as crianças aproveitam muito mais a doutrina da mãe do que a do pai. E se as crianças forem mal criadas, a culpa sempre cairá sobre as mães, pois são elas que passam mais tempo com as crianças.

O sentimento materno aparece delimitando as competências entre o pai e a mãe. Esse sentimento aparece no Tratado e nos remete ao significado da palavra mãe no século XVII.

Vindo da raiz latina, *Mater* significa “mulher que deu luz a um ou mais filhos, causa, origem, fonte” (CUNHA, 1997, p. 488). Já o significado da palavra *Mater*, no século XVI, refere-se a “mãe, leito de rio, útero, terra mineral, superiora” (Ibidem, 1997, p. 488). No senso comum a palavra materna ao qual está à raiz latina *Mater*, é tomada pelo Dicionário Escolar como “Da mãe; próprio da verdadeira mãe; carinhoso; designativo de parentesco do lado da mãe, termo afetivo; carinhoso” (BUENO, 1986, p.708).

A mãe desempenha um papel primordial na comunidade ou na família. A mãe cria na criança um espírito cristão, auxilia o ambiente familiar de maneira que oferece um desenvolvimento para criança, ela harmoniza e oferece respeito. Sobre o comando da mãe, a família é bem conduzida, e ela é o personagem central que participa do desenvolvimento da criança<sup>81</sup> (ARCE, 2002, p. 113).

Ele acentua a valorização da amamentação<sup>82</sup> e da educação materna<sup>83</sup> na idade da puerícia como necessária para criar o filho no caminho da virtude.

---

<sup>81</sup> No discurso de Arce, existem particularidades importantes com a proposta apresentada no Tratado de Gusmão, a imagem de mantenedora central do lar, aquela que com doçura e amor ensina, etc, são constantes no Tratado. Elas são tão responsáveis quanto os pais na boa criação dos filhos: “as mães ensinam com mais doçura” pois, “que em quanto os filhos são meninos de mais proveito lhes é a doutrina das mães”, consequentemente “a má criação dos filhos mais se atribuem ao descuido das mães, do que á negligencia dos pais” e “assim como saírem os meninos mal criados nos corpos se atribuem ás mães e não aos pais, o mesmo se há de dizer da criação moral se saírem mal criados nos costumes” (2000, p. 76 – 79).

<sup>82</sup> O Tratado se preocupava com as condições que as crianças eram amamentadas. Por exemplo: (1) não devem as mães colocar fel nos bicos dos peitos para fazer as crianças desmamar, e se aborrecer com o

O pai é o homem que repreende o filho fora de casa e seu tempo para a criança é limitado, sendo por causa do trabalho ou por servir a pátria. Já a mãe é a senhora da casa. Ela governa a casa e permanece muito mais tempo com as crianças. Por esse motivo as mães conhecem muito mais os filhos e sabem que tipo de disciplina pode aplicar nas crianças (2000, p. 80).

Desde o início da colonização mulheres colocam-se à frente dos negócios mais variados, como donas de engenho, vendas, etc. (VAINFAS, 2000). Por esse motivo, a maternidade toma uma importância central na colônia portuguesa e no Tratado, que coloca o amor materno como um dos principais motivos da boa educação. Isso mostra que nos séculos XVI e XVII o papel da mulher na estrutura familiar passa a ter relevância.

Portugal transmitia para o Brasil o costume das mães ricas, senhoras da casa. Costume que levava em consideração a escolha de uma escrava pela mãe – indígena ou negra – para amamentar a criança.

Esse fato ocorria tanto na colônia como em Portugal, onde as crianças eram criadas por amas-de-leite. Isso acontecia por que as mulheres em suas tarefas maternas não tinham expressão significativa.

Segundo Freyre (2001, p.413), não podemos atribuir a um simples estado de moda – o ato de escolher amas-de-leite – a aparente falta de ternura materna da parte das grandes senhoras. Era cultural, fazia parte da vivência portuguesa.

---

leite que antes amava (2000, p. 199). As mães que dão os (2) peitos infeccionados aos filhos, são chamadas por Alexandre de Gusmão de bruxas. “as bruxas são as diabólicas mulheres feiticeiras, que costumam matar as crianças chupando-lhe o sangue ou dando a chupar as tetas infeccionadas com veneno” (2000, p. 172). É importante notar que quando ele chama as mães, que dão os peitos infeccionados aos filhos, de bruxa, conseguimos perceber um discurso que se aproxima do *Martelo das Bruxas* (*Malleus Maleficarum* – 1486). O *Martelo das Bruxas* foi escrito por dois dominicanos, James Sprenger e Heinrich Kramer. O *Martelo* é um manual prático para os inquisidores identificarem as bruxas, juntamente com suas artimanhas. Neste manual, contêm instruções do manuseio das torturas e práticas inquisidores. No Tratado os sinais da bruxaria nas mulheres são lembrados, comenta o autor, “costumam estas bruxas entrar as crianças em figuram de gatos, cachorros e outros animais domésticos” (2000, p. 173). No que diz respeito a identificar uma criança embruxada – como chama Gusmão – é só observar os sinais de gotas de sangue ou picaduras de alfinetes, ou os lábios feridos (2000, p. 173). Para curá-las é necessário primeiro dar remédio à alma das crianças, por meio do batismo (2000, p. 174).

<sup>83</sup> A mulher, diante da cultura romana, tinha a imagem de esposa fiel e operosa, atribui-se a ela um papel familiar e educativo que não tem nada de marginal (CAMBI, 1999). O que o Tratado possibilita é uma leitura dos componentes que formam a prática educativa do lar, tendo a figura materna como influenciadora educativa da criança.

Existiam vários motivos para confiar a uma escrava<sup>84</sup> o ato de amamentação, um deles ocorria por que as mulheres casavam-se muito novas e ocasionando uma impossibilidade física da amamentação.

Elas casavam-se e seu papel principal para a família era ter muitos filhos, sem tempo necessário para amamentá-los, esse é outro motivo para a prática de entrega dos infantes. Além disso, as mulheres da nobreza não faziam nada, quase imóveis, comiam em excesso e tinham um número expressivo de filhos (RIBEIRO, 2000). Freyre chama de a prática de gerar vários filhos de “um doloroso e contínuo esforço de multiplicação” (2001, p. 413).

Segundo Ariès (1981), essa prática era comum porque o medo provocado pela fragilidade da criança levava a mulher a entregar o bebê à ama-de-leite.

O Tratado, sempre acentua em seu discurso a necessidade das crianças serem criadas inteiramente pelas mães, sem influência das amas. Para Pe. Alexandre é clara a posição de que as crianças criadas pelas escravas e amas vão amar muito mais estas do que as próprias mães (2000, p. 187).

Apesar das dificuldades da educação familiar promovida pelas mães na colônia, estas estavam cada vez mais se tornando Senhoras de casa diante da sociedade. Badinter entende que a posição da mulher no século XIX é de educadora. No século XVIII a mulher auxilia os médicos no exercício de certas funções de higiene na sua própria casa. Ela passa a ser responsável pela saúde e educação dos filhos. “O bebê e a criança transformaram-se em objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor junto dela” (1985, p.202).

A ligação da mãe com a conservação da higiene<sup>85</sup> que surge no século XVIII se encontrava na cultura indígena na colônia. As mulheres dos colonos conheciam os remédios caseiros feitos pelos índios. As funções médicas das

---

<sup>84</sup> Deve-se fazer justiça a um ponto importante falado por Vainfas (2000), inúmeras mulheres negras ou pardas, livres ou libertas acumularam pecúlio e escravos suficientes no Brasil para enriquecerem, embora sem prestígio das brancas. Tais mulheres talvez tenham lutado mais que as brancas para manter os lares e filhos. Reconstruindo identidade num mundo tecido à margem dos modelos dominantes.

<sup>85</sup> Segundo Fernandes (*Apud* FREYRE, 1980, p. 115) “os traços mais característicos da cultura indígena aparecem aqui (na colônia). Essa cultura que perdura até nossos dias se encontra nos remédios caseiros, no crescimento das crianças e nos processos de higiene tropical. Gilberto Freyre destaca a importância da mulher na transmissão da herança cultural dos aborígenes, onde a idéia de processo não exige e o trabalho conserva sempre algo de natureza lúdica e não de obrigação”.

mulheres herdadas por prática das experiências nos séculos XVI e XVII podem ser vistas nas mulheres educadoras do século XIX.

Para o autor, a mulher do século XVII exerce o papel de cultivadora da vida<sup>86</sup>. “Será bom pôr diante dos olhos o exemplo daquelas matronas mães de famílias, que nesta particular foram mais cuidadosas e lograram o fruto de sua educação na santidade dos filhos” (GUSMÃO, 2000, p. 81).

O autor acredita que a cultura católica influencia a religiosidade da colônia. A figura da mulher santa é a tipologia de Maria, Mãe de Deus<sup>87</sup>. Apesar de a ama-de-leite ser uma realidade na colônia, ele lembra que as mães também têm obrigação de educar a criança.

Para entendermos a coragem do Pe. Gusmão podemos ressaltar um exemplo: Segundo Ribeiro, na colônia brasileira os jesuítas catequizavam as crianças indígenas; as mulheres indígenas eram significativamente mais participativas que os homens nas sessões religiosas. Apesar de sempre ativas, não lhes foram dadas o privilégio de aprenderem a ler e escrever. Quando os índios questionaram essa atitude dos jesuítas, Manuel da Nóbrega sensibilizado pelo questionamento, escreveu para a rainha de Portugal pedindo que uma exceção fosse feita. A corte portuguesa e a rainha rejeitaram o pedido alegando “conseqüências nefastas que o acesso das mulheres indígenas à cultura dos livros da época pudesse representar” (RIBEIRO, 2000, p. 81).

O inovador é que as obrigações pedagógicas são repartidas no Tratado, a criação na puerícia é responsabilidade de todos, não só das amas-de-leite<sup>88</sup>. E para isso uma educação deveria ser proporcionada não só aos meninos, mas

---

<sup>86</sup> Arce lembra que Froebel, no seu livro *Pedagogics of the kindergarten*, apresenta uma mãe que está preocupada com a educação da filha – Lina – ensinado-a a escrever. Comentando o livro de Froebel, Alessandra Arce entende que o ideal de mãe apresentado pelo autor alemão, ressalta uma mulher que representa um papel social e educativo. Neste aspecto, o livro apresenta, em outras palavras, um papel de mantenedora do lar e educadora de criança, ou, mulher e mãe. Segundo Arce, a mãe cuida dos afazeres do lar e é responsável pela doçura graças a sua dedicação. No livro *Pedagogics of the kindergarten*, o pai está na maioria das vezes ausente da história, e a mãe, sempre dedicando-se a criação da filha (2002, p. 110). No Tratado, também essa figura se manifesta, além da imagem de educadora do lar, também tem por papel de cultivadora do amor oferecendo uma direção para a vida do filho: “não há dúvida que é de ambos a obrigação (de criar os filhos), porém com está distinção, que o pai está mais na obrigação à correção e a mãe à direção” (GUSMÃO, 2000, p. 78 – destaque em parêntese nosso).

<sup>87</sup> Gusmão (2000, p. 81) sempre invoca o nome das santas mulheres que viveram e deram bons exemplos. Mônica, a mãe de Santo Agostinho, por exemplo, é vista como uma mulher que plantava e regava com lágrimas a educação do Santo de Hipona. Rebeca, Raquel, Sara, etc. são exemplos constantes no discurso de Gusmão, isso para retratar a força da maternidade.

<sup>88</sup> Sobre as amas-de-leite Gusmão adverte: que haja boa eleição na escolha da ama (2000, p. 178). Uma outra preocupação, nunca a ama deve dormir com a criança no peito, para que não venha acarretar algum mal, como matar a criança sufocada (2000, p. 171).

também às meninas que se tornarão senhoras de casa. Nisto percebemos uma fagulha de inovação em Gusmão. Apesar das mulheres estarem à margem, Gusmão vê a importância destas na criação dos bons costumes e confiam-lhes a criação primeiramente às mães.

Além disso, se o menino se desviar da religiosidade e da virtude, isto é, se eles forem criados à vontade, as mães tem muito mais culpa que os pais. Pois, se elas amam mais tenramente os filhos, cuidam. Para o Tratado, criar as crianças à vontade, é um descuido das mães<sup>89</sup>, pois muitas vezes as crianças vão importunar os maridos que, para Gusmão (2000, p. 166), não necessitam de tal preocupação.

---

<sup>89</sup> A importância das crianças serem educados nos próprios peitos das mães é vista por Alexandre de Gusmão como uma forma das crianças adquirirem melhores costumes. Pois, “estes são melhores nos costumes que os que são entregues as amas, ou escravas” (Ibidem, 2000, p. 178), percebemos que “a mesma obrigação que tem os pais de alimentar os filhos com suor do rosto, tem a mãe de os alimentar com leite do peito” (Ibidem, 2000, p. 179), isso porque “o leite da mãe é mais saudável para o filho, que outro qualquer leite [...] diz Avicena, que para qualquer doença da criança é estremado remédio a mama da própria mãe [...] os meninos criados com o leite próprio de suas mães, são menos doentes” (Ibidem, 2000, p. 180). Consequentemente, não deverão as mães deixar as escravas ou amas amamentarem seus filhos, porque “com o leite comunicam as amas aos que criam, suas inclinações e as amas não são as próprias mães, se não as escravas, e talvez de bem péssimo costume” (Ibidem, 2000, p. 181). Se a mães amamentarem “ganham melhor o amor dos filhos, que de boa razão lhe serão mais amantes, obedientes” (Ibidem, 2000, p. 185), assim, “podem chamar de venturosos os meninos que mamaram o leite de suas próprias mães, porque estes sem dúvidas terão melhor criação e serão mais bem afortunados” (Ibidem, 2000, p. 187).

#### **d) Sobre criação das Meninas no Tratado.**

Ao tratar a educação das meninas no Tratado, percebemos a figura da mulher como a possível mantenedora do lar. Para entendermos como a menina chegará neste estágio, o Tratado oferece algumas dicas. O Autor considera necessário que as jovens sejam cuidadas com todo vigor e amor.

A primeira advertência, que se oferece na boa criação das meninas, e a guarda, e recolhimento, porque afim como a natureza guardou as meninas dos olhos com tantas teias, portas, e prisões de capelas, pestanas, humores, veias e membranas, assim se devem guardar as de casa com toda vigilância e cuidado (GUSMÃO, 2000, p. 377).

Esse cuidado ou estagio de vigilância são considerados essenciais para uma menina alcance o verdadeiro significado da vida cristã. Existem algumas recomendações que o Tratado propõe para aplicação cotidiana, são eles:

A menina não deveria brincar com os meninos (Ibidem, 2000, p. 378).

A filha guardada é a vida do pai e seu cuidado lhe tira o sono (Ibidem, 2000, p. 378).

Criar as meninas com recolhimento, não consentido que saiam à rua depois de desmamadas (Ibidem, 2000, p. 378).

Esconderem-se as meninas nas recamaras interiores, quando sucedem entrar qualquer visita de varões na casa dos pais (Ibidem, 2000, p. 379).

Guardar as filha das visitas de primos e parentes varões (Ibidem, 2000, p. 379).

Criar desde cedo com todo amor e pureza, na simplicidade de vida e na ternura da devoção (Ibidem, 2000, p. 380).

Devem os pais falarem com santas palavras inclinando as meninas ao amor e a pureza virginal, afastando dela todo arqueiro que lhe pode fazer mal, afastando-as principalmente da familiaridade de todo homem que não for irmão, e ainda daquelas criadas e amigas, que não forem muito honesta (Ibidem, 2000, p. 381).

Não permita vaidades que algumas se criam de branquear os rostos e rubricar as faces com cousas supostas, nem enfeites demasiados (Ibidem, 2000, p. 382).

Sempre com peitos cobertos (Ibidem, 2000, p. 382).

Nunca impedir a entrada das meninas nas clausuras, ou voto de Religião. E se vossas filhas querem tomar Cristo por esposo, guardar perpetuamente a preciosissima

pérola virgindade, e viver isso perpetuamente no Mosteiro, que melhor facilidade podeis delas esperar (Ibidem, 2000, p. 382 – 383)?

Que fossas filhas aprendam as artes liberais desde meninas, assim como é com os meninos. Não só é conveniente, mas grande gloria para o sexo feminino. (Ibidem, 2000, p. 385).

A castidade, como imitação de Maria e das Santas Católicas, é o exemplo de modéstia e simplicidade que a menina deve seguir sobre a regência dos pais. A obediência e a virtude tradicionalmente marcam a vida social da menina.

O Tratado recomenda para as meninas sempre viverem em vigilância, em recolhimento. E quando houver visita de varão ou parente próximo à menina era recolhida para segurança da família. Devemos lembrar que na Idade Média a virgindade torna-se um tesouro a se guardar, a respeito desse cuidado o Tratado informa que o pai deve tomar em todos os instantes, com parentes e estranhos.

Na medievalidade o pecado sexual nasce das simples sugestão dos sentidos. O pecado é o consentimento ao mal; a sugestão – isto é, o desejo que nasce quando o homem vê uma mulher. É da mesma ordem da necessidade natural, nascem e morrem sem que possamos interferir. O desejo provocado pela imagem de uma mulher é o que se chamava na Idade Média de tentação humana (DE LIBERA, 1999). O casamento válido era o realizado na Igreja. A vida sexual só teria um valor *sacro* se ocorresse nos moldes de um amor supervisionado pela Igreja.

Alexandre de Gusmão, como um homem que vivenciou um processo cultural de transito entre a medievalidade e o espírito mercantil (que se forma na Companhia), entende que essas questões e recomendações escritas no Tratado sobre as meninas, refletem preocupações de conservação e unidade familiar. O ato da pureza feminina, pela virgindade e a conservação do mal pelo prazer carnal. A postura estética, a forma como a menina olha, a fala, a humildade, a forma de vestir, a descrição, são maneiras que os pais devem observar até quando a menina alcançar idade para servir a igreja no convento ou o esposo no casamento.

Essa tendência do Tratado em incentivar o aprendizado das meninas nas artes liberais é algo que estava em discussão no renascimento. Pois

passou-se a acreditar que não havia defeito em uma mulher ler e escrever. O principal objetivo da mulher no cultivo das letras no renascimento é o ato de desenvolver virtudes dentro do modelo místico de Maria, mãe de Jesus.

Rezar, ler, trabalhar são ocupações úteis que podem preservar do ócio, mas não devem ter um objetivo secular. São atividades que devem manter a jovem ocupada enquanto está em casa; e não deve sair de casa a não ser para à igreja. As mulheres não podiam transpor os limites da esfera privada para se introduzirem no espaço exterior onde, na vida econômica, social, política e cultural, quem prevalecia era o homem. Esse regime de castidade, decoro, obediência e silêncio era reservado às mulheres (KING, 1991, p. 21).

As ocupações de preservação do ócio revelam o limite da vida privada. Também mostra que a educação das meninas e mulheres devem ter um objetivo, manter a casa e repar a vida familiar. Para isso são educadas, para conservação do lar, para obedecer ao marido, para criar os filhos.

O que Pe. Gusmão propõe é um avanço na educação, o seu discurso se encontra com vários autores renascentistas e sua proposta é deveras ousada. Pois no Brasil colonial, as mulheres sempre ficavam trancadas cuidando dos afazeres da casa, mostrando submissão ao marido.

Para ele, a glória das mesmas refletia-se no aprendizado das letras liberais, não só os meninos deveriam ser educados, mas também, as meninas, nisso existe uma fagulha de inovação no discurso do jesuíta.

Porque ficar traçada nos lares se não há livros pra prevenir o ócio desnecessário?

Porém, quando se fala de preferência entre meninos e meninas, Alexandre de Gusmão como um homem que vive numa sociedade patriarcal não pensa duas vezes em afirmar: “Deus ama mais os meninos, do que as meninas virgens e é por isso que estes têm no céu mais glória que elas” (GUSMÃO, 2000, p. 218).



## **X – CONCLUSÃO**

Sobre a educação na colônia, devemos destacar que a sociedade se configura racionalmente no interior de figurações fundamentais que surgiram na Idade Média e foram superadas no que chamamos de Modernidade. Para isso, buscamos apoio em dois conceitos basilares, ou seja, o conceito de figuração e interdependência<sup>90</sup>.

Com esses dois conceitos de Elias conseguimos conceber um processo social e civilizador que corre como teias bem postas para firmar um grupo social em seus ideais.

Quando Nóbrega chegou às terras brasílicas, escreveu em 1559, “achamos uma maneira de igreja” (1988, p. 71), não era igreja, só uma maneira de fazer igreja. Tanto os franciscanos<sup>91</sup> em 1516, que tinham por missão catequizar os índios da Bahia, como os jesuítas em 1549 ou com os beneditinos que chegaram em 1583, percebemos uma teia formadora da sociedade no âmbito destas ordens<sup>92</sup>.

O que encontramos na colônia era uma tendência de europeização. Na verdade, os costumes eram os mesmos, a educação era o modelo aplicado na Europa. Os padrões da vida cristã deveriam ser aplicados na colônia como em Portugal. Existe um movimento, ou inter-relações que se encontram e são ligados para formar uma sociedade.

No mundo colonial não é diferente, existe uma ligação dos indivíduos, uma formação funcional que revela uma interdependência que os ligam e

---

<sup>90</sup> Esses conceitos de figuração e interdependência são conceitos usados por Norbert Elias. Neste capítulo analisaremos a colônia portuguesa na perspectiva do O Processo Civilizador de Norbert Elias, seguindo os comentários de Carlos da Fonseca Brandão. A palavra **figuração** é tomada na Obra de Norbert Elias como teias de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras, sendo que as ações de um conjunto de pessoas estrutura entrelaçadas de numerosas propriedades emergentes, tais como relação de força, eixos de tensão, sistemas de classe e de estratificação, desportos, guerras e crises econômicas (BRANDÃO *apud* ELIAS & DUNNING, 2003, p. 61). O conceito de interdependência é proposto por Elias exatamente para investigar essas interconexões da vida social. Para Elias, essa teoria baseia-se na observação de que cada indivíduo é tributário desde a infância, de uma multidão de indivíduos interdependentes. Coloca-se um problema, o mais importante campo da sociologia é saber de que maneira e por que razão os homens se ligam entre si e formam conjuntos, ou grupos dinâmicos específicos (Ibidem, 2003, p. 61).

<sup>91</sup> “O próprio José de Anchieta [...] na *informação do Brasil e de suas Capitâneas*, de 1584, informa que os primeiros frades que vieram para o Brasil foram os franciscanos, mas não se espalharam pela costa ficando mais na Bahia, e depois dos franciscanos vieram os Jesuítas. No caso do Brasil é importante salientar que quando a Coroa portuguesa decide fazer a empresa colonial, de fato, os jesuítas já se encontravam em Portugal e foram os escolhidos para virem para a Colônia (COSTA, 2004, p. 41).

<sup>92</sup> No Brasil colonial, a partir de 1549 os colégios jesuíticos ensinavam nestas terras. Porém, havia outras ordens que ensinava os filhos dos portugueses, exemplo: os frades Menores (CHAMBOULEYRON, 1999).

estabelecem funções práticas que denomina o contexto onde vivem. Sobre isso, Brandão acredita que

entendemos enquanto uma análise das relações e funções sociais, vistas como um conjunto de relações interdependentes, que ligam os indivíduos entre si numa formação (2003, p. 61).

Essas relações e funções que visa ligar os indivíduos entre si mesmo numa formação social é o que Elias denomina figuração. Brandão percebe que Elias entende a época ou o contexto de cada época como um produto ou conjunto de figurações específicas.

O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica (ELIAS, 1993, p. 193). No que se refere à colônia, as pessoas (os gentios) isoladas do mundo português não planejaram a mudança, o novo caminho foi implantado pelo português que chegou a colônia estabelecendo uma figuração.

No que diz respeito aos jesuítas – a educação e catequese – a aplicação para catequizar os gentios, revela problemas de certa significação, como informa Serafim Leite (1945), o Brasil apenas começava a nascer para a cultura do pensamento, sem tradição nem lares, nem velhas Universidades em que se pudesse refletir.

Os que chegavam de Portugal, ou já nascia na terra, tinham que atender aos cuidados mais prementes do desbravamento, organização e colonização de um mundo que era novo em tudo, e na cultura literária e científica mais que o resto.

Não existia um processo de estabelecimento social como na Europa, ou melhor, podemos dizer que na colônia havia uma necessidade de estabelecer educação que proporcione o avanço português. Esse avanço civilizador, segundo Elias (1993), é um processo de efetivação gradual através de medidas conscientes não planejadas, que não foge da racionalidade<sup>93</sup>. Há uma medida racional na colônia, pensando em civilização e racionalização, entendemos que

---

<sup>93</sup> A ordem definida por Elias não é racional – se por razão entendermos que ela resultaria na intencionalidade de pessoas isoladas – nem irracional – se por irracional queremos dizer que tenha surgido de maneira incompreensível (ELIAS, 1993, p. 194). O que o autor quer dizer, os fatos sociais acontecem naturalmente, sem se preocupar com tempo, sem ordens cronológicas, planas ou regras.

esse processo é um produto planejado da razão humana ou um resultado de um planejamento calculado.

Norbert Elias defende que na história, as mudanças sociais são frutos de uma racionalização sujeita a uma direção, são produtos de indivíduos isolados que movimentam as peças para que aconteça conforme pensavam<sup>94</sup>. O cálculo existe o resultado é imprevisível.

As coisas acontecem de maneira geral com naturalidade, com planejamento, mais nem por isso existe uma força ordenadora que planeja pelos homens as mudanças.

Neste sentido o conceito de figuração de Elias é útil para entendermos a colônia e a educação jesuítica no discurso de Alexandre de Gusmão. Existe uma natureza de transformação que uma dada figuração social pode sofrer. As configurações relativamente complexas devem surgir de configurações diferenciadas e menos integradas (BRANDÃO, 2003, p. 62).

Chegando à terra brasileira Pe. Nóbrega percebe um ambiente totalmente diferente de sua realidade cristã. “E assim este agora a terra nestes termos que, si contarem todas as casas d’esta terra, todas acharão cheias de pecados montais, cheias de adultérios, fornicções, incesto, e abominações” (1988, p. 194). Nóbrega entende que a colônia deturpa o ideal cristão, um lugar que não há paz, onde existem vários roubos e mentiras, os gentios não guardam os mandamentos e servem outro deus. Para transformar essa natureza social Nóbrega pediu a Companhia mais padres para efetuar a evangelização e transformar os gentios em bons cristãos.

Eu quando vejo os poucos que somos, e que nem para acudir aos Cristãos bastamos, e vejo perder meus próximos e criaturas do Senhor á mingua, tomo como remédio clamar ao Criador de todos e a Vossa Alteza que mandem obreiros e a meus Padres e Irmãos que venham (Ibidem, 1988, p. 125).

Esse pedido de Nóbrega revela que a figuração na colônia estava sendo mudada, com planejamento, uma racionalização com um determinado fim,

---

<sup>94</sup> Brandão argumenta que as figurações que os homens formam entre si estão em fluxo quase permanente, ou seja, são processos e, assim como outros processos presentes nas sociedades, tais não são planejados nem intencionais (2003, p. 62).

além disso, para aqueles que constituem essa figuração social não se percebem envolvidos, isto é, a integração e a constituição são imperceptíveis para os mesmos (BRANDÃO, 2003). Esses mo(vi)mentos decorrentes de conflitos e alterações na sociedade são o que Elias chama de interdependência.

planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, podem dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz (sic) ao processo civilizador (ELIAS, 1993, p. 194).

O mesmo Elias trabalha com a margem de que as decisões individuais dependem da estrutura e da constelação histórica que o indivíduo vive na sociedade. Formando um tecido, ou rolo de cordas que relacionam as pessoas entre si. O escravo toma uma decisão individual, o rei uma decisão coletiva, as pessoas planejam sua vida, racionalizam conforme o contexto de onde vivem.

Na colônia existe uma tentativa de unidade, como exemplo, o empenho de Nóbrega em 1557 na catequização dos gentios e salvação dos portugueses que moravam nessas terras: “Agora esperamos pastor, e também padres da Companhia, o que tudo nos ajudará” (NÓBREGA, 1998, p. 168), ou a dificuldade em manter um padrão social – cristão – como o da Europa; “muitos homens casados em Portugal e vivem cá em grandes pecados” (Ibidem, 1998, p. 122).

Existe um tecido básico, com planos e ações isoladas, racionalizados que podem dar origens a mudanças e modelos que nenhum outro ser pensou ou elaborou. Essa relação de Nóbrega e da Companhia de Jesus em catequizar revela que a vontade e o impulso estão entrelaçados com a ordem inaciana, isso é uma interdependência que determina uma mudança na história.

Quando pensamos nos bons costumes na colônia e em todo discurso de Alexandre de Gusmão, devemos levar em conta que ele tirou os discursos de outras fontes. No tempo do Pe. Gusmão está havendo uma inovação educacional, um despertar cultural renascentista que indica uma renovação do homem, dos valores nos vários domínios; na arte, na música, nos livros dedicamos à vida diária (GARIN, 1991).

A escolástica e medievalidade são vista de forma diferente, os valores eram pregados e defendidos, o homem renasce, “o indivíduo foi posto dentro de uma escala social, a nova civilização concebe o homem como *senhor do mundo* e ponto de referência da criação, copular do universo e elo de conjugação do ser” (CAMBI, 1999, p. 224). Cambi entende ainda que o homem

não exclui Deus, mas volta às costas aos ideais de ascese e da renúncia, pronto para imergir no mundo histórico real com o intento de dominá-lo e nele expandir sua própria humanidade. O homem da nova civilização, uma vez adquirida a consciência de poder ser o artífice de sua própria história, que viver intensamente a vida na cidade junto com seus semelhantes; para isso mergulha na vida civil, engaja-se na política, no comércio e nas artes exprimindo uma visão harmônica e equilibrada dos aspectos multiformes dentro dos quais se desenvolve a atividade humana (1999, p. 2224).

O que percebemos neste movimento renascentista que herdou Pe. Gusmão e todos os homens de sua época foi a valorização do indivíduo por meio da razão. São mudanças específicas que as pessoas se prendem umas as outras e lhes modelam a personalidade de uma maneira civilizadora (ELIAS, 1993).

Três pontos<sup>95</sup> podem ser entendidos no que diz respeito ao processo que Alexandre de Gusmão participa em sua época:

1) Ele, como português e participe do movimento jesuítico, é um ser interdependente e somente pode ser entendido como tal já que sua vida é

---

<sup>95</sup> É claro que, o que vamos apresentar neste discurso são idéias de Norbert Elias comentadas pelo Prof. Carlos de Fonseca Brandão. O que fizemos foi uma releitura de Alexandre de Gusmão como homem do Brasil colonial introduzindo algumas idéias participativas do sujeito colonial e seu tempo. Com isto, tentamos montar uma teia formadora com o personagem para entender melhor seu movimento literário. Deve o leitor levar em consideração que nem todas as idéias de Norbert Elias devem ser aplicadas neste discurso.

desenvolvida dentro de uma figuração social, sendo modelado por figurações que são construídas por ele e com os homens que estão em sua volta.

2) Essas figurações estão continuamente em movimento, sofrendo alterações de diferentes ordens – sendo efêmeras, profundas ou rápidas.

3) Os processos que ele passou são de trocas contínuas, que se dão nas figurações, possibilitando que as intenções individuais façam parte das figurações universais aos quais não podem ser reproduzidas jamais.

Resumindo: o conjunto de todas as figurações sociais forma a sociedade e o indivíduo. No caso de Alexandre de Gusmão, se formou como homem de seu tempo.

Seu discurso educacional encontra-se com Francesco Petrarca<sup>96</sup> (1304 – 1374), Pier Paolo Vergerio<sup>97</sup> (1370 – 1444), Vittorino de Feltre<sup>98</sup> (1378 – 1446), Leon Battista Alberti<sup>99</sup> (1404 – 1472), Juan Luís Vives<sup>100</sup> (1492 – 1540) e João Amos Comenius<sup>101</sup> (1592 – 1670). Pensando nestes e noutros autores que foram citados ainda que brevemente no corpo do texto, seus trabalhos expressam a originalidade de uma época renascentista/humanista que influenciou várias pessoas, inclusive Gusmão.

O que percebemos são as interconexões das vidas sociais. Elias apenas quer saber de que maneira e porque razão os homens se ligam entre si e formam grupos específicos, ainda que inconsciente (BRANDÃO, 2003).

De modo geral, a direção em que o comportamento e a constituição afetiva das pessoas mudam,[...] as sociedades sem um monopólio estável da força são sempre aquelas em que a divisão de função é relativamente pequena, e relativamente curtas as cadeias de ações que ligam os indivíduos entre si. Reciprocamente, as sociedades com monopólios mais estáveis da força, que sempre começam encarnadas numa grande corte de príncipes ou reis, são aquelas em

---

<sup>96</sup> Ele nada escreveu sobre educação, porém sua obra *Vida dos Antigos* influenciou muito o conceito educativo da época.

<sup>97</sup> Seu *De ingenuis moribus et liberalibus adulescentiae* onde defende um educação de boa índole e livre do ócio (CAMBI, 1999, p. 230).

<sup>98</sup> Ensinou em Pádua por vinte e dois anos, inaugurou a Casa Giocosa, onde se deteve ensinando os nobres, filhos de príncipes e gente pobre (LUZURIAGA, 1978, p. 96).

<sup>99</sup> Em seu discurso Alberti entendia que a infância merecia grande atenção. Foi um dos primeiros homens a censurar o espancamento e os maus tratos a crianças (CAMBI, 1999, p. 232).

<sup>100</sup> O grande ponto de destaque é uma aplicação de uma psicologia educacional, o emprego de uma técnica (um método) que usa a língua materna para ensinar as línguas chamadas clássicas.

<sup>101</sup> Para Gadotti (1996), a *Didática magna* de Comenius é tida como um dos mais importantes discursos pedagógicos.

que a divisão de função está mais ou menos avançada, nas quais as cadeias de ações que ligam os indivíduos são mais longas e maior a dependência funcional entre as pessoas (ELIAS, 1993, p. 198).

O que Elias escreve é importante para sabermos que Pe. Gusmão e seu comportamento se ligam ao mundo português porque o monopólio de uma sociedade detectado por Elias, permanece estável. A ação do El-rei nestas terras revelam funções que estão num nível avançado, promovendo unidade. Mostrando cadeias e fios que denotam ações de interligação dos indivíduos atuando uma dependência funcional entre eles – ou, relações interdependentes.

Essas interdependências possuem duas características: 1) mesmo quando as relações entre Pe. Gusmão, os homens que vivem na colônia e a Companhia sejam intencionais, irá existir conseqüências sociais que ninguém planejou; e, 2) as relações intencionais de interdependência **podem** ser originadas de interdependências humanas não intencionais (BRANDÃO, 2003). “A estrutura de uma sociedade, suas incertezas contínuas, correspondem à estrutura dos indivíduos que formam e o modo como se comportam” (ELIAS, 1993, p. 199).

*Para aqueles a quem facilmente se possa impor, seja obrigatório o que se diz da confissão, missa, pregação, doutrina cristã e declamação. Para os outros, procure-se persuadi-los com amor, sem constranger a isso, nem os expulsar das aulas porque o não fizeram, a não ser que fosse causa de relaxamento ou de escândalo para os demais (Const. 2004, p. 146 [482] – destaque em itálico do próprio texto).*

Percebemos a influência estrutural de uma sociedade que tece seu caminho pela conduta ou acolhimento dos bons costumes (costumes virtuosos) ministrada nas salas de aulas em toda Europa que virou regra nas *Constituições da Companhia de Jesus*.

O que Alexandre de Gusmão escreve faz parte de seu tempo. Foi calculado e premeditado.



## Sobre a movimentação dos Jesuítas, Luzuriaga lembra que

A Ordem dos jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais, ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados “exercícios espirituais”, que exerceram enorme influência anímica e religiosa entre adultos. Todavia pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão o mais importante, entre as atividades da Companhia (1978, p. 118).

No início, a educação não estava no primeiro plano dos jesuítas, o propósito eram os *Exercícios Espirituais* que levavam o homem aos ritos cristãos, às práticas dos bons costumes. Com o tempo a educação se tornou uma ferramenta para aplicação do discurso religioso, havendo uma fusão entre pedagogia/religiosidade os jesuítas tornaram seus discursos fortes e criaram o *Ratio Studiorum*, um plano de estudos. Ministraram e aplicaram inovações pedagógicas, fundaram Colégios, puseram um Reitor para gerenciar e um supervisor ou Prefeito de Estudos encarregado de dirigir o Reitor e observar os Professores.

Os colégios e seminários jesuíticos tinham por base as línguas clássicas (latim, hebraico e grego). Ensinavam à gramática, humanidades e retórica. Nos cursos superiores incluíram a filosofia, a teologia e ainda alguma outra ciência. Era um sistema humanista que consistia em preleção, explicação, repetição e composição. Os métodos predominantes eram verbais, memoristas e formalistas. Dava-se ênfase à redação e à leitura dos clássicos. As disciplinas tinham por base a competição, fomentada de vários modos: coletivamente, individualmente, entre grupos rivais, com denominações próprias. Fomentava-se igualmente a emulação entre os escolares, por meio de exames, certames, discussões. Com isso despertava o interesse e o sentimento de competição (Ibidem, 1978, p. 119).

Esse conjunto é um emaranhado de sistemas que interligam o sujeito à realidade colonial. Alexandre de Gusmão está interligado a este modo de vida e, como qualquer jesuíta, a educação era para ele naturalmente a formação do

homem cristão. Formar um homem dentro do modelo cristão jesuítico é introduzi-lo no mundo humanista, com idiomas clássicos, com independência de pensamento, com formação crítica, investigadora, alheia a qualquer imposição (Ibidem, 1978, p. 1119).

Como vemos, esse é o mundo que está se formando em volta de Pe. Alexandre. A pedagogia e as recomendações que aparecem no Tratado são frutos de um espírito humanista que planejou as jogadas no tabuleiro. Ele não só exerceu uma função religiosa/pedagógica, e sim viu na criança uma necessidade de racionalizar.

O que o autor do Tratado chama para discussão? Que os homens devem entender que os pais e os professores podem oferecer uma extensão do recinto colegiado, isto é, escola e família devem educar juntas as crianças. Se conseguirem isso, a sociedade e a República levarão vantagem por via da razão.

## **XI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AQUINO, R. S. L. *et al. História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

AQUINO, Tomás de. “Súmula contra os gentios”. In\_: *Obras Incompletas – Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2000, p. 127 – 148.

ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do Leitor Colonial*. Bahia/Ilhéus: Editora do UESC, 1999.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, Fernando de. “O Sentido da Educação Colonial”. In: *A Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1943, p. 289 – 320.

AZZI, Riolando. “Formação de Sacerdotes”. HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando *et al. História da Igreja no Brasil - Tomo II*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 192 – 200.

BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. In\_: PAIVA, José Maria de, ASSUNÇÃO, Paulo & BITTAR, Maria, (org). *Educação História e Cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007, p. 91 – 112.

BITTAR, Marisa & FERREIRA Jr., Amarílio. “A pesquisa em História da educação colonial”.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. *Norbert Elias – Formação, Educação e Emoções de Civilização*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRESCIANI, Carlos (org.), MCDOWELL, João Augusto A. A. “Companhia de Jesus – 450 anos a serviço do povo brasileiro”. In\_:

*Companhia de Jesus – 450 anos a serviço do povo brasileira*. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Primeira Evangelização das aldeias ao redor de Salvador, Bahia*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2000.

BUENO, F.S. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CABRAL, P. Luiz Gonzaga. *Influência dos Jesuítas na Colonização do Brasil (Século XVI)*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1925.

CAIEIRO, José. *Jesuítas do Brasil e da Índia na Perseguição do Marquês de Pombal (século XVIII)*. Bahia: Escola Tipográfica Salesiana, 1936, p. 93 – 107.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CARDOSO, Armando. *Diário Espiritual de Santo Inácio de Loyola*. São Paulo: Loyola, 1977, p. 5 – 16.

CASTRO, Frei João J. P. de, *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Editora Ave Maria, 1988.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista”. In\_: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria *et al* (org). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

*CONSTITUIÇÕES DA COMPANHIA DE JESUS e Normas Complementares*. São Paulo: Loyola, 2004.

COSTA, Juvenal Célio. *A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: O Império Português (1540 – 1599)*. Piracicaba: UNIMEP - Tese (Doutorado em Educação), 2004.

\_\_\_\_\_. “Educação jesuítica no Império português do século XVI: o colégio e o *Ratio Studiorum*”. In\_: PAIVA, José Maria de, ASSUNÇÃO, Paulo & BITTAR, Maria, (org). *Educação História e Cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007, p. 29 – 44.

COUTO, Jorge. “A aculturação”. In\_: *A construção do Brasil – Ameríndios, Portugueses e Africanos, início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa: Cosmos, 1995, p. 311 – 326.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira Da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro/Botafogo: Editora Nova Fronteira, 1997.

DE LIBERA, Alain. “O prazer Sexual”. In\_: *Pensar na Idade Média*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 213 – 224

DUMORTIER, François Xavier, GIARD Luce, ROMANO, Jean-Paul Laurent Antonella & *et al* (org.). “Modernidade da *Ratio Studiorum*/Plano racional dos Estudos: gênese de um texto normativo e compromisso com uma prática docente”. In\_: *Tradição Jesuítica/Pedagogia, Espiritualidade, Missão*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

D´ASSUMPÇÃO, Lino, *Os Jesuítas/O Catholicismo no Século XVI*. Lisboa: Livreros e Editores Aillaud E. C° Guilliard, 1888.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador - Vol. II: Formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA, Júlio Cezar de, *Da Fundação da Universidades ao Ensino da Colônia*. Rio de Janeiro: Departamento de Empresa Nacional, 1952, p. 7 – 93.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. *Comunicação na Pedagogia dos Jesuítas na era Colonial*. São Paulo: Loyola, 1980, p.115 – 117.

FIGUEIREDO, Fidelino de. “Novelística”, In\_: *Literatura Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora a Noite, 1940, p. 182 – 189.

FOULQUIER, Joseph H. *Jesuítas no Norte/Segunda entrada da Companhia de Jesus*. Bahia: Vice – Província da Companhia de Jesus – do Brasil Setentrional, 1940.

FRANCA, Leonel. *O Método Pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Atque Institutio Studiorum*. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

FREITAS, Beneticto. *Santa Cruz (fazenda jesuítica, real, imperial era jesuítica: 1567 - 1759)*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Editora Recorde, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Histórias das idéias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1996.

GALLO, Silvio & SOUZA, Regina Maria de (org). “Infância e Cultura: Semelhanças e Diferenças”. In\_: *Educação do Preconceito/Ensaio Sobre Poder e Resistência*. São Paulo: Editora Alínea, 2004.

GARIN, Eugênio. *O homem renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

GILSON, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. Trad. BRANDÃO, Eduardo. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 653 – 681.

GRACIÁN, Baltasar. *A Arte da Prudência*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *O que é Pedagogia*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia – Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno/Séries Clássicas de História e Filosofia da Educação*. GHIGGI, Gomercindo & TAMBARA, Elomar (org). Pelotas: Seiva Publicações, 2000.

\_\_\_\_\_. *Arte de Criar Bem os Filhos na Idade da Puerícia – Dedicada ao Menino de Belém Iesu Nazareno*. VENÂNCIO, Renato Pinto & RAMOS, Jânia Martins (org). São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 9 – 32.

HAMESSE, Jacqueline. “O modelo escolástico da leitura”. In\_: CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger (org). *História da Leitura no Mundo Ocidental*. Trad. MORETTO, Fluvia M. L. et al. São Paulo: Ática, 1998, p. 123 – 146.

HANSEN, João Adolfo. “Ratio Studiorum e a Política Católica Ibérica no Século XVII”. In\_: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org). *Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *Pensando a Educação nos Tempos Modernos*. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOORNAERT, Eduardo. “A instituição Eclesiástica”. In\_: HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando et al. *História da Igreja no Brasil - Tomo II*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 274 – 360.



JAIME, Jorge. *História da Filosofia no Brasil*. São Paulo: Faculdade Salesianas e Editora Vozes, 1998.

KING, Margaret L. "A Mulher Renascentista". In\_: GARIN, Eugénio. *O Homem Renascentista*. Lisboa: Presença, 1991.

LACOUTURE, Jean. *Jésuites – Lês Conquérants*. Trad. AZEVEDO, Maria Fernanda Gonçalves de. Lisboa: Editora Estampa, 1991.

LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente*. Lisboa: Estampa, 1993.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Vol. V. Lisboa: Livraria Portugália, 1945.

\_\_\_\_\_. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil/Assistência de Portugal 1549 - 1760*. Lisboa: Junta de Investigação Ultramar, 1965.

\_\_\_\_\_. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, Vol. I. São Paulo: Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

\_\_\_\_\_. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, Vol. II. São Paulo: Serviço de Comemoração Cultural, 1954.

LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagógica*. São Paulo: Companhia Editorial nacional, 1978.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa - a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal – 1750 – 1808*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

MERCADANTE, Paulo & PAIM, Antonio. *Tobias Barreto na Cultura Brasileira: Uma Reavaliação*. São Paulo: Editorial Grijalbo Ltda, 1972.

MISSIO, Edmir. “As relações epistolares: humanistas e jesuítas”. In\_: PAIVA, José Maria de, ASSUNÇÃO, Paulo & BITTAR, Maria, (org). *Educação História e Cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007, p. 45 – 58.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio vol. I: Obras Incompletas – Coleção os Pensadores*. Trad. MILLIET, Sergio. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOURA, P. Laércio Dias de Moura. *A Educação Católica no Brasil/passado, presente e futuro*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 19 – 61.

NOBREGA, Manuel da. *Cartas do Brasil 1549 – 1569 (Cartas Jesuíticas I)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

PAIVA, José Maria de. “Religiosidade e cultura brasileira – século XVI”. In\_: PAIVA, José Maria de, ASSUNÇÃO, Paulo & BITTAR, Maria, (org). *Educação História e Cultura no Brasil Colônia*. São Paulo: Arké, 2007, p. 7 – 28.

\_\_\_\_\_. *Colonização e Catequese*. São Paulo: Arké, 2006.

\_\_\_\_\_. *Método Pedagógico Jesuítico*. Viçosas: 1981.

PALACIN, Luis. *Sociedade Colonial – 1549 a 1599*. Goiânia: UFG, 1981.

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1959.

PINO, Angel. “Infâncias e Culturas: Semelhanças e Diferenças”. In\_: GALLO, Silvio & SOUZA, Regina Maria de (org). *Educação do Preconceito – Ensaio sobre poder e resistência*. São Paulo: Alínea, 2004, p. 147 – 164.

PITTA, Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Brasileira Ltda, 1958.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil*. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUERA, Miguel Bertrán *et al.* *La Ratio Studiorum de Los Jesuitas*. Madrid: UPCM, 1986.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda “Mulheres educadas na colônia”. In\_: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FILHO, Luciano Mendes de Faria *et al* (org). *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RODRIGUES, Francisco J. S. *A formação intelectual do Jesuítas/Leis e Fatos*. Porto: Editora Livraria Magalhães e Moniz, 1917.

\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil na Assistência de Portugal*, Tomo I, Vol II. Porto: Editora Livraria Magalhães e Moniz, 1931.

\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil na Assistência de Portugal*, Tomo II, Vol. I. Porto: Editora Livraria Magalhães e Moniz, 1931.

\_\_\_\_\_. *História da Companhia de Jesus no Brasil na Assistência de Portugal*, Tomo III, Vol I. Porto: Editora Livraria Magalhães e Moniz, 1931.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. “Franciscanos na Educação Brasileira”. In\_: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 93 – 107.

SAVIANI, Dermeval. “Educação e Colonização: as idéias pedagógicas no Brasil”. In\_: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. I – Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 121 – 130.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, Ideologia e Contra Ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

TEIXEIRA, Antônio José. *História do Jesus em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1899.

THEODORO, Janice. *Descobrimento e Renascimento*. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1508 – 1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VILLALTA, Luis Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org). *História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 331 – 385

VASCONCELLO, Joaquim de. *A Pintura Portuguesa no Século XV e XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1929.

XAVIER, Maria Elisabete *et al.* *História da Educação – escola no Brasil*. São Paulo: FDP – Coleções aprender e ensinar, 1994, p. 28 – 82.

## **ARTIGOS, JORNAIS REVISTAS E MAPA**

ARCE, Alessandra. “Lina, uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a pedagogia dos jardins de infância”. In\_: *REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – N° 020*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2002, p. 107 – 120.

CALMON, Pedro. “Belém”. In\_: *JORNAL A TARDE*. Bahia: Salvador, 25 de março de 1937.

PAIVA, José Maria de. “Como ler a história da Educação Colônia”. In\_: *Anais da V Jornada do Histedbr*. Sorocaba: 2005, 05/9 à12, ISBN 85.86091-85-5.

SILVA, Pedro Celestino da. “A Cachoeira e seu Município/ESCÔRÇO Physico, Político e Administrativo”. In\_: *REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA – N°63*. Bahia; 1932, p.

GOOGLE, Mps Brasil. Mapa consultado no dia 10de julho de 2008. Site: [http://maps.google.com.br/maps?utm\\_campaign=pt\\_BR&utm\\_source=pt\\_BR-ha-latam-br-sk-gm&utm\\_medium=ha&utm\\_term=mapas](http://maps.google.com.br/maps?utm_campaign=pt_BR&utm_source=pt_BR-ha-latam-br-sk-gm&utm_medium=ha&utm_term=mapas)